

**Nº24 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 29 de novembro
de 2018. -----**

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. Nuno Vaz Ribeiro, e com as presenças dos Vereadores, Sr. João Carlos Alves Neves, Sr. Dr. Francisco António Chaves de Melo, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sra. Eng.^a Paula Fernanda da Mota Chaves, Sr. Eng. Victor Augusto Costa Santos, e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de vinte e seis de novembro de dois mil e dezoito. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

I - AUSÊNCIA DA VEREADORA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHORA DRA. MARIA MANUELA PEREIRA TENDER. -----

De acordo com a informação prestada, sobre a matéria, pelo Presidente da Câmara, a Vereadora do Partido Social Democrata, Senhora Dra. Maria Manuela Pereira Tender, estará ausente, da presente reunião ordinária do Executivo Camarário, atendendo à sua agenda parlamentar com o encerramento da discussão do Orçamento de Estado para 2019 e a votação final global. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----

II - INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, SENHOR DR. NUNO VAZ RIBEIRO.

O Presidente da Câmara deu início à presente reunião, tendo começado por dar conhecimento, ao Executivo Municipal, dos seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal, a saber: -----

a) Nota de congratulação - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara apresentou uma nota de congratulação pelo facto da Karateca, Maria João Barreira, ter alcançado o título de campeã nacional júnior conquistado no 25^a Campeonato Nacional de Karaté que decorreu, em Braga. -----

Os resultados do Karaté Clube do Alto Tâmega foram excelentes, sendo certo que a maioria dos atletas subiu de escalão. -----

A prova foi bastante competitiva e os karatecas flavienses estiveram em grande nível, destacando-se, para além da karateca Maria João Barreira, os seguintes Karatecas: Beatriz Alves, (3º Lugar no Kumite Júnior); Bruno Penedo (3º Lugar no Kumite sub-21); Gonçalo Barreira (3º Lugar no Kumite sub-21). -----

O Município felicita todos os atletas e o seu treinador Frederico Hilário, pelos excelentes resultados desportivos alcançados, os quais continuam a elevar o nome do Clube e da Cidade ao mais alto nível. --

b) Primeiro Ministro preparou Cimeira Ibérica em Chaves - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota que o Primeiro Ministro,

António Costa, esteve, durante a manhã do pretérito dia 21.11.2018, em Chaves, para uma reunião de trabalho de preparação da Cimeira Ibérica que decorreu, em Valladolid, em Espanha, no passado dia 21.11.2018. -----

O encontro contou com a participação das três comunidades intermunicipais transfronteiriças do interior norte - CIM do Alto Tâmega, CIM de Terras de Trás os Montes e CIM Douro - e teve como objetivo fundamental a avaliação das relações transfronteiriças e o esforço para aproximar as zonas raianas, as quais têm sofrido de abandono nas últimas décadas. -----

No final da dita reunião, o Presidente da Câmara de Chaves garantiu que a visão dos autarcas é coincidente com a visão do próprio governo, havendo a perceção que é prioritário olhar para o interior como um território de prioridades e fazer como os outros países já o fizeram ao investir nestas regiões. -----

c) Nota de congratulação - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara apresentou uma nota de congratulação pelo facto das alunas da Ent'Artes - Escola de Dança terem sido convidadas para participarem na final do Youth America Grand Prix, em Nova Iorque. -----

d) Estratégia de Internacionalização dos produtos endógenos do Alto Tâmega - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota que a Associação de Municípios do Alto Tâmega e a CIM irão promover um encontro temático de apresentação da estratégia de internacionalização e de abordagem a mercados com potencial para os produtos endógenos da região do Alto Tâmega. -----

Tal iniciativa irá ter lugar, no próximo dia 03 de dezembro, pelas 09:30 horas, na biblioteca Municipal de Chaves. -----

e) Novo centro de Convívio na União de Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota que os habitantes da união de Freguesias, acima, identificada vão ter uma nova resposta social local, através do novo centro de convívio para idosos, nas instalações da Fundação "Abrigo Berta Montalvão". -----
O novo equipamento foi apresentado, na última reunião do Conselho Local de Ação Social (CLAS). -----

f) Câmara Municipal de Chaves e "Iberdrola" promovem espetáculo para incutir nos mais novos a importância de preservar o ambiente - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota da iniciativa consubstanciada na promoção, pela Câmara Municipal e pela empresa "Iberdrola", de dois espetáculos, sobre a temática identificada, em epígrafe, destinados aos alunos do quarto ano de escolaridade, de todas as escolas do primeiro ciclo do Concelho. -----
Tal iniciativa tem em vista promover a preservação da natureza e a importância da água. -----

g) Chaves recebe Natal com tenda, pista de gelo natural e iluminação - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota que, no próximo dia 02 de dezembro, terá lugar a cerimónia oficial de arranque da quadra natalícia, em Chaves, com a inauguração da árvore de Natal gigante, no Largo do Arrabalde, a qual dará brilho e luz à cidade. --
De 14.12.2018 a 06.01.2019, a central praça General Silveira irá dar lugar à tenda de Natal, onde está uma grande pista de gelo natural. -
A cidade contará com um vasto programa de animação, complementado com outras atividades promovidas por várias entidades e associações flavienses. -----

A iniciativa Chaves Natal é organizada, pelo Município e pela empresa "EHATB", contando com a colaboração da "ACISAT". -----

h) Estrada Nacional n.º 2 - Chaves - Faro - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota que a estrada nacional n.º2, Chaves-

Faro, foi eleita, pela editora "Frommer's Travel Guides", especialista norte-americana, em viagens, como um dos 19 locais a visitar no mundo, em 2019. -----

Concluída a sua intervenção o Presidente da Câmara dirigiu convite, a todos os Vereadores presentes, para as seguintes iniciativas que envolvem, direta ou indiretamente, a intervenção do Município, a saber: -----

- Conferência denominada "Livre e Iguais - Direito à Vida", pretendendo a mesma comemorar os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e os 40 anos da adesão de Portugal à Convenção Europeia dos Direitos Humanos. -----

Tal conferência terá lugar, no dia de amanhã, a partir das 15 horas, no Auditório Municipal. -----

- "I Aqua Fórum do Alto Tâmega": A Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e o Instituto Politécnico de Bragança apresentam, no próximo dia 30 de novembro, o Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia da Água, à margem do "I Aqua Fórum do Alto Tâmega", que terá lugar no Vidago Palace Hotel com o apoio da empresa Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA. ---

III - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHOR JOÃO CARLOS ALVES NEVES. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Senhor João Carlos Alves Neves, tendo alertado, o Presidente da Câmara e demais Vereadores de Partido Socialista, para o perigo que resulta do deficiente estado de conservação do muro de suporte, localizado, junto ao Parque de estacionamento da muralha. -----

O inverno está à porta e a situação descrita tende a agravar-se. ----
É, assim, urgente a reparação desta situação para que não se registe quaisquer dissabores. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - Foi feita, pelos serviços técnicos municipais responsáveis, uma avaliação do risco dos sinais aparentes de fadiga estrutural do muro, em causa. -----

2 - Foi, também, condicionado o trânsito automóvel, nessa artéria da cidade, sendo o mesmo organizado, atualmente, num só sentido. -----

3 - Foi encomendado um projeto técnico específico, em vista a serem eliminados, num futuro próximo, eventuais riscos de qualquer perigosidade. -----

IV - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHOR CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, tendo começado por solicitar, junto do Presidente da Câmara, informação relacionada com o exercício da Presidência da Empresa Intermunicipal "EHATB". -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido que a presidência da empresa, em causa, é assumida, atualmente, pelo Presidente da Câmara Municipal de Chaves. -----

Retomando a sua intervenção, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. Carlos Penas, registou o facto do programa elaborado para a divulgação do evento a realizar, no dia de amanhã, em Vidago, relacionado com a temática da água, identificar, na cerimónia de abertura, entre outros, o Presidente da Empresa "EHATB", não fazendo qualquer referência institucional ao Presidente da Câmara Municipal de Chaves. -----

Do ponto de vista protocolar, esta solução é incorreta, tanto mais que o evento é acolhido no Concelho de Chaves. -----

Concluído este assunto, o Vereador interveniente solicitou, ainda, informação, sobre o projeto relacionado com a construção do Centro de Convívio, na União de Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações, e nas instalações da Fundação "Abrigo Berta Montalvão", no sentido de tentar esclarecer se esta é uma iniciativa da autarquia ou da própria Fundação. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido que o seguinte:

1 - Esta iniciativa tem de exigir um parecer favorável do Conselho Local de Ação Social (CLAS), sob pena de não ser possível a obtenção de financiamento do respetivo projeto. -----

2 - O Município, nesta fase, não irá realizar qualquer esforço financeiro, sem prejuízo deste promover as necessárias sinergias, em vista à boa concretização do projeto. -----

Retomando a sua intervenção, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. Carlos Penas, registou o facto dos membros do Executivo Municipal não terem recebido qualquer convite oficial, no âmbito da iniciativa denominada "I Gala do Empreendedorismo e Empresas do Alto Tâmega", lamentando esta omissão protocolar. -----

Manifestou, assim, o seu desagrado, pelo facto deste evento não ter merecido uma maior divulgação, junto de todos os membros do Executivo Municipal. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido que o seguinte:

1 - Tal iniciativa é da responsabilidade exclusiva da CIM. -----

2 - É mais uma iniciativa da CIM contextualizada numa lógica de dinamização empresarial da região, envolvendo as empresas da região, dando ênfase aos empreendedores e aos empresários, os quais, com os seus projetos, se destacaram na região do Alto Tâmega. -----

3 - Por último, deve ser reconhecido o lapso protocolar evidenciado, pelo Vereador do Partido Social Democrata, não tendo havido, porém, qualquer intenção ou propósito de excluir os representantes do Município, à escala de todo o Executivo Municipal. -----

4 - O convite deveria ser extensivo a todos os membros do Executivo Municipal. -----

I

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

1. ATAS:

1.1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 18 de outubro de 2018. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida ata. -----

Não participaram na votação deste assunto, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, e a Vereadora do Partido Socialista, Eng. Paula Fernanda da Mota Chaves, em virtude de não terem estado presente na reunião da Câmara Municipal titulada pela ata objeto de aprovação. -----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Ausentou-se da sala, o Presidente da Câmara, não participando na análise, discussão e votação do assunto abaixo mencionado, passando a reunião a ser presidida, pelo Vice-presidente da Câmara, Dr. Francisco António Chaves de Melo, seu substituto legal. -----

2.1. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A ASSOCIAÇÃO "AQUAVALOR - CENTRO DE VALORIZAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA ÁGUA - ASSOCIAÇÃO PROPOSTA N.º 86/GAP/2018. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Antecedente -----

1. Considerando que a Associação "Aquavalor - Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia da Água - Associação", veio solicitar a colaboração deste Município, centrada na cedência, a título de comodato, do prédio abaixo identificado - ponto n.º 2 - a fim de que a mesma se sirva dele para a instalação da respetiva sede; -----

2. Considerando que o Município de Chaves é proprietário de um imóvel (antigo Magistério) sito na Rua Dr. Júlio Martins, n.º 1, em Chaves, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Santa Maria Maior sob o n.º 2078 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o n.º 1671/20090402; -----

3. Considerando que o referido espaço se encontra, na presente data, desocupado, não se prevendo, a médio prazo, que o Município venha a ter necessidade do mesmo e dada a relevância e importância do projeto apresentado pela associação requerente; -----

4. Considerando que a necessidade, por parte da Associação requerente, de ocupar o referido prédio se relaciona directamente com o desenvolvimento do respetivo escopo social, muito concretamente, *"dinamizar as águas termais e minerais como produtos âncora para o desenvolvimento regional e de promoção da atividade turística ao longo de todo o ano, em particular em território de baixa densidade, procurando gerar inovação em novos produtos, processo e serviços, com impacto na economia e no desenvolvimento sustentável dessas regiões e estimular a criação de emprego qualificado gerador de valor económico e social"*, o qual constitui uma mais-valia para o enriquecimento dos municípios e do Concelho; -----

5. Considerando que o comodato é o contrato pelo qual uma das partes entrega à outra certa coisa móvel ou imóvel para que se sirva dela, com a obrigação de a restituir, de acordo com o disposto no art. 1129º e ss, do Código Civil; -----

6. Considerando que a coisa comodatada ou emprestada deve ser aplicada ao fim a que se destina, sendo, nessa justa medida, vedado ao comodatário fazer dela o uso imprudente ou proporcionar a terceiros a sua utilização sem autorização do comodante, no caso, Município de Chaves; -----

Considerando, por último, que existe interesse mútuo na resolução deste problema, em benefício da população em geral deste Concelho e da região. -----

II - Do Enquadramento Legal-----

1. Considerando que, nos termos do disposto na alínea m), do n.º 2, do artigo 23º, ao Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 14 de Setembro, os Municípios dispõe de atribuições no domínio da promoção do desenvolvimento; -----

2. Considerando que, nos termos do disposto na alín. u), do nº 1, do art. 33º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município. -----

III - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário, a aprovação da seguinte proposta: -----

a) Que, ao abrigo do disposto na alín. u), do nº 1, do art. 33º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, seja autorizada a celebração do contrato de comodato entre o Município de Chaves e a Associação "Aquavalor - Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia da Água - Associação", tendo como objeto o prédio sito na Rua Dr. Júlio Martins, n.º 1, em Chaves, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Santa Maria Maior sob o n.º 2078 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o nº 1671/20090402, e para o fim em vista, conforme matriz do contrato de comodato, contendo as cláusulas disciplinadoras dos direitos e obrigações das partes signatárias, que segue em anexo à presente proposta; -----

a) Para o efeito, deverá a presente proposta ser agendada para uma próxima reunião do executivo, em conformidade com o disposto na alín. u), do nº 1, do art. 33º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, com vista à aprovação da mesma, legitimando simultaneamente, o Vice-Presidente da Câmara a outorgar, em representação do Município de Chaves, o mencionado contrato de comodato, ao abrigo das disposições combinadas previstas, respetivamente, no n.º 3, do artigo 57º, da Lei n.º 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações, na alínea f), do n.º 2, do artigo 35º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no artigo 69º, do CPA; -----

b) Logo que tal decisão venha a ser praticada, deverá a mesma ser levada ao conhecimento da "Aquavalor - Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia da Água - Associação", através da emissão da competente notificação. -----

Chaves, 26 de novembro de 2018 -----

O Vice - Presidente da Câmara Municipal, -----

(Dr. Francisco Melo) -----

Em anexo: - A referida minuta de contrato de comodato; -----

- O respetivo processo administrativo. -----

MINUTA DO CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A ASSOCIAÇÃO "AQUAVALOR - CENTRO DE VALORIZAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA ÁGUA - ASSOCIAÇÃO" -----

Entre -----

O Município de Chaves, pessoa coletiva número 501 205 551, com sede no Largo de Camões da cidade de Chaves, representado neste ato pelo Vice-Presidente da Câmara, Dr. Francisco Melo, e com poderes para o ato, conforme as disposições combinadas previstas, respetivamente, no n.º 3, do artigo 57º, da Lei n.º 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações, e na alínea f), do n.º 2, do artigo 35º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e adiante designado por primeiro outorgante ou comodante, devidamente autorizado por deliberação camarária de ____ de _____ de 2018.-----

e -----
A Associação Aquavalor - Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia da Água - Associação, com sede na _____, representada neste ato pelo Presidente da Direção da Associação, _____, e adiante designado por segundo outorgante ou comodatário, devidamente autorizado por deliberação de ____ de _____ de 2018. -----

É celebrado o presente contrato de comodato que se rege pelas cláusulas seguintes: -----

Cláusula 1ª -----
(Identificação do Imóvel) -----

O primeiro outorgante é proprietário do imóvel sito na Rua Dr. Júlio Martins, n.º 1, em Chaves, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Santa Maria Maior sob o n.º 2078 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o nº 1671/20090402, da mesma freguesia. -----

Cláusula 2ª -----
(Objeto) -----

Considerando que o primeiro outorgante não tem, nem se prevê a médio prazo, que venha a ter, necessidade daquele imóvel, e que o segundo outorgante dele necessita para seu uso, o primeiro entrega o mesmo ao segundo, a fim de que este se sirva dele para a instalação da sua sede social, nos termos do disposto na alínea f) do artigo 1135º do Código Civil, com a obrigação de o restituir assim que o primeiro outorgante o exija. -----

Cláusula 3ª -----
(Prazo de Vigência) -----

1. O comodato será celebrado pelo período de **10 anos**, renovável por igual período, se não for denunciado por qualquer das partes contratantes e desde que se verifique o cumprimento escrupuloso de todas as obrigações do comodatário previstas na cláusula 6ª, do presente contrato. -----

2. O primeiro outorgante pode impedir a renovação do contrato mediante comunicação escrita ao comodatário, com uma antecedência mínima de 60 dias em relação ao termo do contrato ou da sua renovação.

3. O comodatário pode impedir a renovação do contrato mediante comunicação escrita ao Município de Chaves com uma antecedência mínima de 60 dias do termo do contrato ou da sua renovação. -----

Clausula 4ª -----
(Caraterísticas do Edifício) -----

1. O edifício é composto por rés-do-chão, 1º andar e sanitários, com a área de implantação de 448,42 m2. -----

2. O estado do edifício é do conhecimento do comodatário, não se admitindo quanto ao mesmo qualquer tipo de reclamação. -----

3. No termo do contrato de comodato, o edifício deverá ser devolvido nas condições em que se encontrava à data do início do comodato, apenas se admitindo o desgaste resultante de um uso normal dos equipamentos e livre de encargos e ónus. -----

Clausula 5ª -----
(Obras de Benfeitoria) -----

1. Todas as obras e benfeitorias que forem realizadas pelo comodatário, no imóvel em causa, passarão a fazer parte integrante do mesmo, sem direito a qualquer indemnização, e reverterem a favor do Município. -----

2. Em caso de extinção dos efeitos do presente contrato, não assiste ao comodatário qualquer direito de receber do Primeiro Outorgante, qualquer indemnização, seja a que título for, pela realização de obras ou benfeitorias executadas. -----

Clausula 6ª -----
(Obrigações do Comodatário) -----

O comodatário fica obrigado a fazer um uso prudente e cuidado do identificado imóvel, designadamente, dando integral cumprimento às seguintes prescrições: -----

a) Manter e restituir o imóvel em bom estado de conservação, ressalvadas as deteriorações decorrentes de um uso prudente, tendo em conta a finalidade para a qual foi cedido; -----

b) Promover a expensas suas todas as obras de conservação ordinária que se mostrem indispensáveis à adequada utilização do imóvel; -----

c) Suportar os encargos decorrentes do seu normal funcionamento, designadamente, pagamento das taxas e consumos de água, eletricidade e outros da mesma natureza; -----

d) Facultar ao Município de Chaves o exame do prédio comodatado; ----

e) Não o aplicar a fim diverso daquele a que o prédio se destina; ---

f) Disponibilizar o imóvel, a solicitação do Primeiro Outorgante, para a realização de eventos de interesse público municipal; -----

g) Avisar imediatamente o comodante, sempre que tenha conhecimento de vícios na coisa ou saiba que a ameaça algum perigo ou que terceiro se arroga direitos em relação a ela, desde que o facto seja ignorado do Município de Chaves. -----

Clausula 7ª -----
(Transmissão do Comodato) -----

O comodatário não poderá transmitir qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do direito de ocupação, em regime de comodato, do prédio comodatado, sem autorização expressa e prévia da Câmara Municipal de Chaves. -----

Clausula 8ª -----
(Revogação por acordo das partes) -----

As partes podem, a qualquer momento, acordar na revogação do contrato, definindo os seus efeitos. -----

Clausula 9ª -----
(Resolução do Contrato) -----

1. Não obstante a existência de prazo, qualquer das outorgantes poderá resolver o contrato de comodato nos termos do art. 1140º, do Código Civil. -----

2. É conferido ao primeiro outorgante o direito de resolução do contrato com fundamento, designadamente, no incumprimento das obrigações do comodatário previstas na cláusula 6ª. -----

3. A desocupação do prédio comodatado é exigível no final do mês seguinte à resolução. -----

Clausula 10ª -----
(Caducidade do comodato) -----

O comodato caduca por extinção ou falência do comodatário. -----

Clausula 11ª -----
(Seguro) -----

1. As obrigações e responsabilidades legais e contratuais do comodatário devem ficar abrangidas por apólices de responsabilidade civil, que cubram a totalidade do prazo do contrato, e que tenham por objeto todos os riscos respeitantes à atividade exercida no prédio comodatado. -----

2. O comodatário deve ainda dispor de um contrato de seguro tendo como objeto o prédio comodatado, fazendo constar na apólice o Município de Chaves como beneficiário do seguro, contra qualquer tipo de perda ou dano decorrente de incêndio, raio, explosão, inundações. -----

3. O comodatário deve apresentar no Município de Chaves a apólice mencionada no número anterior. -----

4. O comodatário mantém válida e atualizada a apólice, devendo exibi-la sempre que o Município de Chaves o exija. -----

Clausula 12ª -----
(Responsabilidade) -----

1. O comodatário garante ao Município de Chaves a adequada conservação e manutenção do Prédio ao longo de todo o período de vigência do contrato. -----

2. O comodatário responde pela culpa ou pelo risco, nos termos da lei geral, por quaisquer danos causados no exercício da atividade incluída no objeto do contrato de comodato, respondendo ainda, nos termos em que o comitente responde pelos atos do comissário, pelos prejuízos causados por terceiros contratados. -----

3. A responsabilidade do comodatário abrange quaisquer despesas que sejam exigidas ao Município de Chaves por inobservância de disposições legais ou contratuais. -----

Clausula 13ª -----
(Entrada em Vigor) -----

O presente contrato produz todos os seus efeitos após a sua assinatura.

Clausula 14ª -----
(Legislação) -----

É aplicável ao comodato o disposto no artigo 1129º e seguintes do Código Civil. -----

O presente contrato é elaborado em duplicado, sendo um dos exemplares para cada um dos outorgantes. -----

Assim o outorgaram. -----

Chaves, ____ de ____ de 2018 -----

O primeiro Outorgante: _____

O segundo Outorgante: _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

Regista-se a entrada na sala, do Presidente da Câmara, passando a presente reunião a ser por este, novamente, presidida. -----

3. PROPOSTAS DA INICIATIVA DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

4. FREGUESIAS

II

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

1. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO PELOS DANOS SOFRIDOS NA SEQUÊNCIA DE SINISTRO OCORRIDO NA RUA JOSÉ AGAPITO CARVALHO, CHAVES. PEDRO JOAQUIM SILVA PEREIRA. INF. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N° 234/DAF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Dos Factos -----

1. Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n° 6672, datado do pretérito dia 20/07/2018, Pedro Joaquim Silva Pereira veio solicitar a assunção de responsabilidade, por parte deste Município, com vista ao pagamento duma indemnização pelos danos patrimoniais sofridos na sua viatura, após ter embatido, no dia 23/06/2018, num buraco existente na estrada sita na rua José Agapito Carvalho, em Chaves. -----

2. Invoca, em defesa do direito reclamado, que o buraco, em causa, não se encontrava sinalizado, tendo danificado a suspensão dianteira do automóvel. -----

3. Sequencialmente, no dia 19/09/2018, a Divisão de Águas e Resíduos emitiu a Informação n.º 190/DAR/2018, e através da qual esclareceu o seguinte, a saber: -----

"O Sr. Pedro Joaquim Silva Pereira, teve um acidente no dia 23 de junho de 2018, quando circulava na rua José Agapito Carvalho, tendo a sua viatura caído numa cratera que se encontrava sem sinalização conforme expôs. -----

Tendo sido certificada a situação, confirma-se, que um arrastamento de terras para a caixa de visita de águas pluviais provocou a abertura de um buraco no pavimento (...)." -----

4. Atenda-se, porém, que a responsabilidade extracontratual está dependente da verificação de determinados requisitos legais, em especial, a verificação de um nexo de causalidade entre uma conduta praticada pela autarquia local e os danos sofridos. -----

5. Sendo certo que tal conduta, a existir, e ainda que por omissão, deverá ser configurada como ilícita. -----

6. Assim, em vista ao esclarecimento definitivo da matéria, foi solicitado à Divisão de Águas e Resíduos que prestasse as seguintes informações adicionais, a saber: -----

a) A abertura do buraco ficou-se a dever, exclusivamente, a razões estranhas a este município ou poderia ter sido evitada? -----

b) Ou seja, a abertura do buraco teve na sua origem alguma deficiência do sistema ou do piso ou ocorreria independentemente do estado de conservação dos mesmos? -----

c) Foram tomadas todas as medidas exigíveis no sentido de garantir a correta manutenção de ambas? -----

7. Sendo certo que, através de informação escrita, datada do dia 7/11/2018, a DAR veio prestar os seguintes esclarecimentos, a saber: -----

"A abertura do buraco deveu-se a deficiência na caixa de visita não detetada; -----

O buraco deveu-se exclusivamente à deficiência da caixa de visita; Existem manutenções periódicas das caixas de visita mas neste caso não foi possível detetar a tempo." -----

8. Assim, sobre a matéria, cumpre-me informar o seguinte: -----

II - Do Direito -----

1. O regime jurídico da responsabilidade civil extracontratual das Pessoas Coletivas Públicas decorrente da prática de atos ilícitos praticados pelo Estado e demais pessoas coletivas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, subdivide tal responsabilidade em três grandes tipos, a saber: -----

- a) Por danos decorrentes do exercício da função administrativa;
- b) Por danos decorrentes do exercício da função jurisdicional;
- c) Por danos decorrentes do exercício da função político - legislativa. -----

2. Relativamente à responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função administrativa, o n.º 1, do art. 8º, do retrocitado diploma legal, determina em que termos existe essa responsabilidade exclusiva do Estado e demais pessoas coletivas públicas. -----

3. A aludida disposição legal prevê, no seu clausulado, que para que se verifique tal responsabilidade é necessário que estejam reunidos os seguintes pressupostos, a saber: -----

- A prática, através de órgão ou agente, de um ato ilícito (positivo ou omissivo), no exercício de funções públicas ou por causa delas;---
- Imputação do ato a título de dolo ou mera culpa; -----
- Que desse ato tenham resultado prejuízos; -----
- Da verificação de um nexo de causalidade entre o ato e o prejuízo ou dano. -----

4. De igual modo dispõe o art. 483º, do Código Civil, que "aquele que, com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem ou qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação".

5. Por sua vez, o artigo 9º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas, determina que são consideradas ilícitas as ações ou omissões dos titulares dos órgãos, funcionários e agentes que violem disposições ou princípios constitucionais, legais ou regulamentares ou infrinjam regras de ordem técnica ou deveres objetivos de cuidado e de que resulte a ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos. -----

6. Relativamente à culpa dos titulares de órgãos, funcionários e agentes, o n.º 1, do art. 10º, do retrocitado regime legal, determina que a mesma deve ser apreciada pela diligência e aptidão que seja razoável exigir, em função das circunstâncias de cada caso, de um titular de órgão, funcionário ou agente zeloso e cumpridor. -----

7. Por último, tal facto, como se viu, deverá, ainda, caracterizar-se como ilícito, ou seja, antijurídico ou contrário ao direito. -----

8. Nestes termos, a ilicitude, no âmbito da responsabilidade civil, pode revestir uma de duas modalidades, a saber: -----
Ou se traduz na violação de direitos ou interesses de outrem (lesão direta) ou se manifesta na violação de uma norma destinada a proteger interesses alheios (lesão indireta); -----

9. Ora, no caso individual e concreto em apreciação, o peticionário afirma que os prejuízos foram provocados na sequência da existência de um buraco, não sinalizado, na via de trânsito. -----

Sendo certo que, conforme decorre da Informação produzida pela Divisão de Águas e Resíduos, "a abertura do buraco deveu-se a deficiência na caixa de visita não detetada; -----

O buraco deveu-se exclusivamente à deficiência da caixa de visita; Existem manutenções periódicas das caixas de visita mas neste caso não foi possível detetar a tempo." -----

10. Assim, do ponto de vista estritamente jurídico, considerando, desde logo, a conclusão inequívoca manifestada na Informação produzida pela Divisão de Águas e Resíduos, parecem estar reunidos, salvo melhor

opinião, os pressupostos legalmente exigíveis para o apuramento de responsabilidade civil extracontratual da Autarquia. -----

III - Propostas -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, em vista à tomada de deliberação consubstanciada no reconhecimento de que decorre, no caso individual e concreto, responsabilidade da Autarquia justificadora, a título de responsabilidade extracontratual, da assunção de pagamento de indemnização pelos danos sofridos pelo peticionário; -----

b) Para efeitos **de apuramento e pagamento** do valor associado à indemnização devida pelos danos sofridos no veículo do peticionário, deverá o presente assunto ser encaminhado para a unidade responsável por assuntos desta natureza, no caso, a Unidade Flexível de 2º Grau de Gestão Financeira, em vista à ativação do seguro de responsabilidade civil; -----

c) No estrito cumprimento do disposto no art. 114º, do Código do Procedimento Administrativo, deverá a interessada ser notificada da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

b) Por último, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz. -----

É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 12 de novembro de 2018. -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA.

SANDRA LISBOA, DO DIA 13.11.2018. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR.

MARCELO DELGADO, DE 2018.11.15. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.11.16. ----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO PELOS DANOS SOFRIDOS NA SEQUÊNCIA DE QUEDA OCORRIDA NO "JARDIM DO BACALHAU", CHAVES; - MARIA MARGARIDA PALMEIRA FERRO DE CARVALHO ALVES TEIXEIRA. INFORMAÇÃO 239/DAF/18. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Dos Factos -----

1. Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local nº 9148, datado do pretérito dia 11/09/2018, Maria Margarida Palmeira Ferro de Carvalho Alves Teixeira, veio requerer, ao Município de Chaves, o pagamento duma indemnização pelos danos patrimoniais sofridos na sequência de uma queda ocorrida no "Jardim do Bacalhau", no dia 1 de fevereiro de 2018, pelas 19h20.

2. Invoca, em defesa do direito reclamado, que o sinistro ocorreu devido ao facto de existir, no local, muito concretamente, no passeio em frente à empresa "Consultórios Look", uma rampa sem sinalização e com degrau, a qual não oferecia condições adequadas para a circulação de peões. -----

3. A requerente juntou ao processo a seguinte documentação: -----

- Registo fotográfico do local do sinistro; -----

- Informação clínica emitida pela Unidade Hospitalar de Chaves; -----

- Recibos inerentes a tratamentos na Unidade Hospitalar de Chaves - Medicina Física e Reabilitação. -----

4. Assim, sobre a matéria, cumpre-me informar o seguinte: -----

II - Da análise do caso individual e concreto -----

1. Em matéria de responsabilidade extracontratual da Administração Pública, impera a teoria da causalidade adequada. -----

2. Neste contexto, para que exista responsabilidade civil, é necessária a existência de um nexo de causalidade entre uma conduta ilícita da Autarquia Local, ainda que omissiva, e os danos sofridos.

3. Ou seja, é necessário determinar se a existência de um obstáculo resultou de uma conduta ilícita da Autarquia. -----

4. De facto, apenas fará sentido falar em violação de um dever, nas situações em que o mesmo exista. -----

5. Ora, da análise do processo, verificamos que o sinistro ocorreu numa zona de obras de construção, muito concretamente, num desvio implementado no passeio, tudo apontando para que a responsabilidade do mesmo seja do responsável pelas obras de construção ali executadas.

6. Por força do disposto no artigo 45º, do Regulamento Municipal da urbanização e da Edificação, em vigor no Concelho de Chaves, a concessão de licença para a execução de obras que impliquem a ocupação do espaço público com tapumes, andaimes, depósito de materiais, equipamentos e contentores ou outras instalações com elas relacionadas, fica dependente da prévia aprovação, pela Câmara Municipal, de um plano que defina as condições dessa ocupação. -----

7. Sendo certo que a ocupação do domínio público deve obedecer às condicionantes previstas nos artigos 49º e seguintes, do retromencionado Regulamento Municipal. -----

8. Neste contexto, foi solicitado à Divisão de Salvaguarda do Centro Histórico o esclarecimento das seguintes questões, a saber: -----

a) A rampa identificada no requerimento da interessada, e que terá dado origem ao sinistro, cujos danos são, agora, peticionados por esta última, foi ali implementada por quem? -----

b) A ocupação do domínio público, incluindo do passeio, na zona descrita pela requerente, está contemplada em plano de ocupação aprovado pela Câmara Municipal, para o efeito? -----

c) Em caso afirmativo, a ocupação efetuada, e registada nas fotos enviadas pela requerente, encontra-se em conformidade com o plano de ocupação aprovado, bem como com as condicionantes estabelecidas nos artigos 49º e seguintes, do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, em vigor no Concelho de Chaves? -----

9. Neste contexto, a Divisão de Salvaguarda do Centro Histórico, através da Informação n.º 367/DSCH/2018, veio informar o seguinte:

"a) A rampa referida na exposição da requerente foi implementada pelo empreiteiro responsável pela obra que aí decorria, titulada pelo alvará de obras n.º 6/18 (Sociedade de Construções Videira, Lda. Alvará n.º 73532PUB; -----

b) A ocupação referida pela requerente estava incluída no plano de ocupação aprovado pela Câmara Municipal, numa área intervencionada de

forma a permitir a manutenção do trânsito pedonal desse passeio, sem invadir a faixa de rodagem;-----

c) A referida ocupação foi, de uma forma geral, executada em conformidade com o plano apresentado pelo requerente e aprovado pelo despacho superior que incidiu sobre a informação n.º 1/DSCH/2018, e, de acordo com esta informação, cumpre as disposições aplicáveis de entre as constantes do capítulo V - Ocupação do espaço público e resguardo das obras - do RMUE (Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação - Regulamento n.º 732/2015, de 22 de outubro)." -----

10.Ora, o regime jurídico da responsabilidade civil extracontratual das Pessoas Coletivas Públicas decorrente da prática de atos ilícitos praticados pelo Estado e demais pessoas coletivas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, subdivide tal responsabilidade em três grandes tipos, a saber: -----

a) Por danos decorrentes do exercício da função administrativa; ----

b) Por danos decorrentes do exercício da função jurisdicional; -----

c) Por danos decorrentes do exercício da função político - legislativa.

11.Relativamente à responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função administrativa, o nº1, do art. 8º, do retrocitado diploma legal, determina em que termos existe essa responsabilidade exclusiva do Estado e demais pessoas coletivas públicas. -----

12.Aaludida disposição legal prevê, no seu clausulado, que para que se verifique tal responsabilidade é necessário que estejam reunidos os seguintes pressupostos, a saber: -----

- A prática, através de órgão ou agente, de um ato ilícito (positivo ou omissivo), no exercício de funções públicas ou por causa delas;

- Imputação do ato a título de dolo ou mera culpa; -----

- Que desse ato tenham resultado prejuízos; -----

- Da verificação de um nexo de causalidade entre o ato e o prejuízo ou dano. -----

13.De igual modo dispõe o art. 483º, do Código Civil, que "aquele que, com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem ou qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação ".

14.Por sua vez, o artigo 9º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas, determina que são consideradas ilícitas as ações ou omissões dos titulares dos órgãos, funcionários e agentes que violem disposições ou princípios constitucionais, legais ou regulamentares ou infrinjam regras de ordem técnica ou deveres objetivos de cuidado e de que resulte a ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos. -----

15.Relativamente à culpa dos titulares de órgãos, funcionários e agentes, o n.º 1, do art. 10º, do retrocitado regime legal, determina que a mesma deve ser apreciada pela diligência e aptidão que seja razoável exigir, em função das circunstâncias de cada caso, de um titular de órgão, funcionário ou agente zeloso e cumpridor.-----

16.Por último, tal facto, como se viu, deverá, ainda, caracterizar-se como ilícito, ou seja, antijurídico ou contrário ao direito. -----

17.Nestes termos, a ilicitude, no âmbito da responsabilidade civil, pode revestir uma de duas modalidades, a saber: -----

Ou se traduz na violação de direitos ou interesses de outrem (lesão direta) ou se manifesta na violação de uma norma destinada a proteger interesses alheios (lesão indireta); -----

18.Ora, de acordo com a Divisão de Salvaguarda do Centro Histórico, a rampa, em causa, foi executada pelo empreiteiro responsável pela obra que decorria no local, e titulada pelo alvará de obras n.º 6/18 (Sociedade de Construções Videira, Lda). -----

19. Sendo certo que, tal implementação, estava incluída no plano de ocupação da via pública, por motivo de obras, aprovado pela Câmara Municipal, tendo a ocupação em causa, de uma forma geral, sido efetuada em conformidade com o referido plano, o qual, nos termos da Informação n.º 1/DSCH/2018, dava cumprimento às disposições regulamentares em vigor, sobre a matéria. -----

20. Assim, atendendo às informações prestadas pela Divisão de Salvaguarda do Centro Histórico, julgamos, salvo melhor opinião, que não se encontram reunidos, no caso individual e concreto, os pressupostos legalmente exigíveis para o apuramento de responsabilidade civil extracontratual da Autarquia. -----

III - Propostas -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, em vista à tomada de deliberação consubstanciada na intenção de indeferir a pretensão formulada pela requerente, uma vez que não decorre, no caso individual e concreto, responsabilidade da Autarquia justificadora, a título de responsabilidade extracontratual, da assunção do pagamento da referida indemnização, com base nas razões e conclusões constantes da Informação n.º 367/DSCH/2018, produzida pela Divisão de Salvaguarda do Centro Histórico, datada do dia 30/10/2018; -----

b) No cumprimento do disposto no art. 121º e ss. do CPA, deverá tal sentido de decisão administrativa acima proposta ser sujeita a audiência prévia dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias para permitir ao ora peticionário vir ao procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão entretanto exarado; -----

c) Decorrido o aludido prazo, deverá o interessado ser notificado, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

d) Por último, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz. -----

É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 19 de novembro de 2018 -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DO DIA 20.11.2018. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.20. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.11.21. ----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO PELOS DANOS SOFRIDOS NA SEQUÊNCIA DE SINISTRO OCORRIDO NA RUA DAS CASAS DOS MONTE, CHAVES; - VÍTOR MANUEL DIAS ALVES. INF.- 242/DAF/18. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Dos Factos -----

1. Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local nº 5588, datado do pretérito dia 03/07/2018, Vítor Manuel Dias Alves veio solicitar a assunção de responsabilidade, por parte deste Município, com vista ao pagamento duma indemnização pelos danos patrimoniais sofridos na sua viatura, após ter embatido numa tampa de saneamento instalada na estrada identificada em epígrafe. -----

2. Na sequência da deliberação tomada pelo Executivo Municipal, em sua reunião ordinária realizada no pretérito dia 2018/10/04, a qual recaiu sobre a Informação nº 193/DAF/2018, produzida por estes serviços, no dia 21 de setembro de 2018, veio aquele órgão municipal manifestar a intenção de indeferir a pretensão formulada, de acordo com as razões de facto e de direito expostas no referido parecer. ---

3. Neste contexto, foi concedido ao peticionário o prazo de 10 dias para vir ao processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto, nos termos do disposto no art. 121º e ss do Código do Procedimento Administrativo. -----

4. Decorrido o prazo supra mencionado, o requerente não apresentou qualquer observação ou sugestão, na tentativa legítima de inverter o sentido de decisão entretanto manifestado pelo órgão executivo municipal. -----

5. Assim, deverá tal sentido de decisão tornar-se, agora, definitivo.

II - Proposta -----

Em coerência com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão definitiva, substantivada no indeferimento do pedido formulado pelo requerente, com base nas razões expostas na Informação nº 193/DAF/2018, produzida por estes serviços, no dia 21 de setembro de 2018; -----

b) Alcançado tal desiderato, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art. 114º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

c) De imediato, reenvio do presente processo ao gabinete do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz -----

É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 21 de novembro de 2018 -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA DE 2018-11-21 -----

Visto. Concorro com a presente informação. À consideração superior. -

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.22. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.11.22. ----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

III

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

1. SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE VISITAS À BIBLIOTECA MUNICIPAL E APOIO NO TRANSPORTE - REQUERIMENTO N°. 10576, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018. INFORMAÇÃO DDSC N°.250 /SE N°.104/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----
O Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins, através do ofício com a referência nº557_2018, do dia 02.10.2018, o qual se anexa à presente informação, cujo requerimento deu entrada no expediente geral do Município, com o nº. 10576, a 15 de outubro de 2018, solicita apoio no transporte e autorização para a realização de visitas à Biblioteca Municipal de algumas turmas de 1º ano, do Centro Escolar de Stª. Cruz Trindade.-----

O referido Agrupamento, solicitava a seguinte calendarização: -----

- 6 de novembro - 1º A (20 alunos) -----
- 13 de novembro - 1º B (24 alunos) -----
- 21 de novembro - 1º C (24 alunos) -----
- 28 de novembro - 1º D (17 alunos) -----

No dia 12 de novembro de 2018, foi rececionado um correio eletrónico onde é solicitado a alteração das datas propostas inicialmente, para os seguintes dias: -----

- 21 de novembro - 1º A (20 alunos) -----
- 28 de novembro - 1º B (24 alunos) -----
- 3 de dezembro - 1º C (24 alunos) -----
- 11 de dezembro - 1º D (17 alunos) -----

Considerando que, os autocarros do Município se encontram livres entre as 9h00 e as 16h00; -----

Considerando que, após contato com a Biblioteca Municipal, os serviços estão preparados para rececionar os alunos e acompanhar as referidas visitas. -----

O transporte das crianças encontra-se coberto pelo seguro do Agrupamento de Escolas, uma vez que se trata de uma atividade integrada no plano anual de atividades. -----

Assim, e de acordo com o previsto na alínea g) do nº 1, do artº 33, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a competência em matéria de assegurar, organizar e gerir os transportes escolares, sendo originária da Câmara Municipal, encontra-se formalmente delegada no Presidente da Câmara, solicito ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz, que autorize o transporte dos alunos com um autocarro do Município nos dias indicados, bem como o acompanhamento dos mesmos na Biblioteca Municipal, e que, posteriormente seja encaminhada a presente informação para a próxima reunião de câmara para conhecimento. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 12 de novembro de 2018 -----

A Técnica Superior -----

(Zuleika Rodrigues, Drª.) -----

DESPACHO DO SENHOR CHEFE DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL, ENG.º CARLOS FRANÇA, DATADO DE 12.10.2018. -----

Visto. Concorde. À consideração do Sr. Diretor de Departamento. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.20. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.11.20. ----

Autorizo. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara de 20.11.2018. -----

Notifique-se. -----

2. COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE CHAVES - ANO LETIVO 2018/2019. INFORMAÇÃO/DDSC Nº235/SE Nº99/2018.

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. Enquadramento -----

O Município de Chaves, ao longo de todos anos letivos, tem apoiado financeiramente os **Planos de Atividades dos Agrupamentos de Escolas do Concelho de Chaves**, para a concretização das atividades aí previstas e através da sua presença nos Conselhos Gerais dos três Agrupamentos de Escolas do Concelho, procede ao acompanhamento e avaliação dos respetivos Planos de Atividades. -----

Considerando que estes apoios financeiros, pelos menos desde do ano letivo 2012/2013, têm sido no valor de: -----

1.5000,00€ para as atividades do ensino secundário; -----

2.500,00€ para as atividades do ensino básico; -----

6.00€ por aluno, para as atividades da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo. -----

Considerando que após reunião com o Sr. Vereador de Educação, Dr. Francisco Melo, foi indicado, para o **ano letivo 2018/2019**, um aumento no valor de 250,00€ para as atividades do ensino secundário e de 250,00€ para as atividades do ensino básico, mantendo-se o valor de 6,00€ para as atividades da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo. ----

Considerando que as "**Atividades de Animação e de Apoio à Família**", na Educação Pré-Escolar, são uma resposta direta às necessidades das famílias e encontra-se consubstanciada em todos os tempos que ficam para além das 25 horas curriculares: as entradas, os almoços e os tempos depois das atividades educativas, de acordo com o calendário escolar definido pelo Ministério de Educação e alargada às interrupções letivas e ao mês de julho, sendo da responsabilidade do Município a implementação e o desenvolvimento das referidas atividades, no âmbito do acordo de cooperação estabelecido entre a DGEstE, o Centro Regional de Segurança Social do Norte e a Câmara Municipal de Chaves, para o Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar; -----

Considerando que, no presente ano letivo, são garantidas as AAAF nos seguintes estabelecimentos de educação: Jardim de Infância de Chaves, Jardim de Infância da Escola Básica de Santa Cruz - Trindade, Jardim de Infância do Caneiro, Jardim de Infância de Nantes, Jardim de Infância de Stº Estevão, Jardim de Infância de Mairos, Jardim de Infância de Casas Novas, Jardim de Infância de Valdanta, Jardim de Infância de Vila Verde da Raia, Jardim de Infância de Outeiro Jusão, Jardim de Infância de Bustelo e Jardim de Infância de Vidago; -----

Considerando que as atividades a desenvolver, na componente de apoio à família, são planificadas pelos monitores contratados para o efeito, sendo da responsabilidade dos educadores titulares de grupo assegurar a supervisão pedagógica e o acompanhamento da execução das referidas atividades; -----

Considerando que para o desenvolvimento das referidas atividades é necessário adquirir material didático e lúdico, de acordo com a planificação de cada Jardim de Infância; -----

Considerando que para que haja uniformidade na atribuição deste apoio financeiro, no presente ano letivo, e por indicação do Sr. Vereador de Educação, Dr. Francisco Melo, foi atribuído a cada um dos Jardins de Infância, com **componente de apoio à família do meio rural** (JI de Nantes; JI de Stº Estevão; JI de Mairos; JI de Casas Novas, JI de Valdanta, JI de Vila Verde da Raia; JI de Outeiro Jusão; JI de Bustelo) o montante de **250,00€** e para os **restantes Jardins, do meio urbano** (JI de Chaves; JI da Escola Básica de Santa Cruz – Trindade, JI do Caneiro e JI de Vidago) o montante de **500,00€**, para apoiar para o desenvolvimento das "Atividades de Animação e de Apoio à Família".

Considerando que o Despacho n.º 7255/2018, de 31 de julho, que regula as condições de aplicação da ação social escolar, da responsabilidade do Ministério de Educação e Ciência e dos Municípios, para o **ano letivo 2018/2019**, contempla no Anexo III, "Auxílios Económicos" uma comparticipação, por parte dos Municípios, para as visitas de estudo, dos alunos do 1º ciclo do ensino básico, beneficiários da ação social escolar no valor de 20,00€, para os alunos do escalão A e 10,00€, para os alunos do escalão B; -----

Considerando que de acordo com os escalões atribuídos, pelos Agrupamentos de Escolas, aos alunos do 1º ciclo: 264 alunos com o escalão A e 179 alunos com o escalão B, o encargo é no valor de **7.070,00€**. -----

2. Fundamentação -----

Considerando que de acordo com a alínea u), do nº1, do Artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal "Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva ou outra de interesse para o município"; -----

Considerando que de acordo com a alínea hh), do ponto 1, do artigo 33º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente atribuição de auxílios económicos; -----

Considerando que na reunião do Conselho Municipal de Educação, realizada no passado dia 02 de novembro de 2018, o Senhor Vereador da Educação, procedeu à apresentação destes apoios financeiros, tendo merecido, por parte dos membros presentes no referido conselho, o parecer favorável; -----

3. Proposta -----

Assim, para que haja uniformidade na atribuição destes apoios financeiros, propõe-se, referente ao **ano letivo 2018/2019**, o seguinte:

1. Que seja atribuído a cada um dos três Agrupamentos de Escolas do Concelho (Dr. António Granjo, Dr. Júlio Martins e Fernão Magalhães), o montante de **1.750,00€** (mil setecentos e cinquenta euros) para as atividades do ensino secundário, o montante de **2.750,00€** (dois mil setecentos e cinquenta euros), para as atividades do ensino básico e o montante de **6.00€** (seis euros) por aluno, para as atividades da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo. Estas verbas destinam-se a apoiar a execução das ações previstas no "*Plano Anual de Atividades*" de cada Agrupamento de Escolas; (**Anexo1**) -----

2. Que seja atribuído ao Agrupamento de Escolas Dr. António Granjo, o montante de **2.000,00€**, ao Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins, o montante de **1.500,00€** e ao Agrupamento de Escolas Fernão Magalhães, o montante de **500,00€** para o desenvolvimento das "Atividades de Animação e Apoio à Família", nos respetivos Jardins de Infância; **(Anexo1) ----**

3. Que seja atribuído ao Agrupamento de Escolas Dr. António Granjo, o montante de **3.280,00€**, ao Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins, o montante de **3.050,00€** e ao Agrupamento de Escolas Fernão Magalhães, o montante de **740,00€**, no âmbito dos *Auxílios Económicos - Apoio da Ação Social Escolar às visitas de estudo dos alunos do 1º ciclo do ensino básico, beneficiários do escalão A e B.* **(Anexo 2) -----**

Em consonância com o exposto, as verbas a transferir diretamente para os Agrupamentos de Escolas, de acordo com os valores referidos, são as mencionadas no quadro sinóptico: -----

Agrupamento de Escolas	Verbas para apoiar o Plano de Atividades	Verbas para material de apoio às AAAF	Comparticipação Visitas de Estudo Alunos A e B	Valor Total
Dr. António Granjo	1.750,00€ 2.750,00€ 3.450,00€	2.000,00€	3.280,00€	13.230,00€
Dr. Júlio Martins	1.750,00€ 2.750,00€ 3.462,00€	1.500,00€	3.050,00€	12.512,00€
Fernão de Magalhães	1.750,00€ 2.750,00€ 618,00€	500,00€	740,00€	6.358,00€
Total	21.030,00€	4.000,00€	7.070,00€	32.100,00€

O referido apoio financeiro é no valor total de 32.100,00€ (trinta e dois mil e cem euros), sugerindo-se, que o mesmo, seja disponibilizado em duas prestações: uma em dezembro de 2018 e outra em março de 2019, de acordo com a seguinte tabela: -----

Agrupamento de Escolas	Valor da 1ª prestação dezembro	Valor da 2ª prestação março	Valor Total
Dr. António Granjo	8.820,00€	4.410,00€	13.230,00€
Dr. Júlio Martins	8.341,33€	4.170,67€	12.512,00€
Fernão Magalhães	4.238,67€	2.119,33€	6.358,00€

Assim e caso esta proposta mereça concordância, salvo melhor opinião, tomo a liberdade de sugerir a seguinte metodologia: -----

a) Encaminhamento da presente informação à Divisão de Gestão Financeira para atribuição da rubrica orçamental, bem como, do respetivo compromisso, em cumprimento com a LCPA; -----

b) O seu encaminhamento, após confirmação do acima descrito, à próxima reunião de Câmara para deliberação; -----

c) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do executivo camarário, dever-se-á promover a devida publicitação, se aplicável, nos termos da Lei nº64/3013 de 27 de agosto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 13 de novembro de 2018 -----

A Técnica Superior -----

Lídia Pinto -----

DESPACHO DO SENHOR CHEFE DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL, ENG.º CARLOS FRANÇA, DATADO DE 13.10.2018. -----

Visto. Concorde. À consideração do Sr. Diretor de Departamento. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.15. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VICE PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. FRANCISCO MELO, DATADO DE 2018.11.15. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. -----

Os agrupamentos escolares beneficiários do presente apoio financeiro deverão apresentar, no final do ano escolar, relatório sobre a execução financeira das verbas concedidas pelo orçamento municipal. -----
Notifique-se. -----

3. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO ÀS JUNTAS DE FREGUESIAS DO CONCELHO DE CHAVES, COM ESCOLAS DO 1º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA, PARA EXPEDIENTE E LIMPEZA E OUTRAS DESPESAS - ANO LETIVO 2018/2019. INFORMAÇÃO Nº240/SE Nº101/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

As Juntas de Freguesia de Santa Maria Maior, UF Madalena/Samaiões, Valdanta, Vilar de Nantes, Redondelo, Bustelo, Cimo de Vila, Santa Cruz Trindade/Sanjurje, Mairos, Santo Estevão, Vila Verde da Raia e UF Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho das Paraneiras, do Concelho de Chaves, num total de doze Juntas de Freguesia, vêm através dos ofícios em anexo e à semelhança dos anos letivos anteriores, solicitar a atribuição de um subsídio, para suportar os encargos relacionados com o fornecimento de material de expediente e limpeza, às escolas do 1º ciclo do ensino básico e aos estabelecimentos de ensino da educação pré-escolar, que integram o seu território, em virtude de não disporem de recursos financeiros indispensáveis à assunção de aquisição e fornecimento de tal material, a favor das respetivas escolas. -----

Considerando que de acordo com a alínea mm), do nº1, do artigo 16, anexo I, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, compete às Juntas de Freguesia fornecer o material de limpeza e de expediente às escolas do 1º ciclo do ensino básico e aos estabelecimentos de educação pré-escolar; -----

Considerando que devido às sucessivas reorganizações escolares que o 1º ciclo e a educação pré-escolar têm sofrido, ao longo dos últimos anos, todas as escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância agrupam alunos de diferentes freguesias; -----

Considerando que sendo esta competência das Juntas de Freguesia para os alunos residentes, o Município de Chaves, no sentido de operacionalizar esta matéria, apoia financeiramente as Freguesias que recebem alunos de diferentes territórios, de forma a reduzir o impacto causado pela frequência nas escolas de alunos de outras Freguesias, como consequência dos referidos reordenamentos da rede escolar; -----

Considerando que as Juntas de Freguesia, cujo território integra escolas do 1º ciclo do ensino básico e estabelecimentos de educação pré-escolar, são as seguintes: -----

Freguesia	ESTABELECIMENTOS DE ENSINO EM FUNCIONAMENTO	AGRUPAMENTO
-----------	---	-------------

Santa Maria Maior	EB1 Chaves nº 1/Sto. Amaro EB1 Chaves nº 5/Casas dos Montes JI Chaves	Dr. António Granjo
UF Madalena/ Samaiões	EB1 Chaves nº3/Caneiro JI Caneiro JI Outeiro Jusão	
Valdanta	EB1 Valdanta JI Valdanta	
Vilar de Nantes	EB1 Vilar de Nantes nº1 JI Nantes	
Redondelo	JI Casas Novas	
Bustelo	EB1 Bustelo JI Bustelo	Dr. Júlio Martins
Cimo de Vila	EB1 de Cimo de Vila JI Cimo de Vila	
Santa Cruz Trindade/Sanjurge	EB1 Santa Cruz Trindade JI Santa Cruz Trindade	
Mairos	EB1 Mairos JI Mairos	
Santo Estevão	EB1 Santo Estevão JI Santo Estevão	
Vila Verde da Raia	EB1 Vila Verde da Raia JI Vila Verde da Raia	
UF Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho das Paranheiras	EB1 de Vidago JI Vidago	Fernão de Magalhães

Considerando que com a entrada em vigor da Lei nº75/2013 de 12 de setembro, e de acordo com a alínea j), do nº1, do artigo 25º, do anexo I, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, "deliberar sobre formas de apoio às Juntas de Freguesia no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios da população". -----

Assim, de forma a operacionalizar eficiente e eficazmente esta matéria e garantir o bom funcionamento dos referidos estabelecimentos de ensino, propõe-se que, de acordo com o pedido das retro mencionadas Juntas de Freguesia, o Município de Chaves transfira os correspondentes apoios financeiros, referentes ao **ano letivo 2018/2019** e que estas assumam, com os três Agrupamentos de Escolas do Concelho de Chaves, as competências estabelecidas na Lei nº75/2013 de 12 de setembro, relativas a esta matéria. -----

Considerando que estes apoios financeiros, pelos menos desde do ano letivo 2012/2013, têm sido no valor de: -----

Até 15 alunos

275.00 euros

16 a 20 alunos

303.00 euros

mais de 21 alunos

331.00 euros

Considerando que os retros mencionados escalões, em termos de número de alunos, não coincidem com o definido no Despacho Normativo nº10-A/2018, de 19 de junho de 2019, que estabelece "O regime de constituição de grupos e turmas e o período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino no âmbito da escolaridade obrigatória" e que estipula no seu nº4, do artigo 4º - **Constituição de turmas no 1º ciclo do ensino básico** - "As turmas do 1.º ciclo do ensino básico, nos estabelecimentos de ensino com mais de 1 lugar, que incluam alunos de mais de dois anos de escolaridade, são constituídas por 22 alunos"; -----

Considerando que acordo com o definido pelo executivo, para o ano letivo 2018/2019, de não encerrar escolas do 1º ciclo com menos de 10 alunos; -----

Considerando que face ao exposto tornou-se necessário rever os referidos escalões e de acordo com as orientações do Sr. Vereador da Educação, Dr. Francisco Melo, para o **ano letivo 2018/2019**, os escalões passam a ser os seguintes, com os respetivos valores associados: ----

Até 10 alunos **200.00 euros**
 11 a 22 alunos **300.00 euros**
 mais de 22 alunos **350.00 euros**

Assim o referido apoio financeiro é no valor total de **22.850,00€** e foi calculado de acordo com os critérios expostos no anexo I, devendo o mesmo ser disponibilizado em **três prestações**: a **primeira** em dezembro de 2018, no valor de **7.616,71€**, a **segunda** em janeiro de 2019 no valor de **7.616,67€** e a **terceira** em março de 2019 no valor de **7.616,62€**, de acordo com o anexo III. -----

Freguesia de	Estabelecimento de Ensino	Expediente/Limpeza	Outras despesas	Valor Total
Sta Maria Maior	EB1 Chaves nº1/Sto Amaro EB1 Chaves nº5/C dos Montes JI de Chaves	2.800.00€ 1.400.00€ 1.250.00€	100.00€	5.550,00€
UF Madalena/Samaiões	EB1 Chaves nº3/Caneiro JI Caneiro JI Outeiro Jusão	1.550.00€ 600.00€ 200.00€	100.00€ 300.00€	2.750,00€
Valdanta	EB1 de Valdanta JI de Valdanta	300.00€ 200.00€	200.00€ 100.00€	800,00€
Vilar de Nantes	EB1 de Vilar de Nantes nº1 JI de Nantes	600.00€ 300.00€	100.00€ 100.00€	1.100,00€
Redondelo	JI de Casas Novas	300.00€	100.00€	400,00€
Bustelo	EB1 de Bustelo JI de Bustelo	300.00€ 200.00€	100.00€	600,00€
Cimo de Vila	EB1 de Cimo de Vila JI de Cimo de Vila	200.00€ 200.00€	100.00€	500,00€
Santa Cruz Trindade/Sanjurged	EB1 Santa Cruz/Trindade JI Santa Cruz/Trindade	5.750.00€ 1.200.00€		6.950,00€
Mairos	EB1 de Mairos JI de Mairos	300.00€ 200.00€	100.00€	600,00€
Santo Estevão	EB1 de Santo Estevão JI de Santo Estevão	500.00€ 300.00€	100.00€ 100.00€	1.000,00€
Vila Verde da Raia	EB1 Vila Verde da Raia JI de Vila Verde da Raia	200.00€ 200.00€	200.00€ 100.00€	700,00€
UF Vidago, Arcossó, Vilarinho das Paraneiras	EB1 de Vidago JI de Vidago	1.200.00€ 600.00€	100.00€	1.900,00€
TOTAL		20.850,00€	2.000,00€	22.850,00€

Caso esta proposta mereça concordância, salvo melhor opinião, tomo a liberdade de sugerir a seguinte metodologia: -----

a) Encaminhamento da presente informação à Divisão de Gestão Financeira para atribuição da rubrica orçamental, bem como, do respetivo compromisso, em cumprimento com a LCPA; -----

b) O seu encaminhamento, após confirmação do acima descrito, à próxima reunião de Câmara para deliberação. -----

Caso esta proposta seja aprovada e nos termos da alínea j), do nº1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, deve a mesma ser encaminhada á próxima reunião da Assembleia Municipal, para que seja sancionada pelo referido órgão. -----

À Consideração superior. -----

Chaves, 22 de novembro de 2018 -----

A Técnica Superior, -----

(Lídia Pinto) -----

Anexo I: Fórmulas utilizadas de cálculo dos valores para o **ano letivo 2018/2019** em matéria de expediente e limpeza e outras despesas para a Educação Pré- Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico. -----

Anexo II: Lista de escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância, por Agrupamento de Escolas, com o número de alunos, por turma, e o cálculo dos respetivos valores em matéria de expediente e limpeza. -----

Anexo III: Valor da 1ª, 2ª e 3ª Prestação -----

DESPACHO DO SENHOR CHEFE DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL, ENG.º CARLOS FRANÇA, DATADO DE 23.10.2018. -----

Visto. Concorde. À consideração do Sr. Diretor de Departamento. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.26. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VICE PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. FRANCISCO MELO, DATADO DE 2018.11.26. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. COMPARTICIPAÇÃO DE PASSE 4_18 DOS ALUNOS CARENCIADOS QUE FREQUENTAM A ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA - ANO LETIVO 2018/2019. INFORMAÇÃO Nº254/SE Nº106/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Através da Informação **DDSC Nº187/SE Nº74/2018**, presente na reunião de Câmara de 13 de agosto de 2018, foram aprovadas as "*Normas de acesso ao apoio financeiro para os alunos que frequentam a escolaridade obrigatória e que, no âmbito do passe 4_18, utilizam os Transportes Urbanos de Chaves (linha 1 e 2)*", para o ano letivo 2018/2019 e que passo novamente a expor: -----

A) Normas de acesso ao apoio financeiro para os alunos que no âmbito do passe 4_18 utilizam os Transportes Urbanos de Chaves (linha 1 e 2)

1- **Comparticipação a 100% (do valor 9,60€)** - Alunos com o escalão A;
- **Comparticipação a 50% (do valor 18,00€)** - Alunos com o escalão B ou escalão social + (alunos com rendimentos reduzidos); -----
- **Não atribuição de participação** - Alunos sem escalão.-----

2- Este apoio destina-se a todos os alunos que frequentam a escolaridade obrigatória e que não se encontram abrangidos pelo transporte escolar previsto no Decreto - Lei nº 299/84, de 05 de setembro. -----

3- Os interessados deverão adquirir os passes nos escritórios da Auto Viação do Tâmega, Lda, e preencher a ficha de pedido de participação no Centro Cultural - setor de transportes escolares - devendo acompanhar o referido pedido com a apresentação do passe 4_18 adquirido; -----

4- O reembolso das referidas participações será efetuado no final de cada período, dezembro, abril e junho, mediante a apresentação dos respetivos comprovativos de despesa nos serviços de contabilidade do Município;-----

5- Será garantida a presença de **um ou dois vigilantes** (de acordo com o número de crianças que frequentam o Centro Escolar e que venham a utilizar esta modalidade) **na Linha 1** dos Transportes Urbanos de Chaves (Abobeira II - Centro de F. Profissional / Centro F. Profissional - Abobeira II), **no horário das 8h.30**, partida para o Centro Escolar.- Em consonância com o exposto e de acordo com a deliberação de Câmara de 13 de agosto de 2018, "*após a receção e avaliação dos pedidos de*

comparticipação, para o ano letivo 2018/2019, proceder-se-á à elaboração de proposta, a submeter ao executivo camarário, com os valores deste encargo e em cumprimento do LCPA, será atribuída a rubrica orçamental e o respetivo compromisso".-----

Considerando que no âmbito do passe 4_18, dos alunos que frequentam a escolaridade obrigatória, deram entrada, no Município de Chaves, cinquenta e três pedidos de participação financeira, que correspondem a **33 de alunos com o escalão A, a dezoito de alunos com o escalão B e a dois de alunos S/Escalão**, de acordo com a seguinte tabela: -----

Mapa de Alunos PASSE 4_18					
	Encarregado de Educação	NIF	Aluno	Escalão	% Participação
1	Rosa Maria Dias Correia	197887848	Maria João Correia Mendes	A	100%
2	Laurinda Martins Chaves Ribeiro	220484430	Afonso José Chaves Ribeiro	B	50%
3	Lúcia Barreira Teixeira	192049585	Gonçalo Filipe Teixeira Cabugueira	A	100%
4	Susana Maria Roxo Ribeiro	214882195	Francisco Ribeiro Martins	B	50%
5	Rosa Maria Dias Correia	197887848	Catarina Isabel Correia Mendes	A	100%
6	Elisabeta dos Anjos Mart. Cha. Gonçalves	219729190	Maria Beatriz Chaves Gonçalves	A	100%
7	Maria das Dores F. Marques Sepúlveda	222393653	Ruben Alexandre Marques	A	100%
8	Teresa Martins Chaves Rodrigues	210929677	Pedro Daniel Chaves Rodrigues	B	50%
9	Maria de Fátima Maia de Araújo	159509149	Beatriz Isabel Araújo Regadas	A	100%
10	Melissa Vinhais Sebastião	243315155	Soraia Vinhais Sebastião	A	100%
11	Domingos Carvalho	207674345	Bianca Sofia Rodrigues Carvalho	A	100%
12	Carlos Manuel Domingues Dias	160796083	João Miguel Dias Alves	A	100%
13	Rute Marlene Carvalho Neves Nascimento	216156092	Jorge Manuel Carvalho Nascimento	A	100%
14	Lyudmyla Novikova	236337335	Maria Cristina Novikova Vorênin	A	100%
15	Maria do Rosário Guerra da Graça	205937080	Samuel Carlos Fernandes da Graça	A	100%
16	Carla Cristina Lameirão Valente Gonçalves	217097898	Alexandra Filipa Lameirão Gonçalves	B	50%
17	Juliana da Silva Paula	275999297	Marco David Perrote da Silva	A	*
18	Rute Marlene Carvalho Neves Nascimento	216156092	Alexandre Carvalho Nascimento	A	100%
19	Jorge Marinheiro Marracho	220200343	Miriam Teixeira Marinheiro	A	100%
20	Marlene da Silva Costa	229288600	Mariana da Costa Lima	B	50%
21	Viviana Ferreira da Siva	280111045	Yara Vitória da Silva Marques	S/Es	0%**
22	Domingos Carvalho	207674345	Luís Pedro Rodrigues Carvalho	A	100%
23	Cristina Maria de Mora Monteiro	189231793	Matilde Leonor Moura Monteiro	A	100%
24	Maria Alice Tiago Oliveira	189957913	Joana Cláudia Brito Ferreira	A	100%
25	Juliana da Silva Paula	275999297	Marina Perrote da Silva	A	100%
26	Yomara de Almeida Noleto Mota	295927259	Lucas Almeida Noleto Mota	B	50%
27	Sara Vicente da Silva	224827820	Misael de Sousa Fernandes	B	50%
28	Viviana Ferreira da Siva	280111045	Nuno Miguel da Silva Marques	S/Es	0%**

29	Juliana da Silva Paula	275999297	Axel Perrote da Silva	A	100%
30	Sara Daniela Cabeleira	220117802	Daniela Filipa Cabeleira Pinheiro	A	100%
31	Andreia Sofia Ferreira da Silva	262076110	Luana filipa da Silva Santos	A	100%
32	Arlinda Vanessa dos Santos Gomes	265071801	Nuria Filipa Gomes dos Santos	A	100%
33	Angelina Sara Silva de Lima	295157194	Vinny de Lucas Lima de Oliveira	A	100%
34	Cláudio Gil Pereira Barreira Marques	216738687	Rodrigo Marques Barreira	B	50%
35	Fernanda Roxo Cirurgião Alves	221035290	Gino Gonçalo Cirurgião Alves	A	100%
36	Sónia Isabel Adão Viriato Collados	217099173	Lara Beatriz Viriato Silva	A	100%
37	Lucinda de Fátima Oliveira Monteiro	182377113	Beatriz Sofia Oliveira Monteiro	B	50%
38	Amadeu António da Silva	131937642	Alexandra Sophia Teixeira Silva	A	100%
39	Lucinda de Fátima Oliveira Monteiro	182377113	João Filipe Oliveira Sousa	A	100%
40	Teresa Laurinda Pereira Coelho Pereira	211974544	Alexandra Isabela Coelho Pereira	B	50%
41	Magemdo Muhindo	273938045	Ana Claris Muhindo	B	50%
42	Bela Cristina Ramos dos Santos	215452445	Diana Santos Ferreira	B	50%
43	Zita Maria Teixeira Alves Delgado	221346970	Filipa Alves Delgado	B	50%
44	Cidália Fernandes Videira Pinheiro	225631431	Leandro Videira Pinheiro	B	50%
45	Carina Antunes Ribeiro Batista	228754933	Rodrigo Ribeiro Batista	B	50%
46	Fernanda Roxo Cirurgião Alves	221035290	Élio Normando Cirurgião Alves	A	100%
47	Sónia Isabel Adão Viriato Collados	217099173	Inês Viriato Silva	A	100%
48	Flávio Jesus Pires	148641687	Luis Miguel Figueiredo Abrantes	B	50%
49	Isabel Branco	219382662	Marco Alexan. Branco Pinheiro	B	50%
50	João Valério Castro Pereira	188768092	Ana Beatriz Viana Castro Pereira	A	100%
51	Maria de Fátima Pires Alves Batista	188603808	Sofia Alves Batista	A	100%
52	Cidália Fernandes Videira Pinheiro	225631431	Hugo Videira Pinheiro	B	50%
53	Emília Maria de Jesus Batista Dias	132865041	Bianca dias Gomes	A	100%

*Considerando que relativamente ao pedido de comparticipação do aluno **Marco David Perrot da Silva**, de 4 anos de idade e com o escalão A, verificou-se que o mesmo frequenta o Jardim de Infância do Centro Escolar, não tendo o seu pedido enquadramento nas normas aprovadas, uma vez que se destinam aos alunos que frequentam a **escolaridade obrigatória**, pelo que o seu pedido de comparticipação não foi considerado; -----

Considerando que relativamente aos pedidos de comparticipação dos alunos **Yara Vitória da Silva Marques e Nuno Miguel da Silva Marques, verificou-se que os mesmos são alunos Sem/Escalão, pelo que de acordo com as normas aprovadas **não beneficiam de atribuição de comparticipação**. -----

Assim e de acordo com a tabela em anexo, o valor total previsto com este encargo, para o ano letivo 2018/2019, é de **4.501,30€** correspondendo o valor de **1.707,10€** ao 1º período e **2.794,20€** ao 2º e 3º período, devendo os referidos encarregados de educação fazer prova, junto da contabilidade, dos pagamentos efetuados em cada período. --- Caso esta proposta mereça concordância, salvo melhor opinião, tomo a liberdade de sugerir a seguinte metodologia: -----

- a) Encaminhamento da presente informação à Divisão de Gestão Financeira para atribuição da rubrica orçamental, bem, como, do respetivo compromisso, em cumprimento com o LCPA; -----
- b) O seu encaminhamento, após confirmação do acima descrito, à próxima reunião de Câmara para deliberação. -----
 À consideração superior. -----
 Chaves, 22 de novembro de 2018 -----
 A Técnica Superior -----
 Lídia Pinto -----
 Em anexo: Mapa dos alunos que utilizam o passe 4_18, de acordo com o escalão e o valor do respetivo encargo.-----

DESPACHO DO SENHOR CHEFE DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL, ENG.º CARLOS FRANÇA, DATADO DE 23.10.2018. -----

Visto. Concorde. À consideração do Sr. Diretor de Departamento. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.26. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VICE PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. FRANCISCO MELO, DATADO DE 2018.11.26. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. IDENTIFICAÇÃO DE PROCESSOS SUJEITOS A RESOLUÇÃO CONTRATUAL. AÇÕES DE DESPEJO DO LOCADO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº209/SHSDPC/N.º98/2018----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 1. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.10.25-----

Visto. Concorde. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.20. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.11.20. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

6. PROGRAMA DE APOIO À RENDA - PRORROGAÇÃO. PROCESSO N.º06/2015 INFORMAÇÃO/ PROPOSTA Nº216/SHSDPC/N.º104/2018-----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 2. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.11.10-----

Visto. Concorde. A presente informação cumpre todas as normas e

regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.11.20. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

IV

PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

1. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS NA CIDADE DE CHAVES. PROPOSTA N.º 83/GAP/2018 -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1 - JUSTIFICAÇÃO-----

1.1 - A ASSOCIAÇÃO ENRAIZARTE, com o NIPC 510 681 484, com sede no Largo da Estação, apartado 564, 5400-231 Chaves, vem requerer apoio financeiro no montante de 25.000,00€ (vinte e cinco mil euros) para o desenvolvimento do plano de atividades que se anexa, tendo em atenção que muitos dos eventos constantes no plano já tiveram efetivação. ---

1.2 - A ASSOCIAÇÃO ENRAIZARTE - O Projeto Enraizarte começou por ser uma experiência musical que rápido se transformou em algo maior, e dignificante para a música tradicional, não só do nosso concelho como de abrangência e importância de reconhecimento nacional. -----

1.3 - O primeiro passo foi a criação de uma estrutura para efetuar o trabalho de campo centrado na recolha e tratamento de temas tradicionais, passando pelos arranjos e composições originais, dignificando assim a nossa história musical e as nossas raízes. Surgiram então 2 grupos com cariz distinto, o formato de animação de rua, formação típica transmontana (gaita; caixa e bombo) e o projeto de palco formado por 11 elementos em que a diversidade de formações musicais dos seus elementos ajudaram a criar um estilo impar e marcante. -----

- A ASSOCIAÇÃO ENRAIZARTE justifica o apoio financeiro com o plano de atividades para 2018; -----

- A ASSOCIAÇÃO ENRAIZARTE pretende dar continuidade ao esforço que tem vindo a fazer, a fim de proporcionar na cidade de Chaves programas culturais de qualidade, através da programação de espetáculos musicais de índole própria. Prova disso, é a realização de espetáculos de musicais durante o ano, de produção própria, com a inclusão de músicos próprios. -----

- A ASSOCIAÇÃO ENRAIZARTE envolve-se em eventos de participação e animação cívica com as escolas e organismos públicos desenvolvidas pelo Município. -----

- A ASSOCIAÇÃO ENRAIZARTE proporciona transferência de conhecimento e formação em contexto real nos eventos musicais, teatrais, de dança e desportivos. -----

1.4 - Os municípios dispõem de atribuições na promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, competindo à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças, em conformidade com o disposto na alínea e), do nº2, do artigo 23º, e na alínea u) do nº1 do Artigo 33º, ambos do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

2 - PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO: -----

Em coerência com as razões anteriormente enunciadas e ao abrigo do disposto na alínea e), do nº2, do artigo 23º, e na alínea u) do nº1 do Artigo 33º, ambos do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário que adote deliberação no sentido de: -----

a) Aprovar a presente proposta, consubstanciada na celebração de um Contrato Programa de Desenvolvimento Cultural com a ASSOCIAÇÃO ENRAIZARTE, com o NIPC 510 681 484, com sede no Largo da Estação, em Chaves, titulando a comparticipação financeira do plano de atividades para 2018, mediante a atribuição de um apoio, no valor global de €25.000,00, concretizando os objetivos constantes do contrato de Desenvolvimento Cultural: -----

b) Que o contrato em questão possa vigorar para o ano económico de 2018; -----

c) Simultaneamente, aprovar a minuta do respetivo Contrato Programa de Desenvolvimento Cultural, cujo teor se dá por integralmente reproduzido; -----

d) Caso a presente proposta seja aprovada nos termos acima enunciados, dever-se-á: -----

I. Promover a publicação em boletim municipal e/ou jornal local, bem como promover a sua publicitação nos termos e para os efeitos previstos na Lei nº 64/2013, de 27 de agosto; -----

II. Dar conhecimento à entidade interessada do teor da decisão tomada;

e) A presente proposta tem cobertura na rubrica orçamental 04.07.01.01. -----

Chaves, 23 de novembro de 2018-----

O Presidente da Câmara Municipal-----

(Nuno Vaz Ribeiro) -----

Anexos: -----

- Plano de Atividades para 2018; -----

- Estatutos; -----

- Minuta do contrato Programa -----

MINUTA - CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL-----

Entre: -----

Primeiro: **MUNICÍPIO DE CHAVES**, com o NIPC 501205551, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Nuno Vaz Ribeiro, licenciado em Direito, casado, natural da freguesia dee concelho de Chaves, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, em Chaves, e poderes para o ato conferidos por deliberação camarária de ... de de 2018; -----

E -----

Segundo: **ASSOCIAÇÃO ENRAIZARTE**, com o NIPC 510 681 484, com sede no Largo da Estação, apartado 564, 5400-231Chaves, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Direção, Marcelo José Pinto de Almeida, titular do Cartão de Cidadão nº 11930749-9ZX0, válido até 10-04-2028 e pelo Vice-Presidente da Direção, Luciano André Pinto

Pereira, titular do Cartão de Cidadão nº 12463418 - 4ZY0, válido até 18-12-2027. -----

Considerando que, por deliberação camarária de .../.../201..., foi aprovada a **Proposta nº xx/ 2018, consubstanciada na atribuição de comparticipação financeira, referente ao ano económico de 2018;** ----

A celebração do presente Contrato Programa de Desenvolvimento Cultural, rege-se de acordo com o disposto nas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª -----
(Objeto) -----

Constitui objeto do presente contrato o apoio financeiro - Apoio ao Associativismo - à execução do Programa de Atividades de Desenvolvimento Cultural, que a **Associação Enraízarte** apresentou a este Município, referente ao ano de 2018, na prática de atividades culturais, da formação e da divulgação cultural e científica, cujo **Plano de Atividades** se anexa a este contrato-programa. -----

Cláusula 2ª -----
(Período de execução do contrato) -----

O programa de atividades culturais titulado pelo presente contrato-programa produz efeitos no ano de 2018. -----

Cláusula 3ª -----
(Comparticipação financeira e demais apoios municipais) -----

1. A comparticipação financeira, de natureza pecuniária, a prestar pelo Município de Chaves à Associação Enraízarte é de **25 000,00 €** (vinte e cinco mil euros), nos termos do Programa de Atividades, oportunamente, apresentado. -----

2. A liquidação do subsídio em causa será feita de uma só vez, sendo suportada pela rubrica orçamental 04.07.01.01, correspondendo ao presente encargo o Compromisso nº 2957 extraído do sistema informático de apoio à execução orçamental. -----

Cláusula 4ª -----
(Disponibilização financeira) -----

A comparticipação financeira a prestar pelo Município à Associação Enraízarte será liquidada através de transferência bancária para o IBAN PT50 0018 000802780913020 53 -----

Cláusula 5ª -----
(Enquadramento legal) -----

1. O presente contrato fica sujeito aos princípios gerais da atividade administrativa (Código do Procedimento Administrativo) e aos princípios gerais da contratação pública, previstos no artigo 1º-A do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos; -----

2. De acordo com a alínea c), do n.4, do artigo 5 do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos, ao presente contrato programa não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos; -----

3. De acordo com o artigo 290-A do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos, é designado como Gestor do Contrato o técnico superior do município de Chaves, Dr.º. Jorge Leite. -----

Cláusula 6ª -----
(Obrigação da transparência) -----

1. O segundo outorgante deve dar cumprimento às seguintes obrigações essenciais: -----

a) Apresentação trimestral de relatórios sobre a boa execução do programa cultural; -----

b) Apresentação de documentos contabilísticos correlacionados, com as respetivas atividades constante do programa, e que são objeto de financiamento da autarquia; -----

c) Consagração de um dever de informação geral, junto do gestor do contrato, sobre todas as atividades, desenvolvidas e a desenvolver, no âmbito da boa execução do contrato. -----

Cláusula 7ª -----

(Produção de efeitos) -----

O presente contrato produz efeitos no ano de 2018. -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

O Presidente da Direção da Associação Enraízarte, -----

O Vice-Presidente da Associação Enraízarte, -----

Em Anexo: - Plano Anual de Atividades de 2018; -----

- Certidão comprovativa da situação regularizada perante a Segurança Social; - Certidão comprovativa da situação tributária regularizada;

- Cópia dos respetivos Estatutos; -----

- Documento comprovativo da sua legal constituição; -----

- Cópia do NIPC; -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES, DESTINADO A CUSTEAR AS DESPESAS COM A FESTA DE NATAL 2018. PROPOSTA Nº 84/GAP/18-----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Da Exposição de Motivos -----

O **CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES**, com o NIPC 503 327 476, com sede no Edifício Museu Ferroviário de Chaves, 1º Piso, em Chaves, vem requerer apoio financeiro no montante de 8.000,00 € (Oito Mil Euros) para o desenvolvimento do plano de atividades que se anexa, tendo em atenção que muitos dos eventos constantes no plano já tiveram efetivação. ---
Considerando que esta associação é responsável pela conceção/realização de diversas atividades, de cariz recreativo, desportivo e cultural, direcionadas para os funcionários e suas famílias, nomeadamente; -----

• Dia em família; -----

• Jogos sem fronteiras; -----

• S. João; -----

• S. Martinho; -----

• Competições desportivas entre os trabalhadores da autarquia. ---
Considerando que as atividades mencionadas fomentam o salutar convívio entre os sócios, familiares e amigos, promovendo, de acordo com cada atividade, diversos objetivos: socialização, prática de desporto, conhecer novos destinos, etc.; -----

Considerando que as atividades calendarizadas, envolvem um orçamento superior às receitas do CCD/CMC; -----

Os municípios dispõem de atribuições na promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, competindo à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção

de doenças, em conformidade com o disposto na alínea e), do nº2, do artigo 23º, e na alínea p) do nº1 do Artigo 33º, ambos do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

2 - PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO: -----

Em coerência com as razões anteriormente enunciadas e ao abrigo do disposto na alínea e), do nº2, do artigo 23º, e na alínea p) do nº1 do Artigo 33º, ambos do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário que adote deliberação no sentido de:-----

a) Aprovar a presente proposta, consubstanciada na celebração de um Contrato Programa de Desenvolvimento Cultural com o CCD/CMC, com o NIPC 503 327 476, com sede no Largo da Estação, em Chaves, titulando a comparticipação financeira do plano de atividades para 2018, mediante a atribuição de um apoio, no valor global de €8.000,00, concretizando os objetivos constantes do Contrato Programa de Desenvolvimento Cultural: -----

b) Que o contrato em questão possa vigorar para o ano económico de 2018; -----

c) Simultaneamente, aprovar a minuta do respetivo Contrato Programa de Desenvolvimento Cultural, cujo teor se dá por integralmente reproduzido; -----

d) Caso a presente proposta seja aprovada nos termos acima enunciados, dever-se-á: -----

I - Promover a publicação em boletim municipal e/ou jornal local, bem como promover a sua publicitação nos termos e para os efeitos previstos na Lei nº 64/2013, de 27 de agosto; -----

II - Dar conhecimento à entidade interessada do teor da decisão tomada;

e) A presente proposta tem cobertura na rubrica orçamental 04.07.01.01. -----

Chaves, 23 de novembro de 2018 -----

O Presidente da Câmara Municipal-----

(Nuno Vaz Ribeiro) -----

Anexos: -----

- Plano de Atividades para 2018; -----

- Estatutos;-----

- Minuta do Contrato Programa -----

MINUTA - CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL-----

Entre: -----

Primeiro: **MUNICÍPIO DE CHAVES**, com o NIPC 501205551, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Nuno Vaz Ribeiro, licenciado em Direito, casado, natural da freguesia dee concelho de Chaves, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, em Chaves, e poderes para o ato conferidos por deliberação camarária de ... de de 2018; -----

E -----

Segundo: **Centro Cultural Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Chaves**, com o NIPC 503 327 476, com sede no Edifício Museu Ferroviário, 1º Piso, em Chaves, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Direção, Marcos Barroco, titular do Cartão de Cidadão n.º _____, válido até _____ .-----

Considerando que, por deliberação camarária de .../.../201..., foi aprovada a **Proposta nº xx/ 2018, consubstanciada na atribuição de comparticipação financeira, referente ao ano económico de 2018; -----**

A celebração do presente Contrato Programa de Desenvolvimento Cultural, rege-se de acordo com o disposto nas cláusulas seguintes: -

Cláusula 1ª-----

(Objeto)-----

Constitui objeto do presente contrato o apoio financeiro - Apoio ao Associativismo - à execução do Programa de Atividades de Desenvolvimento Cultural, que o CCD/CMC apresentou a este Município, referente ao ano de 2018, na prática de atividades recreativas e culturais, cujo **Plano de Atividades** se anexa a este contrato-programa.

Cláusula 2ª-----

(Período de execução do contrato)-----

O programa de atividades culturais titulado pelo presente contrato-programa produz efeitos no ano de 2018. -----

Cláusula 3ª-----

(Comparticipação financeira e demais apoios municipais)-----

1. A participação financeira, de natureza pecuniária, a prestar pelo Município de Chaves ao CCD/CMC é de **8 000,00 €** (oito mil euros), nos termos do Programa de Atividades, oportunamente, apresentado. ---

2. A liquidação do subsídio em causa será feita de uma só vez, sendo suportada pela rubrica orçamental 04.07.01.01, correspondendo ao presente encargo o Compromisso nº 2940/2018 extraído do sistema informático de apoio à execução orçamental. -----

Cláusula 4ª-----

(Disponibilização financeira)-----

A participação financeira a prestar pelo Município ao CCD/CMC será liquidada através de transferência bancária para o IBAN PT50 003502490004876313073. -----

Cláusula 5ª-----

(Enquadramento legal)-----

1. O presente contrato fica sujeito aos princípios gerais da atividade administrativa (Código do Procedimento Administrativo) e aos princípios gerais da contratação pública, previstos no artigo 1º-A do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos; -----

2. De acordo com a alínea c), do n.4, do artigo 5 do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos, ao presente contrato programa não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos; -----

3. De acordo com o artigo 290-A do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos, é designado como Gestor do Contrato o técnico superior do Município de Chaves, Dr.º Jorge Leite. -----

Cláusula 6ª-----

(Obrigação da transparência)-----

2.O segundo outorgante deve dar cumprimento às seguintes obrigações essenciais:-----

d) Apresentação trimestral de relatórios sobre a boa execução do programa cultural; -----

e) Apresentação de documentos contabilísticos correlacionados, com as respetivas atividades constante do programa, e que são objeto de financiamento da autarquia; -----

f) Consagração de um dever de informação geral, junto do gestor do contrato, sobre todas as atividades, desenvolvidas e a desenvolver, no âmbito da boa execução do contrato. -----

Cláusula 7ª-----

(Produção de efeitos)-----

O presente contrato produz efeitos no ano de 2018. -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

O Presidente da Direção do CCD/CMC -----

Em Anexo: - Plano Anual de Atividades de 2018; -----

- Certidão comprovativa da situação regularizada perante a Segurança Social;
- Certidão comprovativa da situação tributária regularizada;
- Cópia dos respetivos Estatutos; -----
- Documento comprovativo da sua legal constituição; -----
- Cópia do NIPC; -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À "ASSOCIAÇÃO ALBERTO PAULO ADAMASTOR". PROPOSTA Nº 85/GAP/18. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Da Exposição de Motivos-----

A Associação Alberto Paulo ADAMASTOR", NIPC 513 008 586, com sede na Rua Abade Fraga, nº 1, Fonte do Leite, em Chaves, solicitou apoio financeiro para concretizar as atividades constantes do seu plano de atividades. -----

Considerando que esta associação sem fins lucrativos, constituída em 2012, com objeto estatutário vocacionado para o desenvolvimento de atividades culturais e sociais, tem vindo a realizar diversos concertos musicais, destacando-se, neste campo, o evento denominado "Tributo a Alberto Paulo";-----

Considerando que na área social, a associação tem uma forte expressão no desenvolvimento das atividades que leva a efeito, as quais, conforme decorre dos estatutos, realiza em estrita ligação com a Liga Portuguesa contra o Cancro;-----

Considerando que o apoio às entidades em referência, se enquadra no Regulamento de Apoio a Iniciativas Regulares ou Pontuais, de Natureza Educativa, Desportiva, Recreativa, Cultural, Social e Outras, aprovado pelo Executivo Municipal em reunião de 26 de março de 2015 e sancionado pelo órgão Deliberativo Municipal em sessão ocorrida no dia 29 de abril de 2015; -----

Considerando, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u) do número 1, do artigo 33º, do Anexo 1, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município.-----

Considerando que a proposta está excluída do âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos, nos termos das disposições combinadas previstas no referido código nos Artigos 5º e 5º B, sendo, no entanto, sujeitos aos Princípios Gerais da Contratação Pública, previstos no Artigo 1º A do CCP;-----

II - Da Proposta em Sentido Estrito-----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, submeto à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta:-----

a) Que seja apoiada a "Associação Alberto Paulo Adamastor", com o valor de 800,00 € (Oitocentos Euros); -----

b) Caso a presente proposta seja aprovada nos termos acima enunciados, dever-se-á:-----

- Promover a publicação em boletim municipal e/ou jornal local, bem como promover a sua publicitação nos termos e para os efeitos previstos na Lei nº 64/2013, de 27 de agosto;-----

- Dar conhecimento à referida entidade do teor da decisão tomada;---

c) Remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização;-----

d) A presente proposta tem cobertura orçamental através da rubrica mencionados 04070101. Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexam-se à presente informação documentos contabilísticos da Divisão Financeira. -----

Chaves, 23 de novembro de 2018-----

O Presidente da Câmara-----

(Nuno Vaz)-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

V

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO

2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO

3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, NUNO VAZ. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 3. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR RESPONSÁVEL, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ENG. VICTOR SANTOS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 4. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3. PEDIDO DE CERTIDÃO - REABILITAÇÃO URBANA-DEDUÇÃO EM IRS - INFORMAÇÃO N°381/ DSCH/18 - TÉCNICO: ARTUR LOPES BALTAZAR, ENG.º CIVIL. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. INTRODUÇÃO -----

A Sra. Dalila Videira Teixeira, na qualidade de proprietária, veio através dos requerimentos números 2204/18 e 2340/18 (junção de elementos), solicitar certidão comprovativa que o edifício que

reconstruiu, na Rua da Ponte nº37/Rua do Rio nº5, em Chaves, se localiza em área de reabilitação urbana e foi recuperado nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, para os seguintes efeitos:

a) Dedução à coleta em sede de IRS, até ao limite de 500€, de 30% dos encargos suportados pelo proprietário relacionados com a reabilitação (n.º 4 do artigo 71.º do EBF); -----

b) Tributação à taxa de 5%, dos rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes em território português, quando sejam inteiramente decorrentes do arrendamento (n.º 7 do artigo 71.º do EBF). -----

1.1. LOCALIZAÇÃO -----

O prédio urbano está situado entre a Rua da Ponte nº37 e a Rua do Rio nº5, freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves e está descrito no registo da Conservatória com o nº2961/20091110 e inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo nº6908. -----

1.2. ANTECEDENTES -----

1.2.1 De acordo com a Escritura de Compra e Venda, o imóvel foi adquirido em partes iguais, pela Sra. Dalila Videira Teixeira e pela Sra. Maria de Lurdes Fernandes Videira, no dia 11 de julho de 2016. - Posteriormente, em 13 de agosto de 2018, a Sra. Maria de Lurdes Fernandes Videira doou a metade indivisa do prédio à Sra. Dalila Videira Teixeira. -----

1.2.2. A Sra. Dalila Videira Teixeira, em seu nome e dos outros restantes comproprietários, no dia 16 de novembro de 2016, apresentou a comunicação do início dos trabalhos para a reconstrução do edifício referenciado, tendo sido aceite por despacho favorável do vereador responsável em 26 de junho de 2017. -----

1.2.3. O alvará para ocupação da via pública com o nº103/17 foi emitido em 15 de setembro de 2017, com o termo para a conclusão da obra, em 14 de dezembro de 2017. -----

1.2.4. Em 2 de agosto de 2018 veio a requerente solicitar o alvará de autorização de utilização, tendo sido emitido pelo Município em 24 de setembro de 2018, com o nº123/18. -----

2. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO -----

2.1. ENQUADRAMENTO NO REGIME JURÍDICO -----

O Município numa estratégia de promover a reabilitação urbana para o centro histórico de Chaves, por deliberação do órgão executivo camarário em reunião ordinária realizada no dia 21 de Janeiro de 2013, aprovou a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU), devidamente sancionada pelo órgão deliberativo municipal, em sua sessão ordinária realizada no dia 27 de Fevereiro de 2013, e posteriormente publicada, por Aviso nº4653, em Diário da República, II série, nº67, no dia 5 de abril de 2013. -----

A 21 de agosto de 2015, por deliberação do órgão executivo camarário tomada em reunião ordinária, foi aprovada a alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves, devidamente sancionada pela Assembleia Municipal, em sessão de 29/09/2015 e posteriormente publicada, por Aviso nº2495/2016, em Diário da República, 2.ª série, n.º 40, de 26 de Fevereiro de 2016, com a fundamentação constante nos Programas de Estratégia de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves - Masterplan. -----

2.1.1. ENQUADRAMENTO COM A DEDUÇÃO À COLETA EM SEDE DE IRS DOS ENCARGOS SUPOSTADOS COM A REABILITAÇÃO -----

São dedutíveis à coleta, em sede de IRS, 30% dos encargos suportados pelo proprietário com as obras de reabilitação, até ao limite de 500€, quando decorrentes de imóveis situados em área de reabilitação urbana - ARU e recuperados nos termos das respetivas estratégias de

reabilitação, de acordo com o disposto na alínea a) do nº4 do artigo 71º do EBF. -----

Os encargos previstos com a reabilitação de imóveis localizados em ARU devem ser devidamente comprovados e dependem de certificação prévia por parte do órgão de gestão da área de reabilitação ou da comissão arbitral municipal, de acordo com os nº18 e 24 do artigo 71.º do EBF.

2.1.2. ENQUADRAMENTO RELATIVO À TAXA DE 5% SOBRE OS RENDIMENTOS PREDIAIS AUFERIDOS -----

Os rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes em território português são tributados à taxa de 5%, quando decorrentes de imóveis situados em área de reabilitação urbana, recuperados nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, de acordo com a alínea a) do nº 7º do artigo 71º do EBF. -----

3. CONSIDERAÇÕES DO PARECER -----

3.1. Os benefícios fiscais atribuídos no âmbito do artigo 71º do EBF são aplicáveis a imóveis que tenham iniciado as ações de reabilitação após a publicação da ARU, isto é, dia 5 de abril de 2013, e promovidos nos termos do regime Jurídico de Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei nº307/2009, de 23 de outubro. -----

3.2. O prédio urbano está dentro da delimitação da área de reabilitação, estando por isso enquadrado no regime específico que permite usufruir da dedução à coleta, em sede de IRS, 30% dos encargos suportados pelo proprietário com as obras de reabilitação, até ao limite de 500€ e tributação dos rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS à taxa de 5% (números 4 e 7 do artigo 71º do EBF). -----

3.3. No âmbito do nº 24 do artigo 71º do EBF, o município certifica o estado de conservação do imóvel antes e após as obras compreendidas na ação de reabilitação, de acordo com a escala constante no nº 3 do artigo 6º da Portaria nº1192-B/2006 de 3 de Novembro, que define a ficha de avaliação na qual constam os elementos relevantes do imóvel para a determinação do estado de conservação. -----

3.4. No dia 28 de novembro de 2017 a comissão municipal fez a vistoria inicial a certificar o estado de conservação do imóvel, tendo sido considerado um estado de conservação de médio (nível 3), conforme consta da ficha de avaliação, anexa ao processo. -----

3.5. No dia 2 de outubro de 2018 a comissão municipal fez a vistoria final a certificar o estado de conservação do imóvel, tendo sido considerado um estado de conservação de Excelente (nível 5) para todas as andares do prédio, conforme consta das fichas de avaliação, anexas ao processo. -----

3.6. Tendo em consideração o descrito nos pontos 3.4 e 3.5, o estado de conservação cumpre o disposto na alínea b) do nº1 do artigo 45º do EBF, isto é, as obras de reabilitação levadas a efeito pelos proprietários do imóvel, neste caso, subiram dois níveis acima do atribuído antes da intervenção -----

3.7. Estando o prédio urbano dentro da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves - ARU, e cumprindo o disposto no ponto 3.6, fica enquadrado no regime específico que permite deduzir, em sede de IRS, 30% dos encargos suportados pelo proprietário com as obras de reabilitação, até ao limite de 500€. ---

3.8. No que respeita à certidão para tributação à taxa de 5% dos rendimentos prediais auferidos por arrendamento, a mesma incide sobre as frações a seguir discriminadas: -----

Imóvel	Uso da unidade
Artigo matricial 6908	

Fração A - 2º piso	Comércio
Fração B - 3º piso	Habitação
Fração C - 4º piso	Habitação
Fração D - 5º piso	Habitação

4. DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

4.1. Face ao exposto proponho a emissão da certidão para efeitos de isenção de IRS em 30% dos encargos suportados pela proprietária, Sra. Dalila Videira Teixeira, contribuinte nº 215309162, com as obras de reabilitação até ao limite de 500€ e a tributação à taxa de 5% dos rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes em território português, nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, de acordo com os números 18 e 24 do artigo 71º do EBF.

4.2. A presente informação deverá ser presente em reunião da Câmara Municipal, no sentido do órgão executivo municipal deliberar sobre a presente proposta. -----

4.3. Notificar a requerente da decisão praticada pela Câmara Municipal de acordo com o disposto nos artigos 114.º do Código do Procedimento Administrativo, acompanhada da presente informação técnica. -----

À consideração superior. -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE SALVAGUARDA DO CENTRO HISTÓRICO, ARQº ANTÓNIO MALHEIRO, DE 21.11.2018-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.23-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.11.23. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.4. CERTIDÃO DE REABILITAÇÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DE IMI E IMT - INFORMAÇÃO Nº382/DSCH/18 - TÉCNICO: ARTUR LOPES BALTAZAR, ENG.º CIVIL.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. INTRODUÇÃO -----

A Sra. Dalila Videira Teixeira, na qualidade de proprietária, veio através dos requerimentos números 2267/18 e 2340/18 (junção de elementos), solicitar certidão comprovativa que o edifício que reconstruiu, na Rua da Ponte nº37/Rua do Rio nº5, em Chaves, se localiza em área de reabilitação urbana e foi recuperado nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, para os seguintes efeitos:

a) Isenção de IMI pelo período de três anos (alínea a) do n.º 2 do artigo 45º do Decreto-Lei nº215/89 de 1 de julho - Estatuto dos Benefícios Fiscais - EBF); -----

b) Isenção de IMT na aquisição de prédio urbano objeto de reabilitação urbana (alínea b) do n.º 2 do artigo 45º do EBF); -----

1.1. LOCALIZAÇÃO -----

O prédio urbano está situado entre a Rua da Ponte nº37 e a Rua do Rio

nº5, freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves e está descrito no registo da Conservatória com o nº2961/20091110 e inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo nº6908. -----

1.2. ANTECEDENTES -----

1.2.1 De acordo com a Escritura de Compra e Venda, o imóvel foi adquirido em partes iguais, pela Sra. Dalila Videira Teixeira e pela Sra. Maria de Lurdes Fernandes Videira, no dia 11 de julho de 2016. - Posteriormente, em 13 de agosto de 2018, a Sra. Maria de Lurdes Fernandes Videira doou a metade indivisa do prédio à Sra. Dalila Videira Teixeira. -----

1.2.2. A Sra. Dalila Videira Teixeira, em seu nome e dos outros restantes comproprietários, no dia 16 de novembro de 2016, apresentou a comunicação do início dos trabalhos para a reconstrução do edifício referenciado, tendo sido aceite por despacho favorável do vereador responsável em 26 de junho de 2017. -----

1.2.3. O alvará para ocupação da via pública com o nº103/17 foi emitido em 15 de setembro de 2017, com o termo para a conclusão da obra, em 14 de dezembro de 2017. -----

1.2.4. Em 2 de agosto de 2018 veio a requerente solicitar o alvará de autorização de utilização, tendo sido emitido pelo Município em 24 de setembro de 2018, com o nº123/18. -----

2. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO -----

2.1. ENQUADRAMENTO NO REGIME JURÍDICO -----

O Município numa estratégia de promover a reabilitação urbana para o centro histórico de Chaves, por deliberação do órgão executivo camarário em reunião ordinária realizada no dia 21 de Janeiro de 2013, aprovou a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU), devidamente sancionada pelo órgão deliberativo municipal, em sua sessão ordinária realizada no dia 27 de Fevereiro de 2013, e posteriormente publicada, por Aviso nº4653, em Diário da República, II série, nº67, no dia 5 de abril de 2013. -----

A 21 de agosto de 2015, por deliberação do órgão executivo camarário tomada em reunião ordinária, foi aprovada a alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves, devidamente sancionada pela Assembleia Municipal, em sessão de 29/09/2015 e posteriormente publicada, por Aviso nº2495/2016, em Diário da República, 2.ª série, n.º 40, de 26 de Fevereiro de 2016, com a fundamentação constante nos Programas de Estratégia de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves - Masterplan. -----

2.1.1. ENQUADRAMENTO FACE AO IMI -----

Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação inseridos na ARU são passíveis de isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) por um período de três anos, a contar do ano inclusive, da conclusão da reabilitação, podendo ser renovada por um período adicional de cinco anos, ao abrigo da alínea a) do nº2 do artigo 45º do EBF (alteração introduzida pela Lei 114/2017 de 29 de dezembro). -----

2.1.2. ENQUADRAMENTO FACE AO IMT -----

Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação inseridos na ARU que iniciem no prazo de 3 (três) anos a contar da data da aquisição do imóvel, as respetivas obras de reabilitação, são passíveis de isenção de IMT ao abrigo da alínea b) do nº 2 do artigo 45º do EBF (alteração introduzida pela Lei 114/2017 de 29 de dezembro) ficando dependente do reconhecimento pela Câmara Municipal da área da situação do prédio após as respetivas obras de reabilitação, conforme o nº 4 do artigo 45º do EBF. -----

3. CONSIDERAÇÕES DO PARECER -----

3.1. Os benefícios fiscais atribuídos no âmbito do artigo 45º do EBF são aplicáveis a imóveis que tenham iniciado as ações de reabilitação após a publicação da ARU, isto é, dia 5 de abril de 2013, e promovidos nos termos do regime Jurídico de Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei nº307/2009, de 23 de outubro. -----

3.2. O prédio urbano está dentro da delimitação da área de reabilitação, estando por isso enquadrado no regime específico que permite usufruir da isenção de IMI e IMT (artigo 45º do EBF). -----

3.3. No âmbito da alínea b) do nº1 e do nº4 do artigo 45º do EBF, o município certifica o estado de conservação do imóvel antes e após as obras compreendidas na ação de reabilitação, de acordo com a escala constante no nº 3 do artigo 6º da Portaria nº1192-B/2006 de 3 de Novembro, que define a ficha de avaliação na qual constam os elementos relevantes do imóvel para a determinação do estado de conservação. --

3.4. No dia 28 de novembro de 2017 a comissão municipal fez a vistoria inicial a certificar o estado de conservação do imóvel, tendo sido considerado um estado de conservação de médio (nível 3), conforme consta da ficha de avaliação, anexa ao processo. -----

3.5. No dia 2 de outubro de 2018 a comissão municipal fez a vistoria final a certificar o estado de conservação do imóvel, tendo sido considerado um estado de conservação de Excelente (nível 5) para todas os andares do prédio, conforme consta das fichas de avaliação, anexas ao processo. -----

3.6. Tendo em consideração o descrito nos pontos 3.4 e 3.5, o estado de conservação cumpre o disposto na alínea b) do nº1 do artigo 45º do EBF, isto é, as obras de reabilitação levadas a efeito pelos proprietários do imóvel, neste caso, subiram dois níveis acima do atribuído antes da intervenção. -----

3.7. Relativamente à apresentação da certificação energética referida na alínea b) do nº 1 do artigo 45º do EBF, considera-se isenta, dado que, por razões de ordem arquitetónica e patrimonial, a reabilitação tornar-se-ia inviável, considerando-se apesar de tudo que as obras de reabilitação aumentaram significativamente o desempenho térmico, em relação à situação do edifício antes da intervenção. -----

3.8. No que respeita ao IMI, considerando a taxa de 0.338%, a isenção por um período de 3 anos, resulta numa redução de receita para o município, sendo neste caso e de acordo com a avaliação constante na caderneta predial: -----

Imóvel Artigo matricial 6908	Uso da unidade	Data Avaliação	VPT	IMI (1 ano)	IMI (3 anos)
Fração A - 2º piso	Comércio	3/03/2018	31 340,00€	105,93€	317,79€
Fração B - 3º piso	Habitação	3/03/2018	26 420,00€	89,30€	267,90€
Fração C - 4º piso	Habitação	3/03/2018	27 880,00€	94,23€	282,69€
Fração D - 5º piso	Habitação	3/03/2018	25 390,00€	85,82€	257,46€

Assim, o município perderá receita anual no valor de 375,28€ e de 1 125,84€ durante os 3 anos da isenção de IMI, referentes ao imóvel objeto de apreciação. -----

3.9. No que respeita ao IMT, considerando que o período que decorreu entre a aquisição do prédio, 11/07/2016, e o início da obra de reconstrução, alvará para ocupação da via pública emitido em 15/09/2017, não ultrapassou os três anos, pelo que a requerente cumpriu, o prazo estipulado na alínea b) do nº2 do EBF. -----

O Imposto Municipal de Transmissão de Imóveis- IMT, foi liquidado pela Sra. Dalila Videira Teixeira, contribuinte nº 215309162, conforme documento com a referência de pagamento nº160.716.178.485.034 a importância de 1 868,75€, liquidada em 12 de julho de 2016 e pela Sra. Maria de Lurdes Fernandes Videira, contribuinte nº 148868592, conforme documento com a referência de pagamento nº160.016.178.432.038 a importância de 1 868,75€, liquidada no mesmo dia, 12 de julho de 2016.

4. DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

4.1. Face ao exposto proponho a emissão da certidão para efeitos de isenção de IMI, em nome de Dalila Videira Teixeira, contribuinte nº 215309162, por um período de três anos, dando cumprimento ao disposto no nº 4 do artigo 45º do EBF. -----

4.2. Considerando que o período que decorreu entre a aquisição do prédio e o início da obra de reconstrução não ultrapassou os três anos, propõe-se o deferimento do pedido de restituição do IMT, no valor total de 3 737,50€, subdividido pelas compradoras, em partes iguais, isto é, pela Sra. Dalila Videira Teixeira, contribuinte nº 215309162, a importância de 1868,75€ e pela Sra. Maria de Lurdes Fernandes Videira, contribuinte nº 148868592, a importância de 1 868,75€, com base no estipulado na alínea b) do nº2 do artigo 45º do EBF. -----

4.3. A presente informação deverá ser presente em reunião da Câmara Municipal, no sentido do órgão executivo municipal deliberar sobre a presente proposta. -----

4.4. Após aprovação em reunião de Câmara Municipal, o pedido de isenção de IMI e restituição do IMT, deverá, posteriormente ser submetido para deliberação, à Assembleia Municipal, tendo em consideração que é da competência deste órgão conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos, de acordo com o disposto no ponto 2.º do artigo 16º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro (que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais). --

4.5. Em caso de aprovação por parte da Assembleia Municipal, a Câmara Municipal deverá comunicar, no prazo de 20 dias, ao Serviço de Finanças de Chaves o reconhecimento da situação do edifício. -----

4.6. Notificar a requerente da decisão praticada pela Câmara Municipal de acordo com o disposto no artigo 114.º do Código do Procedimento Administrativo, acompanhada da presente informação técnica. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À consideração superior. -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE SALVAGUARDA DO CENTRO HISTÓRICO, ARQº ANTÓNIO MALHEIRO, DE 21.11.2018-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.23-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.11.23. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.5. AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO E COMÉRCIO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO – PROCESSO N.º 495/16 – HERCULANO FERNANDO MORAIS MELO – LUGAR DE FONTE NOVA, LOT. 6/80, LOTE 4, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª VICTÓRIA ALMEIDA DATADA DE 14.11.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

1.1 Em 12/06/2016, foi apresentado um pedido de legalização, de obras de ampliação e alteração, levadas a efeito sem controlo prévio, num edifício existente, licenciado ao abrigo da licença inicial nº282/87, passada em 16 de fevereiro de 1978 , cujo titular é o Sr. Herculano Fernando Moraes Melo e irmão , que deu origem ao processo n.º 495/16, situado no prédio abaixo identificado, que obteve parecer desfavorável em outubro desse mesmo ano. Para fundamentar a recusa, estes serviços alegaram que a pretensão viola as seguintes normas regulamentares, a alínea a), do n.º1, do artigo 3º, do estabelecimento de Medidas Preventivas, por motivo de revisão do PDM de Chaves, publicadas em Diário da República, 2ª Série, N° 107, de 04/06/2014, através do Aviso nº 6779/2014º, cumulativamente com as regras de apoio à gestão urbanística preconizadas no ponto 2, do Anexo 1, da Proposta 01/DOTDU-MP/06-2014, no que concerne ao índice de utilização do solo Iu de 1,57m2/m2, ser superior ao limite máximo admissível, com o limite máximo de 1,2 m2/m2 no caso de Chaves, cumulativamente com o parágrafo 4, do artigo 59.º, que remete para o disposto no artigo 60.º, do RGEU, por não garantir um intervalo entre duas edificações, igual á média das alturas dessas edificações, com um mínimo de 10m. e por outro lado não cumprir o artigo 73.º do RGEU, por se verificar a existência de janelas que deitam diretamente sobre o limite predial vizinho.-----

1.2 A coberto do presente requerimento registado nesta unidade orgânica com o n.º 854/18, em 30 de abril de 2018, os requerentes citados em epígrafe, no âmbito da audiência prévia motivada pelo parecer desfavorável relativo ao pedido de legalização supra referido, a implantar no prédio abaixo identificado deliberado pelo executivo em reunião realizada em 28/10/2016, da qual tomou conhecimento pessoal em 22/11/2016, vêm requer junção de elementos, com vista a alterar o sentido de decisão, com vista a legalizar as obras de ampliação, realizadas sem controlo prévio, em área abrangida por alvará de loteamento, nos termos artigos n.º 102 e 102.º-A, do Decreto Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação,-----

1.3 A instruir o presente pedido, apresenta:-----

- CD, acompanhado de declaração subscrita pelo coordenador do projeto, atestando que os dois formatos apresentam a mesma informação;-----
- Documentação fotográfica;-----
- Ficha de Segurança Contra Incêndio em Edifícios (SCIE - Mod.200901-ANPC), aplicável às utilização tipo I a III e VI a XII para a 1ª categoria de risco,-----
- Documento comprovativo de que o edifício já se encontra ligado à rede pública de telecomunicações; -----
- Comprovativo da ligação à rede de gás natural;-----
- Comprovativo da ligação à rede pública de distribuição de energia elétrica existente, -----
- Prova de inscrição do técnico coordenador do projeto na associação pública de natureza profissional;-----
- TR da direção técnica da obra-----

- TR do coordenador de projeto-----
- TR do autor do projeto do acondicionamento Acústico -----
- TR do autor do projeto de arranjos exteriores-----
- TR do autor do projeto de arquitetura-----
- TR das acessibilidades-----
- Memória descritiva e justificativa;-----
- Projeto acústico;-----
- Estudo do comportamento térmico;-----
- Peças desenhadas (Planta do quarteirão urbanístico, à escala 1:200, Planta de arranjos exteriores, Plantas de alterações, plantas de apresentação, plantas cotadas, cortes, alçados, plantas de acessibilidades).-----

2. IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO-----

2.1 De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial de Chaves apresentada, descreve um prédio urbano denominado Lote n.º4, situado em Fonte Nova, com uma área total de 468 m², composto de casa de cave, rés-do-chão e 1º andar e logradouro, freguesia de Santa Maria Maior e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o n.º1664/20090401, e inscrito na matriz sob o artigo n.º3153, natureza urbana, confronta de norte e nascente com caminho de servidão, de sul com José Atães de Amorim e de poente com Estrada Nacional;-----

2.2 Mais se informa é pretensão dos requerentes uma operação urbanística, com vista á legalização das obras de ampliação, em área abrangida por operação de loteamento, que incide no prédio rústico inscrito na respetiva matriz sob o Artigo n.º 1280, da extinta freguesia de Chaves, contudo de acordo com esclarecimentos verbais prestados pela Conservatória do Registo predial de Chaves, em 03/10/2016, foi transmitido que apenas se encontra conservado o artigo rústico n.º1280 e não houve registo de alvará de loteamento. Neste seguimento, salvo melhor opinião, o prédio descrito na conservatória sob o n.º1664/20090401 da freguesia de Santa Maria Maior e na respetiva matriz sob o artigo 3153, se ter autonomizado do prédio operou-se através de desanexações. Mais se refere o Alvará de Loteamento n.º 06/80, emitido em nome de José d' Amorim sito no Lugar de " Mira Tâmega", Fonte Nova - Chaves foi cancelado na reunião de Câmara 09/09/93, com conseqüente conhecimento à Conservatória do Registo Predial.-----

3. ANTECEDENTES-----

Por antecedentes foram referenciados os seguintes processos camarários:-----

3.1 Processo, referente a um loteamento em terreno sito à margem da E.N. 103⁽¹⁾ (estrada para Braga), Lugar da Fonte Nova "Denominado "Mira-Tâmega", titulado com o Alvará de Loteamento n.º06/80, datado de 15/09/1980, em nome de José de Amorim, a que foi autorizado, em reunião da Câmara Municipal, realizada em 09/01/1978, denominado "Mira-Tâmega", sito no Lugar de Fonte Nova, com as seguintes prescrições, com 5 lotes, sendo 4 lotes, destinados a moradias isoladas e um quinto lote, área anexa a integrar num motel e as respetivas áreas, e cancelado em 16/02/1993 e 9/3/93. Mais se informa, o referido loteamento Chaves foi cancelado na reunião de Câmara 09/09/93, com conseqüente conhecimento à Conservatória do Registo Predial;-----

¹ "O prédio objeto do loteamento localizasse dentro do perímetro urbano da cidade de Chaves, num troço da E.N. 103 que constitui uma Rua do aglomerado urbano", extraído da folha 63 do processo do alvará 6/80--

3.2 Processo nº191, que deu origem à Licença (Inicial) nº282, passada em 15 de abril de 1987, concedida a Herculano Fernando Moraes Melo e João Francisco Moraes de Melo, para construção para construção de um edifício de R/C, cave e andar, com a área total de 369,42m², sito no lugar da Fonte Nova e posterior prorrogação de prazo, autorizada pela Licença n.º618. Mais se informa, de acordo com a informação 28/12/1982, dos S.T.O. e aprovado em reunião de Câmara de 29/11/1982, "é apenas autorizada uma cêrcea admissível correspondente a cave + R/C+1º andar". 3.3 Processo nº128, em nome de Herculano Fernando Moraes Melo e outro, aditamento a projeto inicial, de uma instalação comercial - restaurante e snack-bar, com a área adicional de 9,00m², que deu origem à Licença nº270, passada em 02 de maio de 1988,-----

3.4 Processo n.º492, em nome de Herculano Fernando Moraes Melo e irmão, para revestimento da garagem e cimentar o terraço e outros acabamentos, que deu origem à Licença nº933, passada em 27 de dezembro de 1988.---

4. INSTRUÇÃO DO PEDIDO-----

Os elementos apresentados na sequência da notificação pessoal em sede de audiência dos interessados, realizada em 22/11/2016, não vieram sanar as deficiências dos seguintes elementos:-----

- Projeto de estabilidade, acompanhado do Termo de responsabilidade subscrito pelo autor do projeto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis e Declaração ou outra prova de reconhecimento da capacidade profissional dos técnicos responsáveis, emitida pela respetiva ordem profissional, ou Termo de responsabilidade subscrito por técnico legalmente habilitado para o efeito, em que este se responsabilize pelos aspetos e características estruturais da obra realizada;-----

- Projeto de alteração da rede de abastecimento de água, acompanhado do Termo de responsabilidade subscrito pelo autor do projeto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis e Declaração ou outra prova de reconhecimento da capacidade profissional dos técnicos responsáveis, emitida pela respetiva ordem profissional, ou Termo de responsabilidade subscrito por técnico legalmente habilitado para o efeito, em que este se responsabilize pelo correto funcionamento da rede de abastecimento de água;-----

- Projeto de alteração de drenagem de águas residuais, acompanhado de Termo de responsabilidade subscrito pelo autor do projeto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis e Declaração ou outra prova de reconhecimento da capacidade profissional dos técnicos responsáveis, emitida pela respetiva ordem profissional, ou Termo de responsabilidade subscrito por técnico legalmente habilitado para o efeito, em que este se responsabilize pelo correto funcionamento da rede de drenagem de águas residuais; -----

- Projeto de alteração de drenagem de águas pluviais Termo de responsabilidade subscrito pelo autor do projeto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis; Declaração ou outra prova de reconhecimento da capacidade profissional dos técnicos responsáveis, emitida pela respetiva ordem profissional, ou Termo de responsabilidade subscrito por técnico legalmente habilitado para o efeito, em que este se responsabilize pelo correto funcionamento da rede de drenagem de águas pluviais.-----

5. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

5.1 Enquadramento do pedido na Legislação vigente-----

A pretensão, consubstanciada na realização de uma operação urbanística ilegal, consubstanciada em obras de ampliação, sem o necessário ato administrativo de controlo prévio, enquadra-se no disposto nos artigos

n.º 102 e 102.º-A, do Decreto Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual versão-----

5.2 Enquadramento da proposta nos instrumentos de planeamento Territorial-----

De acordo com a Planta de Ordenamento n.º 47A, do Plano Municipal de Chaves (PDM), a área de intervenção situa-se num espaço de classe 1, correspondente a espaços urbanos e urbanizáveis, da categoria 1.1 (cidade de Chaves). -----

Segundo a planta de condicionante n.º 47-A o prédio encontra-se abrangido por as condicionantes, das Infraestruturas de Portugal. Contudo tendo por base o Auto de transferência para a Câmara Municipal do concelho de Chaves e esboço corográfico anexo, do ano de 2000, homologado 20/07/2001, as obras, objeto de legalização, localizam-se dentro do troço da EN103 entre o Km 166+000 ao 167+650Kms, na extensão 1+650Km, então transferido para a Câmara Municipal de Chaves.-----

5.3 Parecer interno -----

Pelo facto daquela zona já se encontrar servida pelo troço da EN103 entre o Km 166+000 ao 167+650Kms, na extensão 1+650Km, então transferido para a Câmara Municipal de Chaves, atendendo que se verifica a existência de circunstâncias particulares decorrentes da estrutura urbana local e após consulta aos processos iniciais relativos à construção do edifício, justifica-se o acolhimento de parecer à Divisão de Projetos e Mobilidade, D.P.M., no sentido de a adoção de soluções mais adequadas e integradas.-----

A D.P.M. pronunciou-se através da informação interna n.º364/DPM/2018, datada de 07/11/2018, a qual se deve dar conhecimento aos interessados.-----

6. ANÁLISE DO PEDIDO-----

Após análise do processo, cumre-me informar:-----

6.1 . No alçado lateral direito, verifica-se a existência de janelas que deitam diretamente sobre o limite predial vizinho, situação que não pode ocorrer, no sentido de acautelar as relações de vizinhança, evitando a devassa do prédio vizinho. Neste contexto a pretensão viola o artigo 73.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, RGEU.----

6.2 A edificação está implantada, no prédio objeto de análise, a menos de 3 metros em relação às extremas do referido prédio. Pese embora as normas do RGEU visar a tutela do interesse público, nomeadamente, a segurança, a estética e salubridade, contudo o RGEU, estabelece no parágrafo 4º, do seu artigo 59⁽²⁾, que em caso de simples interrupção de continuidade numa fila de construções, dever-se-á garantir um intervalo entre duas edificações, igual à média das alturas dessas edificações, sem prejuízo do disposto no artigo 60º⁽³⁾ no referido diploma legal e em conformidade com a planta a seguir apresentada que serve apenas como elemento orientador, para futuras edificações; ----

² Artigo 59.º-----
4º Em caso de simples interrupção de continuidade numa fila de construções poderá o intervalo entre as duas edificações confinantes ser igual à média das alturas dessas edificações, sem prejuízo, no entanto, do disposto no artigo 60º.-----

³ **Artigo 60.º**-----
Independentemente do estabelecido no artigo anterior, a distância mínima entre fachadas de edificações nas quais existam vãos de compartimentos de habitação não poderá ser inferior a 10 metros.-----

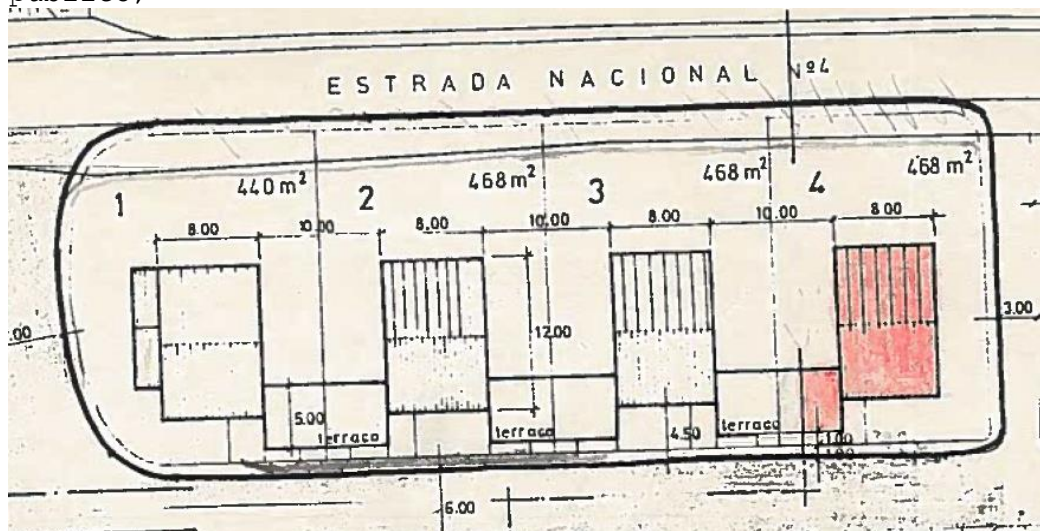


6.3 Por esclarecimentos constantes da memória descritiva e por observação da documentação fotográfica, agora apresentada, designadamente no alçado lateral direito, verifica-se a existência de um toldo o qual se projecta no lote vizinho. cumulativamente também se observam tubos de descarga de águas resultantes, subentende-se da infiltração das águas pluviais ou de rega de canteiros, que descarregam diretamente no prédio vizinho, situação que não pode ocorrer;-----

6.4 No alçado lateral direito verifica-se a existência de pequenos equipamentos particulares, subentende-se de aquecimento, ou ventilação e/ou ar condicionado, os quais que se projetam na via pública designado caminho de consortes, de acordo com a CCRP, com a largura de 3 metros, e onde estão implantadas infraestruturas públicas nomeadamente de eletricidade, tais equipamentos não permitem um adequado enquadramento estético, mais se observam pequenos tubos com a função da descarga de águas diretamente na referida via, tal encaminhamento de águas pluviais, também não se mostra adequado (a descarga de águas pluviais e/ou rega, deverá ser feito sobre o seu prédio, pelo que se deve acautelar, de forma a que todas as infraestruturas se projetem no seu prédio); -----

6.5 Nos limites do prédio, quer no alçado lateral direito como esquerdo, verifica-se a existência de uns pequenos muretes, que não possuem uma altura mínima de 1,50m, de forma a garantir a segurança de pessoas e a devassa de prédios vizinhos;-----

6.6 Não foi garantido um passeio público em todo o perímetro do lote com uma largura de 1,00m, conforme previsto na planta de loteamento, pelo que alegadamente uma pequena parte da ampliação que agora se propõe legalizar, poderia ter sido levada a efeito em espaço do domínio público;-----



6.7 A pretensão não cumpre a área de solo impermeabilizado pelo conjunto edificado, pátios e outros recintos exteriores pavimentados excede o valor de 85% em relação à parcela, de acordo com o disposto na alínea e), do n.º 2, do artigo 19.º do Regulamento do PDM, na sua ultima versão;-----

6.8 A pretensão não deu cumprimento ao parecer externo da ora extinta Junta Autónoma de Estradas, emitido em 14/04/1988 e agora corroborado pela D.P.M., conforme no parecer interno emitido em 07/11/2018, o qual se deve dar conhecimento aos interessados.-----

7. PROPOSTA DE DECISÃO-----

Pelo que se enunciou no ponto 7, da presente informação, conclui-se que o pedido não se apresenta apto para aprovação, sendo passível de ser indeferido nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do RJUE por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente, por:-----

- A alínea e), do n.º 2, do artigo 19º, do Regulamento do PDM, na sua ultima versão-----
- O Parágrafo 4, do artigo 59º, que remete para o disposto no artigo 60.º, do RGEU, por não garantir um intervalo entre duas edificações, igual à média das alturas dessas edificações, com um mínimo de 10m. e por outro lado não cumprir o artigo 73 do RGEU, por se verificar se a existência de janelas que deitam diretamente sobre o limite predial vizinho.-----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima expostas, sou a propor que o presente processo esteja presente na próxima reunião de Câmara, para que o executivo delibere o sentido de indeferir o pedido de legalização, nos termos da alínea a), do n.º 1 do artigo 24º⁽⁴⁾ do decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, devendo promover-se audiência prévia do interessado, nos termos do artigo 122º⁽⁵⁾ do Decreto-Lei nº4/2015, de 7 de janeiro, que aprova o novo Código do procedimento Administrativo.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 22.11.2018:-----

⁴ Artigo 24.º - Indeferimento do pedido de licenciamento-----

1 – O pedido de licenciamento é indeferido quando:-----

a) Violar plano municipal e intermunicipal de ordenamento do território, plano especial de ordenamento do território, medidas preventivas, área de desenvolvimento urbano prioritário, área de construção prioritária, servidão administrativa, restrição de utilidade pública ou quaisquer outras normas legais e regulamentares aplicáveis;-----

⁵ Artigo 122.º - Notificação para a audiência-----

1 – Para efeitos do disposto no artigo anterior, o órgão responsável pela direção do procedimento determina, em cada caso, se a audiência se processa por forma escrita ou oral e manda notificar os interessados para, em prazo não inferior a 10 dias, dizerem o que se lhes oferecer.--

2 – A notificação fornece o projeto de decisão e demais elementos necessários para que os interessados possam conhecer todos os aspetos relevantes para a decisão, em matéria de facto e de direito, indicando também as horas e o local onde o processo pode ser consultado.-----

3 – No caso de haver sítio na Internet da entidade em causa onde o processo possa ser consultado, a notificação referida no número anterior deve incluir a indicação do mesmo para efeitos de o processo poder também ser consultado pelos interessados pela via eletrónica.--

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito circunstanciadamente enunciadas na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar um projecto de decisão conducente ao indeferimento do pedido de legalização da operação urbanística em presença.-----

Neste contexto, dever-se-á de seguida notificar o requerente nos termos do preceituado nos artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo para, querendo, vir a processo dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido do projecto de decisão acima anunciado.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.26-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.11.26. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.6. OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE PONTO DE ÁGUA DE COMBATE A INCÊNDIOS, PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS - PROCESSO N.º 773/17 - CONSELHO DIRETIVO DOS BALDIOS DE SEGIREI - FREGUESIA DE S. VICENTE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª VICTÓRIA ALMEIDA DATADA DE 08.11.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

Através do requerimento registado nesta unidade orgânica com o n.º 2185/18, em 17 de outubro de 2018, vem o Conselho Diretivo dos Baldios de Segirei, pessoa coletiva NIPC 9018827, *representado pela* Exma. Sra. Tânia Raquel Pires Oliveira, na qualidade de secretária Assembleia de Geral de Compartes dos Baldios de Segirei, da freguesia de São Vicente da Raia, apresenta uma exposição com vista à isenção do pagamento das taxas devidas pela emissão do alvará de licença especial de legalização, -----

2. ANTECEDENTES -----

A 06/02/2018, sob o registo nº 294/18 e posterior junção de elementos, veio o Conselho Diretivo dos Baldios de Segirei, pessoa coletiva, representado pelo Exmo. Sr. Manuel Rui Barreira Fernandes, na qualidade de presidente do referido concelho diretivo, requer a junção de elementos ao processo nº 773/17, com vista à legalização das obras de construção de um ponto de água⁽⁶⁾, de 1.ª ordem para combate aos incêndios florestais, levado a efeito em terreno baldio, localizado, de acordo com o Regulamento do PDM de Chaves na sua atual versão, como espaços agrícolas e florestais (classe 4), categoria 4.3 - espaços agroflorestais, subcategoria 4.3 A - espaços agroflorestais comuns, nos termos do disposto no artigo 102-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação⁽⁷⁾, em articulação com o artigo 73.º-C do

⁶ com funções de apoio ao reabastecimento dos equipamentos de luta contra incêndios-----

⁷ consagrado no DL 555/99 de 09/09 e ulteriores alterações-----

Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação⁽⁸⁾, sito em Segirei, freguesia de São Vicente, concelho de Chaves. Ressalva-se que, de acordo com a certidão emitida em 20/09/2018, foi aprovada a legalização, por *deliberação* tomada por esta Câmara Municipal em sua reunião de 20/09/2018.-----

3. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

3.1 O pedido formulado foi enquadrado no artigo 19.º Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de operações urbanísticas., Regulamento n.º 314/2010, com remissão direta com o n.º1, do artigo 12.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro que aprova a Lei das Finanças Locais, revogando a Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto.-

3.2 Cumulativamente, o artigo 20.º do Regulamento n.º 314/2010, a assembleia municipal pode por proposta da camara municipal, através de deliberação fundamentada, concede outras isenções totais ou parciais-----

4. ANÁLISE-----

4.1 Segundo a requerente (Conselho Diretivo dos baldios de Segirei) entenderem que se reúnem os requisitos regulamentares exigidos para obterem o benefício de isenção do pagamento das taxas aplicáveis à pretensão. Trata-se, antes de mais, de aferir da possibilidade de ser autorizada, a isenção das taxas administrativas devidas pela emissão do alvará de licença de obras de construção de um ponto de água de 1.ª ordem para combate a incêndios florestais, objeto de legalização, a que refere ao processo de obras n.º 773/17. As taxas em causa foram calculadas e *cujo montante ascendeu* a 237,71€. -----

4.2 Tal disciplina encontra-se regulada no artigo 19.º do Regulamento n.º 314/2010, que no n.º 1, dispõe o seguinte: estão isentas do pagamento das taxas previstas no referido regulamento as entidades referidas no n.º 1, do artigo 12.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro e ainda outras pessoas coletivas de direito público ou de direito privado às quais a lei confira tal isenção, conforme o n.º 2, do artigo anterior.-----

Analizados os textos dos normativos (repete-se, n.º 1, que remete para o n.º 1 do artigo 2.º da Lei das finanças locais e n.º 2, ambos do artigo 19.º, do Regulamento n.º 314/2010), constata-se que se contempla a possibilidade de isenção do pagamento de taxas, as entidades, Estado, as Regiões Autónomas e qualquer dos seus serviços, estabelecimentos e organismos, ainda que personalizados, compreendendo os institutos públicos, que não tenham carácter empresarial, bem como os municípios e freguesias e as suas **associações** e ainda outras pessoas coletivas de direito público ou de direito privado às quais a lei confira tal isenção. No caso em apreço, estamos perante uma associação da freguesia de São Vicente da Raia, neste contexto a pretensão poder-se-á enquadrada, no n.º, do artigo 19.º do Regulamento n.º 314/2010.-

4.3 Mais se refere, a obra de construção de um ponto de água de 1.ª ordem para combate a incêndios florestais, objeto de legalização, cuja finalidade releva, ou pode vir a relevar, a prestação de um serviço de utilidade pública. Sob este ponto de vista, parece-nos relativamente seguro afirmar que o objetivo visa potenciar a intervenção a realizar na área do Perímetro Florestal de Segirei, em áreas de relevante e emergente necessidade de atuação com a defesa da floresta contra incêndios, neste contexto existem argumentos válidos a favor da existência de razões de interesse do município, pelo que o

⁸ publicado em Diário da República, 2.ª série - N.º207-22, de outubro de 2015, através do Regulamento n.º732/2015-----

pedido de isenção também pode ser enquadrado, no artigo 20.º do Regulamento n.º 314/2010.-----

5. CONCLUSÃO-----

5.1 Nestes termos e por tudo o atrás exposto, sou de parecer que a isenção de taxas solicitadas se poderá fundamentar nos n.º 1 e 2 do artigo 19.º do Regulamento n.º 314/2010 e no artigo 20.º do mesmo Diploma Legal. -----

5.2 Assim em coerência com as razões de facto de direito exposta, bem como pelo estabelecido no Regulamento n.º 314/2010 sou a propor que o presente assunto, esteja presente na próxima reunião de camara, para que o executivo delibere, nos termos do disposto no artigo 20.º do referido diploma legal isentar a requerente do pagamento das respetivas taxas, (calculadas no título 7, da informação N.º 1334/SCOU/2018, datada de 10/09/2018 presente em reunião de camara realizada em 20/09/2018) e propor que esta mesma informação esteja presente em assembleia municipal.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 19.11.2018:-----

Visto. Concorro. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente à isenção do pagamento das taxas administrativas referentes à operação urbanística em causa (alvará de licença especial de legalização das obras inerentes à construção de um "ponto de água" destinado ao combate de incêndios florestais), nos termos e para os efeitos preconizados no item 5.2 deste documento.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.26-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.11.26. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.7. DESTAQUE DE PARCELA DE TERRENO, PEDIDO DE CERTIDÃO - PROCESSO N.º 952/18 - JOÃO EDUARDO ROMÃO MOURA - LUGAR DA LAGE, FREGUESIA DE VALE DE ANTA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 26.11.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I- Pretensão-----

O Sr. João Eduardo Romão Moura, vem através do requerimento n.º 2450/18, referente ao processo n.º 952/18, solicitar a emissão de certidão de destaque de uma parcela de terreno, descrita na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1869/20091016 e inscrita na matriz com o n.º 1269, situada em Lugar da Lage, Freguesia de Valdanta, no concelho de Chaves.-----

II- Localização-----

O prédio objeto de parecer localiza-se no Lugar da Lage- Valdanta, Freguesia de Valdanta no concelho de Chaves.-----

III - Saneamento e apreciação liminar-----

O projeto apresentado sob requerimento n.º 2450/18 refere-se a uma certidão de destaque, apresentando para o efeito o projeto com os elementos constantes no artigo 19.º do RMUE:-----

- Peças escritas com Termos de responsabilidade, memória descritiva e justificativa da pretensão;-----
- Peças desenhadas com o levantamento topográfico, plantas de localização;-----
- Documentos de legitimidade, Certidão de registo predial n.º 1869/20091016.-----

IV-ENQUADRAMENTO URBANISTICO DO PEDIDO-----

4.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável-----

De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º 952/18 - a parcela de terreno objecto de destaque - terreno com área de 3 748,00 m2 - situa-se de acordo com o Plano Director Municipal (PDM)--

4.1.1- Parte do terreno que confronta com a via publica, na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis e na Categoria 1.3- Outros Aglomerados.

4.1.2- A restante parte de terreno na Classe 4- Espaços Agrícolas e Florestais, na Categoria 4.3 - Espaços Agro- Florestais e Subcategoria 4.3.A -Espaços Agroflorestais Comuns.-----

4.2- Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O processo n.º 952/18 enquadra-se no preceituado no n.º 10 do artigo 6 do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), devendo observar, o disposto nos n.ºs 4 ou 5, consoante a localização da parcela a destacar, ou, se também ela se situar em perímetro urbano e fora deste, consoante a localização da área maior.-----

4.3- Regulamentos Municipais-----

O processo n.º 899/18, enquadra-se no disposto no n.º 2 do art.º 6 do Reg. N.º732/95 de 22 de Outubro (RMUE), estando isentos de licença desde que cumpram os requisitos constantes nos n.º 4 a 10 do artigo 6 do RJUE.-----

V - Responsabilidade-----

Os termos de responsabilidade apresentados estão assinados por técnicos legalmente habilitados e instruídos ao abrigo da legislação em vigor, nos termos e disposto no n.º 8 do artigo 20.º do RJUE. ----

VI - Considerações Fundamentadas da Proposta de Decisão-----

O requerente através do requerimento n.º 2450/18, apresenta pedido para emissão de certidão de destaque em conformidade com o disposto no n.º4 do art.º 6 do RJUE, estando o processo instruído de acordo com o preceituado no artigo 19.º do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação.-----

Da análise do pedido apresentado constata-se que:-----

6.1 - A Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, refere prédio urbano com a área total de 3 748,00 m2, está inscrito na matriz rustica com o n.º 1269 e descrito na conservatória sob o n.º 1869/20091016 da Freguesia de Valdanta;-----

6.2- A certidão de registo da conservatória de registo predial, refere que a titularidade do prédio encontra-se em nome de João Eduardo Romão Moura e de Tiago Filipe Romão Moura.-----

6.3 - A área da parcela a destacar é de 1 874,00 m2, da qual se encontra dentro do perímetro urbano 1212,00 m2 de área, e fora do perímetro 662,00 m2.-----

6.4- A parcela sobrance (mãe) ficará com a área de 1 874,00 m2, da qual se encontra dentro do perímetro urbano 1292,00 m2 de área, e fora do perímetro 582,00 m2.-----

6.5- Informa-se ainda, que o índice de construção máximo admissível para o terreno em Espaço Urbano e Urbanizável que se encontra na categoria 1.3 - Outos Aglomerados, é $Ic \leq 0,8 \text{ m}^2/\text{m}^2$. -----
 Considerando que o pedido formulado cumpre os requisitos constantes no n.º 4 a 10 do artigo 6 do RJUE.-----
 Considerando que face ao relatório e plantas apenas ao processo, a Parcela a destacar é de 1 874,00 m², se encontra dentro do perímetro de construção 1212,00 m² de área, e fora do perímetro 662,00 m².-----
 Considerando que o terreno se encontrava em 2 espaços distintos, de acordo com o descrito no relatório apenas ao processo, solicitou-se verbalmente ao Técnico responsável da Operação de destaque que apresentasse uma planta onde retratasse o descrito. Assim, o Técnico apresenta em mão a dita planta que se encontra apenas ao processo.---

VII - Proposta de Decisão-----

Pelo exposto, e dado que a decisão deverá ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo, para a emissão da competente decisão administrativa de propor o deferimento da emissão de certidão de destaque conforme o requerido pelo proponente, através do requerimento n.º 2450/18.-----
 À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 26.11.2018:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação consubstanciando o deferimento do pedido de emissão de certidão comprovativa de que o acto que terá por efeito o destaque da parcela do prédio requerido pelo interessado, está isento de licença, uma vez que se mostram cumpridos os requisitos legais estipulados nos números 4 e 10, do Artigo 6º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redacção actual.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.26-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.11.26. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.8. PEDIDO DE PARECER SOBRE A LOCALIZAÇÃO DO POSTO DE COMBUSTÍVEL PARA CONSUMO PRÓPRIO - PROCESSO N.º 565/15 - ANTEROS EMPREITADAS - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E OBRAS PÚBLICAS, S.A. - LUGAR DE SÃO FRAUSTO, UNIÃO DE FREGUESIAS DE MADALENA E SAMAIÕES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 23.11.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

Através do requerimento registado nesta unidade orgânica com o nº 2261/18, de 26-10-2018, a sociedade anónima, ANTEROS - Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras públicas, S.A, solicita a emissão de parecer sobre a localização pretendida para o posto de abastecimento

de combustível, objeto do pedido de legalização, constante no processo registado com o nº 565/15, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 12º da Portaria nº 54/2015, de 27 de fevereiro.-----

2-ANTECEDENTES-----

2.1-Por consulta ao Arquivo Municipal constata-se a existência dos seguintes antecedentes:-----

a) Processo administrativo registado com o nº 166/01, o qual culminou com a emissão do alvará de obras de Construção Nº 10/2003, emitido em 15-01-2003, titulando o licenciamento das obras de edificação referentes à Instalação dos Estaleiros Gerais da empresa, Anteros Empreitadas, as quais incidiram sobre o prédio misto sito no lugar de São Fraústo, descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o nº 00824/090999 e inscrita a parte urbana sob o artigo 5 e a rústica sob o artigo 670º.-----

b) Alvará de Autorização de Utilização Nº51/2005, emitido em 14-01-2005, titulando por despacho de 28-01-2005, a autorização de utilização das instalações construídas sob a licença de obras de construção nº 10/2003.-----

2.2-Compulsado o processo administrativo registado com o nº 565/15, referente à construção/legalização de um posto de abastecimento de combustíveis para consumo próprio, constata-se os seguintes procedimentos:-----

a) Através do requerimento registado no Departamento de Coordenação Geral com o nº 1456/15, de 18-09-2015, a sociedade anónima, ANTEROS - Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A, solicitou a licença para a construção de um posto de abastecimento de combustíveis para consumo próprio, constituído por um reservatório fixo e subterrâneo com a capacidade de 40 000 litros, instalação classificada da classe A1, a instalar no prédio misto, descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o nº824/19990909, situado na União das freguesias da Madalena e Samaiões.-----

b) INFORMAÇÃO Nº 829/SCOU/2016, de 29-07-2016, elaborada no seguimento de uma contestação ao solicitado pelas Infraestruturas de Portugal, S.A, no seu parecer com a referência 8209VRL 151207, de 11-12-2015, constante no processo a folhas nº 88 e 89.-----

c) INFORMAÇÃO Nº 1336/SCOU/2016, de 06-12-2016, elaborada no seguimento de uma reunião de trabalho, convocada pelo Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Srº Drº Marcelo Delgado, na qual foi proposto por aquele dirigente questionar as Infraestruturas de Portugal, S.A, relativamente à necessidade de licenciamento do posto de abastecimento de combustíveis, à luz do Decreto-Lei nº 87/2014, de 29 de maio, tendo nessa sequência sido remetido àquela entidade o n/ ofício com a referência - 1173/DGOT/2016, de 15-12.-2016.-----

d) AUTO DE VISTORIA Nº 98, elaborado pela Comissão de Vistorias, de acordo com o previsto no nº 6 do artigo 73º-C do RMUE.-----

e) Exposição da firma Anteros Empreitadas - Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A, constante no processo a folhas nº 138 à nº 143.-----

f) INFORMAÇÃO Nº 421/DICN/DSC/2017, emitida pelo Chefe de Divisão da Direção Geral de Energia e Geologia - Área Norte, Engº Sérgio Ernesto Oliveira Ferreira, constante no processo a folhas nº 134 à nº 137.-----

g) Exposição da requerente, registada com o nº 478/18, sendo do seu entendimento que a presente operação urbanística, não está sujeita ao parecer mencionado na alínea b) do nº 2 do artigo 42º da Lei nº 34/2015, de 27/4, a qual aprovou o novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional.-----

3-INSTRUÇÃO DO PEDIDO-----

O pedido encontra-se acompanhado com os seguintes elementos:-----

- Declaração de Conformidade digital, do Engº Civil, Carlos Manuel Gouveia de Carvalho, na qualidade de técnico autor da Descrição Sumária da Instalação do processo de licenciamento simplificado da classe A1 de um posto de abastecimento de combustíveis, para consumo próprio, com a capacidade de 40 m3, para gasóleo rodoviário e seguro de responsabilidade civil do técnico cuja apólice possui o nº 00841000027900000, emitida pela AXA Portugal, S.A.-----
- Certidão da Conservatória do Registo Predial do prédio misto descrito com o nº 824/19990909.-----
- Fotocópia do cartão de contribuinte da requerente e dos cartões de cidadãos dos seus representantes.-----
- Fotocópia do alvará de autorização de utilização nº 51/2005.-----
- Documento comprovativo da inscrição no INCI da entidade executora do projecto - Anteros Empreitadas - Sociedade de Construções e Obras Públicas, titular do alvará de construção nº 6176.-----
- Plantas topográficas fornecidas pela CM de Chaves, actualizadas e devidamente assinaladas com o local da instalação (de localização, enquadramento, de ordenamento e de condicionantes).-----
- Dois exemplares da Descrição Sumária da Instalação, incluindo a declaração de conformidade assinalada pelo técnico, documentos da sua identificação, inscrição profissional e seguro de responsabilidade civil, memória descritiva e peças desenhadas.-----
- Um exemplar da Descrição Sumária da Instalação aprovada e visada após análise técnica por entidade inspectora de combustíveis (EIC), reconhecida para o efeito pela DGEG - Parecer dom ISQ nº EIC201500897/01.-----
- Comprovativo de entrega na ANPC - CDOS de Vila Real do pedido de parecer a esta entidade.-----
- Um CD com o projecto em formato digital (com o respectivo termo de conformidade digital). -----

4-ENQUADRAMENTO DO PEDIDO-----**4.1-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----**

De acordo com o disposto na alínea c) do nº 2 do artigo 4º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, a construção do posto de abastecimento de combustíveis para consumo próprio, constituído por um reservatório fixo e subterrâneo com a capacidade de 40 000 litros, está sujeita a licença administrativa.-----

4.2-No Regime Jurídico aplicável à exploração de áreas de serviço e ao licenciamento para implantação de postos de abastecimentos de combustíveis, aprovado pelo Decreto-Lei nº 87/2014, de 29/5.-----

De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 87/2014, de 29/5, o licenciamento da implantação dos postos de abastecimento de combustíveis compete à E.P, S.A, actual Infraestruturas de Portugal, S.A.-----

A legalização do Posto de Abastecimento de combustíveis (PAC), situado na E.N-103 ao Km 164 + 400, do lado esquerdo para consumo próprio, rege-se pela regulamentação do regime aplicável ao licenciamento de postos de abastecimento de combustíveis aprovado pelo Decreto-Lei nº 87/2014, de 29/5, e complementado pela Portaria nº 54/2015, de 27/2.- A referida estrada encontra-se classificada no mapa da PRN 2000 como estrada nacional, encontrando-se sob a jurisdição das Infraestruturas de Portugal, S.A.-----

O parecer solicitado ao Município de Chaves, pela requerente sob o requerimento nº 2261/18, enquadra-se no disposto no nº 3 do artigo 12º⁹ da Portaria nº 54/2015¹⁰, de 27/02.-----

4.3-Nas Disposições do Plano Diretor Municipal-----

O prédio misto, objecto do pedido de parecer sobre a localização do posto de abastecimento de combustível, solicitado sob o requerimento nº 2261/18, para sua legalização, situa-se no lugar de São Fraústo, descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o nº824/19990909.-----

De acordo com o Plano Diretor Municipal, o prédio misto supra referido insere-se em espaço da classe 2 - Espaços Industriais, cumprindo o disposto no nº 2 do artigo 52º¹¹ do Regulamento do Plano Diretor Municipal.-----

5- PARECER-----

Pretende-se a requerente legalizar um posto de abastecimento de combustíveis, com a capacidade de 40 000 litros, da classe A1 no prédio misto sito no lugar de São Fraústo, descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o nº 00824/090999 e inscrita a parte urbana sob o artigo 5º e a rústica sob o artigo 670º.-----

9 Artigo 12º - Licenciamento da implantação dos postos de abastecimento de combustíveis-----

1-O licenciamento da implantação dos postos de abastecimento de combustíveis marginais às estradas, nos termos previstos no artigo 6º do Decreto-Lei nº 87/2014, de 29/5, é atribuído a título precário, caducando se vier a verificar-se a necessidade de realização de obras de interesse público que tenham implicações com a referida implantação;-----

2-O requerimento para obtenção de licenciamento para a implantação do posto de abastecimento de combustíveis deve ser antecedido de um pedido de informação prévia sobre a viabilidade da localização pretendida e das actividades a exercer, que terá uma resposta no prazo de 60 dias.-

10 Artigo 1º - Objeto-----

1-A presente portaria fixa as regras da localização, classificação, composição e funcionamento das áreas de serviço inseridas em zona de domínio público rodoviário e dos postos de abastecimento que sejam marginais às estradas que constituem a Rede Rodoviária Nacional, assim como as estradas regionais e estradas desclassificadas sob jurisdição da E.P- estradas de Portugal, S.A.-----

2-A presente portaria estabelece, ainda, as condições de licenciamento da implantação de postos de abastecimento de combustíveis, incluindo a caducidade e revogação das respectivas licenças, e as regras relativas à sua composição e localização na rede rodoviária.-----

11 Artigo 52º - Armazenamento de combustíveis e de materiais explosivos ou perigosos-----

1-Os depósitos e armazéns de combustíveis e de materiais explosivos ou perigosos só poderão localizar-se em espaço agro-florestal, sem prejuízo do cumprimento das condições de segurança legalmente estabelecidas para cada caso, e desde que o município reconheça não haver inconveniente na sua instalação nos locais pretendidos.-----

2-Quando se tratar de depósitos ou armazéns de combustíveis, é ainda admissível a sua localização em espaços industriais ou em espaços urbanos e urbanizáveis, desde que sejam destinados exclusivamente ao serviço e abastecimento dos respectivos usos e actividades dominantes e sejam cumpridos todos os condicionamentos de segurança legalmente estabelecidos.-----

De acordo com o Plano Diretor Municipal, o prédio misto supra referido insere-se em espaço da classe 2 - Espaços Industriais, cumprindo o disposto no nº 2 do artigo 52º¹² do Regulamento do Plano Diretor Municipal.-----

6-PROPOSTA DE DECISÃO-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, e ao licenciamento para implantação de postos de abastecimento de combustíveis, aprovado pelo Decreto-Lei nº 87/2014, de 29/5, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

6.1-Que seja praticada deliberação consubstanciada na intenção de emitir parecer favorável, sobre a localização pretendida para o posto de abastecimento de combustível, objeto do processo de legalização registado com o nº 565/15, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 12º da Portaria nº 54/2015, de 27/2, situado no prédio misto, no lugar de São Fraústo, descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o nº 00824/090999.-----

6.2-Dar a conhecer à requerente a deliberação que recair sobre a presente informação técnica.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 26.11.2018:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente à emissão de parecer favorável sobre a localização do posto de abastecimento de combustível para consumo próprio, requerido pela empresa Anteros Empreitadas - Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A. e que se encontra implantado nos estaleiros gerais da referida empresa, sediados no lugar de S. Frausto, da União de Freguesias de Madalena e Samaiões.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.26-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.11.26. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

¹² **Artigo 52º - Armazenamento de combustíveis e de materiais explosivos ou perigosos-----**

1-Os depósitos e armazéns de combustíveis e de materiais explosivos ou perigosos só poderão localizar-se em espaço agro-florestal, sem prejuízo do cumprimento das condições de segurança legalmente estabelecidas para cada caso, e desde que o município reconheça não haver inconveniente na sua instalação nos locais pretendidos.-----

2-Quando se tratar de depósitos ou armazéns de combustíveis, é ainda admissível a sua localização em espaços industriais ou em espaços urbanos e urbanizáveis, desde que sejam destinados exclusivamente ao serviço e abastecimento dos respectivos usos e actividades dominantes e sejam cumpridos todos os condicionamentos de segurança legalmente estabelecidos.-----

3.9. PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO DE DOMÍNIO PÚBLICO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE TELECOMUNICAÇÕES – PROCESSO N.º 438/18 – NOS COMUNICAÇÕES, S.A. – AVENIDA DOS ALIADOS E RUA DO PICADEIRO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 23.11.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

Através do requerimento registado no Departamento de Coordenação Geral com o n.º 1198/18, a interessada solicita licença de ocupação de espaço público para construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, para realização dos seguintes trabalhos:-----

-Abertura de vala numa extensão de 9,0 m, no passeio de ligação entre a Avenida dos Aliados e a Rua do Picadeiro, situados na freguesia de Santa Maria Maior, na cidade de Chaves.-----

2-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

2.1-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)-----

A construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, está sujeita a licença administrativa nos termos do disposto na alínea i) do n.º 2 do artigo 4.º, do RJUE corrigindo-se o pedido nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 108.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7/1.-----

2.2-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----

O pedido da interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 2 do artigo 3.º¹³ do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

2.3-No regime aplicável à construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21/5.-----

As obras de infraestruturas, pretendidas pela interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 258/2009, de 25/9, devendo as empresas de comunicações dar cumprimento aos artigos 8.º¹⁴ e 9.º do mesmo diploma legal.-----

3-INSTRUÇÃO DO PEDIDO-----

O pedido encontra-se instruído com os seguintes elementos:-----

3.1-Declaração a que se refere o Anexo III do Regulamento n.º 732/2015, o qual procedeu à revisão do Regulamento Municipal da Urbanização e

¹³ **Artigo 3.º - Licença Municipal-----**

1-A realização de obras e trabalhos no subsolo do domínio público municipal do concelho de Chaves carece de licença municipal, com exceção do disposto no artigo 13.º do presente regulamento e dos casos de isenção expressamente previstos.-----

¹⁴ **Artigo 8.º - Obrigações das empresas de comunicação electrónicas perante os municípios-----**

Quando efectuem obras no domínio público municipal, as empresas de comunicações electrónicas ficam obrigadas:-----

a) À reposição de pavimentos, espaços verdes e de utilização colectiva, quando existentes;-----

b) À reparação das infraestruturas que sejam danificadas em consequência da intervenção.-----

da Edificação (Diário da República, 2ª Série - Nº 207 - 22 de Outubro de 2015);-----

3.2-Memória Descritiva;-----

3.3-Termos de responsabilidade do autor do projecto, do coordenador, e da direcção técnica da obra, do Engº electrotécnico, José Filipe Abreu da Costa, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, acompanhados pelo elemento a que se refere o nº 3 do artigo 10º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação e fotocópia do cartão de cidadão; -----

3.4-Quadro Resumo de Intervenções;-----

3.5-Planta de Localização;-----

3.6-Estimativa orçamental;-----

3.7-Fotografia aérea;-----

3.8-Declaração emitida pela sociedade anónima, Seguradoras Unidas, S.A, declarando que a sociedade anónima MMCI MULTIMEDIA, S.A, subscreveu com aquele segurador, para o período de 01-01-2018 a 31-12-2018, uma apólice de seguro de acidentes de Trabalho por Conta de Outrem;-----

3.9-Declaração emitida pela AIG Europe Limited, Pessoa Coletiva, registada em Inglaterra e país de Gales, declarando que a sociedade anónima MMCI MULTIMEDIA, S.A, detém ao abrigo da apólice Nº PA18CP0005, um seguro de responsabilidade civil, para o período de 01-01-2018, a 31-12-2018;-----

3.10-Comprovativo do registo do alvará de construção Nº 64501, emitido pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, em nome da firma MMCI MULTIMEDIA, S.A;-----

3.11-Plano de Segurança e Saúde;-----

3.12-Livro de obra;-----

3.13-CD. -----

PARECERES INTERNOS-----

No processo constam os seguintes pareceres internos, os quais se reproduzem na presente informação técnica para todos os efeitos legais, devendo os mesmos serem dado a conhecer à interessada:-----

-Parecer favorável da Sr.ª Engª Maria Madalena S. Durão Branco, a exercer funções na Divisão de Obras Públicas, emitido em 10-08-2018, no qual se propõe a prestação de caução no valor de **646,60 €** (incluindo o IVA);-----

-Parecer favorável do Srº Engº eletrotécnico Nuno Bento a exercer funções nesta unidade orgânica, emitido em 22-08-2018.-----

-INFORMAÇÃO/PROPOSTA N º 399/DSCH/2018, do Srº Drº Sérgio Carneiro, a exercer funções na Divisão de Salvaguarda do Centro Histórico, emitido em 22/11/2018. -----

4-PARECER-----

4.1-Pretende a requerente intervir em espaço de domínio público, para a construção de novas infraestruturas de telecomunicações a construir no passeio que liga a Avenida dos Aliados à Rua do Picadeiro, conforme previsto na Planta de Ampliação da Rede e no quadro Resumo de Intervenções, peças gráficas constantes no processo a folhas nº 396 e nº 399.-----

4.2-As peças gráficas referidas no anterior parágrafo **devem ser parte integrante do alvará de ocupação de domínio público**, a ser emitido nos termos do disposto no artigo 7º do Regulamento de Obras e trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

4.3-De acordo com o parecer da Divisão de Obras Públicas, datado de 10-08-2018, o valor da caução é de € 646,60 (seiscentos e quarenta e seis euros e sessenta cêntimos), com Iva incluído.-----

4.4-Pese embora o prazo efectivamente necessário para a realização dos trabalhos seja de 1 dia, conforme proposto pela requerente, o prazo concedido no alvará será de 30 dias, para a requerente poder programar os mesmos e comunicar a esta autarquia o seu início.-----

4.5-Em virtude de a presente operação urbanística se situar no Centro Histórico de Chaves, será necessário intervenção arqueológica.-----

4.6-O pedido de ocupação do espaço de domínio público é passível de ser atendido favoravelmente, mediante as seguintes condições de licenciamento:-----

- Prazo para a conclusão das obras - 30 dias.-----
- Prestação de caução no valor de **€ 646,60 (seiscentos e quarenta e seis euros e sessenta cêntimos), com Iva incluído).**-----
- A requerente deve apresentar um plano de trabalhos de acompanhamento arqueológico, devidamente aprovado pela entidade que tutela o património (Direção Geral do Património Cultural) e novo termo de responsabilidade pela direcção técnica da obra, do Engº electrotécnico, José Filipe Abreu da Costa, **antes da emissão do alvará.**
- Comunicação da realização dos trabalhos, 5 dias previamente ao início dos mesmos, de acordo com o disposto no nº 1 do artigo 80º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.-----
- O empreiteiro deverá proceder à sinalização dos trabalhos/locais onde se encontra a decorrer a intervenção, de acordo com o artigo 24º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

• A instalação de caixas nas fachadas dos edifícios, só é permitida após a prévia autorização dos proprietários dos mesmos.-----

4.7-Dever-se-à dar a conhecer à Divisão de Obras Públicas a data do início dos trabalhos, para fiscalização dos mesmos.-----

5-TAXAS ADMINISTRATIVAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----

As taxas administrativas previstas na Secção III da Tabela de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamentos Diversos (Anexo I do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais), ascendem ao montante de **€ 77 (setenta e sete euros).**-----

6-PROPOSTAS-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação e demais legislação supra referida, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

6.1-Agendamento deste assunto para a próxima reunião de câmara, propondo-se ao Executivo:-----

- Que seja praticada decisão consubstanciada no deferimento do pedido de licenciamento para ocupação do espaço de domínio público para a construção de novas infraestruturas de telecomunicações, a construir no passeio supra referido, nas condições mencionadas no item 4.6 da presente informação técnica.-----

6.2-Caso a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de licenciamento para ocupação do espaço de domínio público, o alvará de licença deverá ser emitido, no prazo de 30 dias, nos termos do nº 2 do artigo 7º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, após a interessada proceder ao pagamento das taxas devidas e à prestação da caução supra referida.-----

6.3-Caso sobre a presente informação recaia deliberação favorável do Executivo, propõe-se o envio de um exemplar do processo nº 438/18, à Divisão de Obras Públicas (DOP), para fiscalização dos referidos trabalhos, acompanhados da fotocópia da presente informação técnica;-

6.4-Após a emissão¹⁵ do título, o Sector de Apoio Administrativo desta divisão deverá encetar os seguintes procedimentos:-----

- Dar a conhecer à Divisão de Obras Públicas tal ocorrência para efeito de fiscalização.-----
- Encaminhar, via email, ao Comissário da Divisão Policial de segurança Pública - Idalves @psp.pt, o alvará de ocupação do domínio público, referente ao processo nº 438/18 e peças gráficas anexas, para seu conhecimento e atribuições da PSP, mencionadas no artigo 3º da Lei nº 53/2007, de 31/8, a qual aprovou a orgânica da Polícia de segurança Pública.-----

6.5-A Planta de localização constante no processo registado com o nº 438/18, a folha nº 396, deverá ser anexada ao alvará e dele fazer parte integrante.-----

6.6-De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 80º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, até cinco dias antes do início dos trabalhos, a requerente informa a câmara municipal dessa intenção.---

6.7-Dar a conhecer à requerente a presente informação técnica, acompanhada com os pareceres internos supra referidos.-----

À Consideração Superior-----

ANEXO-----

CÁLCULO DAS TAXAS PREVISTAS NA TABELA DE TAXAS DE "SERVIÇOS, ATIVIDADES E LICENCIAMENTOS DIVERSOS" (Anexo I do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais).-----

Cálculo das Taxas administrativas:-----

O pedido apresentado tem enquadramento legal da Subsecção I, da Secção III do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

Dados Gerais:-----

-Extensão da rede de Telecomunicações - **9 ml**-----

-Período da licença - **30 dias**-----

-Tipo de obra - Instalação da Rede de Distribuição de Televisão por Cabo, Internet e Telefone.-----

QUADRO I

	Descrição	Un	Taxa	Valor
Capítulo I	SERVIÇOS, ATIVIDADES E LICENCIAMENTOS DE ATIVIDADES DIVERSAS			
Secção III	OCUPAÇÃO DO Espaço Aéreo, Solo e Sub-solo de Domínio Público e Privado Municipal			
Artigo 17º	Pela apreciação de pedidos de ocupação de espaço público		54,00 €	54,00 €
Artigo 18º	Pela Emissão de licença de ocupação do espaço aéreo, solo e subsolo de Domínio Municipal		10,80 €	10,80 €
Artigo 20º	Ocupação de solo ou subsolo			
nº 8	Com tubos, condutas, cabos, condutores e semelhantes por ml ou fracção e por ano	9	1 €	9 €
Artigo 21º	Ocupação da via pública por motivo de obras			
nº 1.a)	Por cada período de 30 dias ou fracção		3,20 €	3,20 €
	TOTAL			77 €

À Consideração Superior.-----

¹⁵ **Artigo 80º - Início dos trabalhos-----**

1-A execução das obras e trabalhos sujeitos a licença nos termos do presente diploma só pode iniciar-se depois de emitido o respectivo alvará, com exceção das situações referidas no artigo seguinte e salvo disposto no artigo 113º-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 26.11.2018:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de ocupação de espaço do domínio público, com vista à execução de infraestruturas para alojamento de comunicações electrónicas nos termos e para os efeitos enunciados no item "6 - Propostas" deste documento.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.26-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.11.26. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.10. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 868/18 - JOAQUIM AUGUSTO OLHERO DE CARVALHO - RUA DO SOBREIRO, N.º 27, VILA NOVA DE VEIGA, FREGUESIA DE S. PEDRO DE AGOSTÉM - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 20.11.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1- INTRODUÇÃO-----

1.1- Através do requerimento n.º 2266/18, referente ao processo n.º 868/18, o Sr.º Joaquim Augusto Olhero de Carvalho, na qualidade de proprietário, apresenta um pedido, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, na legalização das obras de construção¹⁶, de uma habitação unifamiliar, localizada na rua do Sobreiro, n.º27 - Vila Nova de Veiga, freguesia de São Pedro de Agostém no concelho de Chaves.-----

2 - ANTECEDENTES-----

2.1- Não foram encontrados no arquivo municipal, antecedentes do projeto.-----

3 - SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR-----

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente:-----

- Certidão das Finanças; -----

- Extrato da planta de ordenamento e de condicionantes, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----

- Ortofotomapa à escala 1:500;-----

- Planta de localização à escala 1:25 000;-----

- Levantamento fotográfico;-----

- Memória descritiva e justificativa;-----

¹⁶ «Obras de construção» as obras de criação de novas edificações;---

-Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto e projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;

- Declarações do técnico, comprovativa de inscrição em associação pública de caráter profissional;-----

- Declaração de seguro de responsabilidade civil profissional do técnico;-----

- Quadro de áreas;-----

- Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital;-----

- Termo de responsabilidade do plano de acessibilidades e respetivo plano;-----

- Levantamento topográfico à escala 1:200;-----

- Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1: 200;-----

- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos;-----

- Alçados à escala de 1:100;-----

- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100;-----

- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----

- Ficha de elementos estatísticos;-----

- Declaração do topógrafo;-----

- Projeto de estabilidade;-----

- Projeto de abastecimento de água e drenagem de águas residuais;----

- Estudo de comportamento térmico;-----

- Projeto acústico;-----

- Ficha de Segurança Contra Incêndio;-----

- Projeto de águas pluviais;-----

-Projeto acústico;-----

-Termo de responsabilidade do autor do projeto de arranjos exteriores;

- Termo de responsabilidade pela direção técnica da obra;-----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.1.1-O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro, por respeitar à legalização das obras de construção.-----

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 47 A, o prédio urbano está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados.-----

4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1- O requerente pretende a legalização da construção de uma habitação unifamiliar. A habitação levada a efeito sem os necessários atos administrativos de controlo prévio, possui dois pisos: r/chão e andar, preconizando uma área bruta de construção de 379,68 m².-----

5.2- O processo está instruído de acordo com o n.º 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, ou seja, com os termos de responsabilidade do projeto de estabilidade, águas pluviais, acústico, águas e esgotos, segurança contra incêndio e projeto térmico. -----

5.3- Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2018-11-15, da qual resultou o "Auto de Vistoria

n.º "86/2018", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

5.4- Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de não haver necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação na habitação unifamiliar, objeto de pedido de legalização das obras de construção.-----

5.5- A edificação situa-se no núcleo do aglomerado de Vila Nova de Veiga, tendo resultado da vistoria realizada, para efeitos de legalizações de operações urbanísticas, que a intervenção se integra no meio envolvente, onde a moda da cércea na frente urbana em que se insere é de /chão e andar.-----

5.6- A construção, segue os alinhamentos dominantes existentes e a manter na frente urbana em que se insere o prédio, de acordo com o disposto no artigo 26.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018.-----

5.7- A edificação destina-se habitação unifamiliar, o que se enquadra no disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, onde dispõe que, os espaços de classe 1 possuem já ou estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista.-----

5.8- Face ao uso previsto do imóvel (habitação unifamiliar) e à área bruta de construção do mesmo, a proposta cumpre o especificado na alínea b) do n.º 3 do artigo 12.º do Plano Diretor Municipal Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, uma vez que contempla no interior do seu prédio 3 lugares de estacionamento automóvel, o qual, é superior ao valor mínimo previsto naquela norma regulamentar.-----

5.9 - O projeto apresentado, dá cumprimento, ao disposto no Decreto - Lei 163/06 de 8 de Agosto, relativo a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, sendo certo que, está instruído com termo de responsabilidade do plano de acessibilidades, de acordo com o n.º 8 do art.º 20 do RJUE.-----

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1- O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, coordenador do projeto, do autor do plano de acessibilidades e dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados.-----

7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS Á PRETENSÃO-----

7.1- De acordo com a alínea a) do n.º 1, do artigo 24.º, do Regulamento n.º 314/2010, a taxa de infraestruturas urbanísticas a aplicar atinge o montante de 1.082,12 euros.-----

7.2- As taxas administrativas, previstas no art.º 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 217,15 euros.-----

7.3- O valor total das taxas a liquidar é assim de 1.299,27 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros I (taxas de infraestruturas urbanísticas) e II (taxas administrativas) do anexo I. -----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1- Considerando, que se trata de uma edificação, que foi levada a efeito, sem os necessários atos administrativos de controlo prévio.--

8.2 - Considerando, que a operação urbanística, consubstanciada, na construção de um edifício de "habitação unifamiliar", compagina-se com os afastamentos existentes e a manter na envolvente imediata, os alinhamentos e recuos à via pública com a qual confronta e a moda da cêrcea. Neste sentido, pode -se concluir que projeto em causa respeita as regras e parâmetros de edificabilidade, previstos no artigo 19.º da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018.-----

8.3- Considerando, que o prédio urbano objeto de legalização das obras de construção acima enunciadas, encontra-se em bom estado de conservação interior e exteriormente e não necessita de obras de correção ou adaptação.-----

8.4 - Considerando que a edificação é servida por arruamento público, pavimentado a cubos de granito, possui ligação á rede pública de água e esgotos.-----

8.5- Considerando, que o uso pretendido, para habitação unifamiliar, respeita o disposto na alínea a) do n.º 2, do artigo 7.º, da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, onde dispõe que, os espaços de "Classe 1" estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista.-----

8.6- Considerando, que a operação urbanística em análise, não consubstancia, qualquer dispensa de cumprimento de normas técnicas de construção.-----

8.7- Considerando que não há necessidade de obras de correção e/ou adaptação, o título a emitir será o Alvará de autorização de utilização, conforme previsto no n.º3 do artigo 73.º-C do RMUE.-----

8.8 - Considerando, que é apresentada Certidão das Finanças, relativa ao prédio urbano, mas que estamos em presença de uma situação excecional, visto tratar-se de um processo de regularização de uma operação urbanística de edificação já consolidada, e nessa medida, não é possível à requerente ultrapassar os constrangimentos inerentes à apresentação da Certidão da Conservatória do Registo Predial relativa ao prédio em questão, nem tão pouco a mesma consegue promover a celebração da escritura de justificação notarial, pois é-lhe exigida a autorização de utilização do prédio em causa, julgamos, salvo melhor opinião, que os documentos a apresentar para prova de legitimidade, embora não bastantes, deverão permitir a normal tramitação do processo urbanístico em causa, tendente a legalização da construção.-----

8.9- No entanto, no título - Alvará de autorização de Utilização que vier a ser emitido, dever-se á fazer constar, à cautela, e considerando a situação excecional reconhecida no caso individual e concreto as seguintes prescrições:-----

8.9.1- A Autorização de Utilização é emitida sob reserva de direito de terceiros;-----

8.9.2 - Os efeitos do Alvará de Autorização de Utilização, ficarão imediatamente suspensos caso o requerente não apresente, no prazo de 90 dias seguidos, contados desde a data da sua emissão, a respetiva Certidão da Conservatória do Registo Predial com a inscrição em causa a seu favor, na sequência da aquisição originária invocada;-----

9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel, o qual, deverá, à cautela, conter as prescrições constantes dos itens 8.9.1 e 8.92, do presente parecer técnico;-----

c) Caso, a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de construção da habitação unifamiliar, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º- C, do mesmo preceito regulamentar;-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010-----

Áreas (m²) -----

PISO	Habitação	Comércio/Serviços	Arrumos	Armazém	TOTAL
Piso 1	179,98				179,98
Piso 2	199,70				199,70
TOTAL	379,68	0,00	0,00	0,00	379,68

Cércea - 6,05 ml-----

Volume - 706,34 m³-----

QUADRO I-----

- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)-----

QUADRO I				custos (C)		
		s/n	larg.	C/m	C/m²	Custo (C)
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem					
	- Semipenetração betuminosa	/	0		14,21	0,00 €/m
	- Betão betuminoso	/	0		19,33	0,00 €/m
	- Granito (calçada a cubos)	/	3,28		13,08	42,90 €/m
	- Granito (calçada à portuguesa)	/	0		8,53	0,00 €/m
	- Betão	/	0		13,08	0,00 €/m
	Passeios					
	- Lancil (Betão)	0	/	17,63		0,00 €/m
	- Lancil (Granito)	0	/	39,80		0,00 €/m
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	/	0		15,92	0,00 €/m
	- Pavimento (Mosaico)	/	0		25,02	0,00 €/m
REDE DE ÁGUA		1	/	21,61		21,61 €/m
REDE DE ESGOTOS		1	/	34,12		34,12 €/m
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		0	/	45,49		0,00 €/m
C - custo das obras existentes na via pública / m					98,63	€/m
m - frente do terreno que confronta com a via pública					4,05	
Moradia unifamiliar						
- alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º						
T = C x m x 0,25				T = 99,87 €		

QUADRO II-----
- Cálculo das taxas administrativas-----
 (art.º 66 da subsecção IV)-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMISSION DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			64,85 €
n.º 2	Para habitação unifamiliar, por fogo			
a)	Até 250 m2	0	75,65€	0,00 €
b)	De 251 m2 a 500 m2	1	86,45€	86,45 €
c)	Superior a 500 m2	0	97,35€	0,00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	1	11,85€	11,85 €
Art.76,n.º6	Vistoria		54,00€	54,00 €
	TOTAL			217,15 €

TOTAL A LIQUIDAR.....Σ 99,87 € + 217,15 € = 317,02 €-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 27.11.2018:-----

Visto. Concordo. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização do imóvel em causa (edificação de uma moradia unifamiliar), nos termos e para os efeitos prescritos no item "9.Proposta de Decisão" deste documento. No alvará de autorização de utilização a emitir, deverá constar a menção expressa de que o imóvel a que respeita foi objeto de legalização.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.27. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.11.27. ----

Defiro o pedido de legalização infra, nos termos e com os fundamentos expressos na informação técnica e no despacho de concordância exarado sobre a mesma pelo Chefe da DGOT, ao abrigo do n.º3 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em vista a permitir a formalização da transmissão do respetivo prédio urbano, no imediato. -----

Á reunião de Câmara para efeitos de ratificação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara de 27.11.2018. -----

Notifique-se. -----

VI

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

1- URBANIZAÇÃO

1.1. "CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS - CASAS NOVAS E REDONDELO" - SUSPENSÃO DOS TRABALHOS -----

Foi presente a informação nº 380/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. O Município de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica, 2.ª Série, n.º 125 de 30 de Junho de 2017, concurso público tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Construção de Estação de Tratamento de Águas Residuais - Casas Novas e Redondelo". -----

2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 18 de Agosto de 2017, o Município de Chaves adjudicou à empresa "Construções Quatro de Maio, Lda.", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, outorgado perante o oficial público da Autarquia em 30 de Agosto de 2017. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária encontra-se fixado em 252.565,00€ (Duzentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e sessenta e cinco euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor. -----

5. Prazo de execução da obra, 150 dias. -----

6. O auto de consignação dos trabalhos da referida empreitada foi celebrado a 11 de Setembro de 2017. -----

7. O Adjudicatário tomou conhecimento da aprovação do Plano de Segurança e Saúde para a fase de execução da obra a 12 de Outubro de 2017. -----

8. O prazo de execução da obra, já foi prorrogado a título gracioso até 7 de Dezembro de 2018. -----

II - Fundamentação -----

1. Na sequência dos trabalhos da empreitada, verifica-se a necessidade de suspender os trabalhos até que seja garantida a posse administrativa do terreno a expropriar para execução do acesso à Estação de Tratamento de Águas Residuais, bem como autorização das Infraestruturas de Portugal, S.A., para a execução de duas travessias na estrada nacional n.º 103. -----

2. O projeto da obra contempla a ampliação da rede de saneamento da localidade de Casas Novas e a construção de uma Etar. -----

3. Para o acesso à Etar, prevê-se o alargamento de um caminho existente, sendo necessário efetuar expropriação de um terreno, designado como Parcela n.º 2, de acordo com planta apresentada em anexo. -----

4. De acordo com o Gabinete de Notariado e Expropriações do Município, verifica-se que a referida Parcela não tem garantida ainda a posse administrativa. -----

5. Relativamente às Infraestruturas de Portugal, S.A., não emitiu ainda autorização para realização dos trabalhos de implantação do coletor de saneamento para execução das travessias na estrada nacional n.º 103. -----

6. Considerando o referido, torna-se necessário efetuar uma suspensão dos trabalhos até que seja concluído o processo de expropriação e as Infraestruturas de Portugal emitam autorização para execução dos trabalhos na EN103. -----

7. Caso seja aprovada, a suspensão dos trabalhos reproduzirá efeitos a partir de 12 de Novembro de 2018. -----

8. Durante o prazo de suspensão dos trabalhos, será da responsabilidade do adjudicatário efetuar todas as manutenções necessárias, de modo a manter e conservar os trabalhos já executados, não acarretando para o Dono de Obra quaisquer encargos adicionais. --

9. Com a aprovação da presente suspensão de trabalhos, não haverá direito a qualquer acréscimo do valor da revisão de preços em relação ao prazo contratado. -----

III - Da Proposta -----

Face ao exposto, nos termos do disposto no Artigo 297.º do Código dos Contratos Públicos, propõe-se a suspensão dos trabalhos, até que se encontrem reunidas as condições necessárias para conclusão dos trabalhos. -----

À consideração Superior. -----

Chaves, 20 de Novembro de 2018 -----

O Técnico -----

(Vitor Joaquim Fernandes Pereira) -----

Anexos: Planta de expropriação, Parcela 2 -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.11.26. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.26. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.11.26. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.2. REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PARQUE INFANTIL DO JARDIM DO TABOLADO - CONCURSO PÚBLICO -----

Foi presente a informação nº 386/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. INTRODUÇÃO -----

Para conhecimento e respetiva aprovação, apresenta-se em anexo o projeto e processo de procedimento para a execução da obra "Reabilitação e Ampliação do Parque Infantil do Jardim do Tabolado", projeto elaborado pela Divisão de Projetos e Mobilidade. -----

O parque infantil existente apresenta-se em mau estado de conservação e necessita de uma intervenção ao nível dos pavimentos, equipamentos, iluminação, sombreamento, entre outros fatores. -----

O presente projeto visa requalificar e dignificar este espaço de recreio que se constitui um equipamento de referencia para a população, quer pela sua função como pela sua localização privilegiada, objetivando a valorização do mesmo no que diz respeito às condições de segurança e conforto dos seus utilizadores, bem como da própria atratividade do espaço, aliando os aspetos estéticos aos funcionais. Na zona destinada à ampliação do parque infantil será criado um espaço de recreio complementar, mas com carácter mais informal, destinando-se a uma faixa etária superior, juvenil, ainda que seja aberto à população em geral. Ambos os espaços de recreio (parque infantil existente e ampliação) serão articulados entre si, bem como com a envolvente

próxima. Esta articulação é conseguida através da criação de um percurso pedonal que delimita a área de intervenção a nascente, ligando-se aos percursos pedonais periféricos existentes, e através da criação de uma pequena praça para estadia e distribuição de fluxos, uma vez que nela culminam vários percursos. -----

2. PROPOSTA / DECISÃO: -----

1. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dado a especificidade dos trabalhos; -----

2. Seja autorizado pelo executivo, a abertura de um procedimento por Concurso Público, para a adjudicação da obra "Reabilitação e Ampliação do Parque Infantil do Jardim do Tabolado"; -----

3. Que o valor base para a presente empreitada seja fixado em 527.778,11€, (Quinhentos e vinte e sete mil, setecentos e setenta e oito euros e onze centimos), acrescido do respetivo valor do IVA. --- A fundamentação do preço base do concurso foi elaborada pelos técnicos da Divisão de Projetos e Mobilidade., que faz parte integrante e que anexamos; -----

4. Que de acordo com o definido na alínea b) do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, que aprova o Código dos Contratos Públicos, seja adotado como procedimento prévio à contratação o Concurso Público, sem publicação no JOUE - Jornal Oficial da União Europeia; -----

5. Que o prazo máximo de execução da obra seja de 120 dias; -----

6. Para a realização da presente empreitada, foram solicitados os seguintes pareceres prévios: -----

- Parecer favorável condicionado da Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) em 20/07/2017 (Ofício Referencia: DSRHG-2017 | HM009);

- Parecer favorável condicionado do Diretor Técnico da exploração HM-9 Caldas de Chaves, Dr. José Martins Carvalho, através do parecer com a Referencia 170530; -----

- Parecer favorável da Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC) em 05/06/2017 (Ofício Referencia: 2060-16/DPM/2017); -----

7. De acordo com o definido na alínea b) do n.º 1 do artigo n.º 46.º-A do Código dos Contratos Públicos, decidiu-se não prever a adjudicação por Lotes, por se tratar de uma obra que se desenvolve num espaço único e com interligação entre as várias especialidades, não sendo objetivamente possível a sua divisão por lotes, considerando a existência de um único projeto de execução, cujos trabalhos que o integram não serem técnica e fisicamente separáveis; -----

8. A aprovação das peças do procedimento em anexo, respetivamente: -

a) Projeto de execução (Com base na informação n.º 384/DPM/2018); --

b) Anúncio conforme modelo estipulado no Anexo I, da Portaria n.º 371/2017 de 14/12; -----

c) Programa de Procedimento; -----

d) Caderno de Encargos; -----

e) Plano de Segurança e Saúde; -----

f) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição;

g) Cópia do Relatório da Comissão Municipal de Revisão de Projetos. -

9. Que de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos, o júri responsável pela condução dos procedimentos, para a formação dos contratos, seja constituído pelos seguintes elementos: -----

Presidente: Amélia Rodrigues -----

Efetivos: -----

1º Vogal efetivo: Vítor Pereira -----

2º Vogal efetivo: Fernanda Serra -----

Suplentes: -----

1º Vogal suplente: Abel Peixoto -----
 2º Vogal suplente: Madalena Branco -----
 10. Que de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 109.º do Código dos Contratos públicos, sejam delegadas ao júri todas as competências, com exceção no disposto no n.º 2 do artigo 69.º do C.C.P; -----
 11. Encontrando-se em vigor da Portaria 701-H/2008 de 29 de julho, foi na elaboração do presente projeto, tida em consideração a sua aplicação conjuntamente com o artigo 43º da CCP. -----
 Dado tratar-se de uma obra classificada na categoria superior a III, foi efetuada a revisão do projeto pela Comissão Municipal de Revisão de Projetos, cujo Relatório elaborado a 16 de novembro de 2018 se anexa, entende-se também que determinados elementos de solução da obra a realizar exarados no n.º 5 do artigo 43.º do referido diploma, são dispensáveis, designadamente: -----
 - Levantamentos E análises de campo - O levantamento topográfico faz parte das peças do procedimento; -----
 - Estudo geológico - geotécnico - Foi considerada a informação geológica-geotérmica existente, da área de intervenção considerada no projeto; -----
 - Estudos ambientais, incluindo a declaração de impacto ambiental, nos termos da legislação aplicável - A obra a levar a efeito não se encontra sujeita a avaliação de impacto ambiental por não se enquadrar nos projetos abrangidos pelas alíneas a) e b) do n.º 3 e n.º 4 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de novembro, bem como pela Declaração de Retificação n.º 2/2006, de 6 de janeiro; -----
 - Estudos de impacte social, económico ou cultural neste se incluindo a identificação das medidas de natureza expropriatória a realizar, dos bens e dos direitos a adquirir e dos ónus e servidões a impor - Não aplicável, dada a natureza da obra; -----
 - Resultado dos ensaios laboratoriais ou outros - Tendo em consideração as características da obra a realizar, não foram realizados ensaios laboratoriais ou outros; -----
 - Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, nos termos da legislação aplicável - O PPGRCD faz parte das peças do procedimento, em fascículo anexo; -----
 12. O valor base do orçamento dos trabalhos em causa, está estimado em 527.778,11 euros, IVA não incluído, tendo enquadramento nas despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objetivo 2.5.2. 0102/07030306 0202 2016 I 44, tendo sido concedida à obra a proposta de cabimento n.º 2354/2018. -----
 À consideração Superior. -----
 Divisão de Obras Públicas, 22 de novembro de 2018. -----
 A Chefe de Divisão -----
 (Amélia Rodrigues) -----
 Em anexo: -----
 - Projeto de Execução; -----
 - Informação n.º 384/DPM/2018, -----
 - Modelo de Anúncio de Concurso Público; -----
 - Cópia dos Pareceres Externos; -----
 - Programa de Procedimento, -----
 - Caderno de Encargos; -----
 - Plano de Segurança e Saúde; -----
 - Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição; -----
 - Cópia do Relatório da Comissão Municipal de Revisão de Projetos. -
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.26. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.11.26. -----

À Reunião de Câmara -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.3. REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MUSEU DA REGIÃO FLAVIENSE, DO CASTELO E BALUARTE E REABILITAÇÃO DA COBERTURA DO EDIFÍCIO DO PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA - CONCURSO PÚBLICO -----

Foi presente a informação nº 388/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. INTRODUÇÃO -----
 Para conhecimento e respetiva aprovação, apresenta-se em anexo o projeto e processo de procedimento para a execução da obra, "Reabilitação e Ampliação do Museu da Região Flaviense, do Castelo e Baluarte e Reabilitação da Cobertura do Edifício do Paço dos Duques de Bragança". -----

O presente projeto, contempla trabalhos em três unidades físicas distintas: -----

1. Edifício do Paço dos Duques de Bragança; -----
2. Torre de Menagem: -----
3. Exteriores envolventes da Torre de Menagem -----

No edifício do Paço dos Duques de Bragança, serão executados os trabalhos necessários À criação de diversas zonas, designadamente, receção, loja do museu e espaços expositivos, bem como instalações sanitárias. -----

Serão ainda criadas condições de acessibilidade aos diversos espaços e andares. -----

O projeto de reabilitação da cobertura do edifício visa o tratamento das patologias existentes e um melhor desempenho no que diz respeito à eficiência energética -----

Relativamente ao conjunto Torre/Baluarte propõem-se trabalhos de preservação do monumento e a sua imagem, tratando-se apenas o essencial para evitar a degradação do edificado -----

Os arranjos exteriores irão contemplar principalmente a criação de percursos alternativos passíveis de serem utilizados por pessoas com mobilidade condicionada e que contribuam para a articulação entre o Museu e Centro interpretativo, a Torre e baluarte e o espaço urbano existente. Serão ainda rebaixados alguns percursos existentes de modo a permitir a recuperação da cota de soleira da porta do baluarte e para dar maior visibilidade ao troço de muralha semienterrada. -----

O projeto de execução da "Reabilitação da Cobertura do Edifício dos Paço dos Duques de Bragança (Museu da Região Flaviense)", foi aprovado em reunião de Câmara Municipal no dia 09 de agosto de 2018, sob proposta da Divisão de Projetos e Mobilidade, quanto ao projeto "Reabilitação e Ampliação do Museu da Região Flaviense, do Castelo e Baluarte", propõe-se a sua aprovação com base na informação técnica n.º 401/DSCH/2018 de 22 de novembro de 2018, da Divisão de Salvaguarda do Centro Histórico, que se anexa cópia. -----

2. PROPOSTA / DECISÃO: -----

Assim e face ao descrito propõe-se: -----

1. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dado a especificidade dos trabalhos; -----

2. Seja autorizado pelo executivo, a abertura de um procedimento por Concurso Público, para a adjudicação da obra "Reabilitação e Ampliação do Museu da Região Flaviense, do Castelo e Baluarte e Reabilitação da Cobertura do Edifício do Paço dos Duques de Bragança", -----

3. Que o valor base para a presente empreitada seja fixado em 1.209.545,81 Euros (Um milhão duzentos e nove mil e quinhentos e quarenta e cinco euros e oitenta e um cêntimos), acrescido do respetivo valor do IVA. -----

A fundamentação do preço base do concurso, foi elaborada pelo projetista - Avelino Nunes - Arquiteto Unipessoal, Lda., que faz parte integrante e que anexamos; -----

4. Que de acordo com o definido na alínea b) do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, que aprova o Código dos Contratos Públicos, seja adotado como procedimento prévio à contratação o Concurso Público, sem publicação no JOUE - Jornal Oficial da União Europeia; -----

5. Que o prazo máximo de execução da obra seja de 420 dias. -----

6. Para a realização da presente empreitada, foi solicitado os seguintes pareceres prévios: -----

- Parecer favorável da Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN) de 10/09/2018 (Ofício Referencia: S-2018/470525 (C.S:1293643) de 21/09/2018, relativo ao edifício Paço dos Duques de Bragança; -----

- Parecer favorável da Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN) de 10/09/2018 (Ofício Referencia: S-2018/449483, relativo ao Museu da Região Flaviense e do Castelo -----

7. De acordo com o definido na alínea b) do n.º 1 do artigo n.º 46.º-A do Código dos Contratos Públicos, decidiu-se não prever a adjudicação por Lotes, por se tratar de uma obra que se desenvolve num espaço único e com interligação entre as várias especialidades, não sendo tecnicamente aconselhável a sua divisão; -----

8. A aprovação das peças do procedimento em anexo, respetivamente: -

a) Projeto de execução, sob proposta n.º 401/DSCH/2018; -----

b) Anúncio conforme modelo estipulado no Anexo I, da Portaria n.º 371/2017 de 14/12; -----

c) Programa de Procedimento; -----

d) Caderno de Encargos; -----

e) Plano de Segurança e Saúde; -----

f) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.

g) Cópia do Relatório da Comissão Municipal de Revisão de Projetos. -

9. Que de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos, o júri responsável pela condução dos procedimentos, para a formação dos contratos, seja constituído pelos seguintes elementos: -----

Presidente: Amélia Rodrigues -----

1º Vogal efetivo: António Malheiro -----

2º Vogal efetivo: Fernanda Serra -----

Suplentes: -----

1º Vogal suplente: Madalena Branco -----

2º Vogal suplente: Vítor Pereira -----

10. Que de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 109.º do Código dos Contratos públicos, sejam delegadas ao júri todas as competências, com exceção no disposto no n.º 2 do artigo 69.º do C.C.P. -----

11. Encontrando-se em vigor da Portaria 701-H/2008 de 29 de julho, foi na elaboração do presente projeto, tida em consideração a sua aplicação conjuntamente com o artigo 43º da CCP. -----

Dado tratar-se de uma obra classificada na categoria superior a III, foi efetuada a revisão do projeto, pela Comissão Municipal de Revisão

de Projetos, cujo Relatório elaborado a 24 de outubro de 2018 se anexa, entende-se também que determinados elementos de solução da obra a realizar exarados no n.º 5 do artigo 43.º do referido diploma, são dispensáveis, designadamente: -----

- Levantamentos e análises de campo - As peças do procedimento encontram-se dotadas de levantamento e caracterização do existente; -
- Estudo geológico - geotécnico - Tendo em consideração a natureza e características dos trabalhos, não são necessários estudos geológico-geotécnicos; -----

- Estudos ambientais, incluindo a declaração de impacto ambiental, nos termos da legislação aplicável - A obra a levar a efeito não se encontra sujeita a avaliação de impacto ambiental por não se enquadrar nos projetos abrangidos pelas alíneas a) e b) do n.º 3 e n.º 4 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de novembro, bem como pela Declaração de Retificação n.º 2/2006, de 6 de janeiro; -----

- Estudos de impacto social, económico ou cultural neste se incluindo a identificação das medidas de natureza expropriatória a realizar, dos bens e dos direitos a adquirir e dos ónus e servidões a impor - Não aplicável, dada a natureza da obra; -----

- Resultado dos ensaios laboratoriais ou outros - Tendo em consideração as características da obra a realizar, não foram realizados ensaios laboratoriais ou outros; -----

- Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, nos termos da legislação aplicável - O PPGRCD faz parte das peças do procedimento, em fascículo anexo. -----

12.O valor base do orçamento dos trabalhos em causa, está estimado em 1.209.545,81 euros, IVA não incluído, tendo enquadramento nas despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor nos objetivos: -----

- Reabilitação e Ampliação do Museu da Região Flaviense, do Castelo e Baluarte - 2.5.1. 0102/07030312/0101/2016 I 15, no valor de 999.954.40 €, (Novecentos e noventa e nove mil novecentos e cinquenta e quatro euros e quarenta cêntimos), -----

- Reabilitação da Cobertura do Edifício do Paço dos Duques de Bragança - 2.5.1. 0102/07010307/0104/2019 I 3, no valor de 209.590,41 € (Duzentos e nove mil quinhentos e noventa euros e quarenta e um cêntimos). -----

À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Públicas, 23 de novembro de 2018 -----

A Chefe de Divisão -----

(Eng.ª Amélia Rodrigues) -----

Em anexo: -----

- Projeto de Execução; -----

- Cópia da Informação n.º 401/DSCH/2018; -----

- Cópia dos Pareceres Externos; -----

- Modelo de Anúncio de Concurso Público; -----

- Programa de Procedimento, -----

- Caderno de Encargos, -----

- Plano de Segurança e Saúde; -----

- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição;

- Cópia do Relatório da Comissão Municipal de Revisão de Projetos. -

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.26. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.11.26. -----

À Reunião de Câmara -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.4. QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DA MARGEM ENTRE O JARDIM DO TABOLADO E A PONTE DE SÃO ROQUE - CONCURSO PÚBLICO -----

Foi presente a informação nº 389/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. INTRODUÇÃO -----

Para conhecimento e respetiva aprovação, apresenta-se em anexo o projeto e processo de procedimento para a execução da obra, "Qualificação do espaço Público da Margem entre o Jardim do Tabolado e a Ponte de São Roque". -----

O presente projeto encontra-se integrado no Plano de Regeneração Urbana (PARU 2.7), incluída na candidatura ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU). -----

Pretende o Município de Chaves completar o projeto de requalificação urbanística no âmbito do programa Pólis, no sentido de dinamizar a relação entre o centro histórico, o rio Tâmega e o Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso (MACNA). -----

2. PROPOSTA / DECISÃO: -----

Assim e face ao descrito propõe-se: -----

1. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dado a especificidade dos trabalhos; -----
2. Seja autorizado pelo executivo, a abertura de um procedimento por Concurso Público, para a adjudicação da obra "Qualificação do espaço Público da Margem entre o Jardim do Tabolado e a Ponte de São Roque";
3. Que o valor base para a presente empreitada seja fixado em 917.967,00 Euros (Novecentos e dezassete mil, novecentos e sessenta e sete euros), acrescido do respetivo valor do IVA. -----

A fundamentação do preço base do concurso foi elaborada pelo projetista - Pedro Guimarães - Barbosa & Guimarães, que faz parte integrante e que anexamos; -----

4. Que de acordo com o definido na alínea b) do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, que aprova o Código dos Contratos Públicos, seja adotado como procedimento prévio à contratação o Concurso Público, sem publicação no JOUE - Jornal Oficial da União Europeia; -----

5. Que o prazo máximo de execução da obra seja de 365 dias. -----

6. Para a realização da presente empreitada, foram solicitados os seguintes pareceres prévios: -----

- Parecer favorável condicionado da Agência Portuguesa do Ambiente (APA); -----

- Parecer favorável condicionado da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN); -----

- Parecer favorável condicionado da Direção Geral de Energia e Geologia (DGE); -----

- Parecer favorável condicionado da Direção Regional da Cultura do Norte (DRCN); -----

- Parecer favorável da EDP Distribuição; -----

7. De acordo com o definido no nº 1 do artigo nº 46 - A do Código dos Contratos Públicos, decidiu-se não prever a adjudicação por Lotes, por tratar-se de uma obra que se desenvolve num percurso único com

interligações de infraestruturas várias, o que não permite a sua separação com resultados satisfatórios; -----

8. A aprovação das peças do procedimento em anexo, respetivamente: -

a) Projeto de execução (Com base na informação n.º 383/DPM/2018); --

b) Anúncio conforme modelo estipulado no Anexo I, da Portaria n.º 371/2017 de 14/12; -----

c) Programa de Procedimento; -----

d) Caderno de Encargos; -----

e) Plano de Segurança e Saúde; -----

f) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição;

g) Cópia do Relatório da Comissão Municipal de Revisão de Projetos. -

9. Que de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos, o júri responsável pela condução dos procedimentos, para a formação dos contratos, seja constituído pelos seguintes elementos: -----

Presidente: Madalena Branco -----

1º Vogal efetivo: Amélia Rodrigues -----

2º Vogal efetivo: Abel Peixoto -----

Suplentes: -----

1º Vogal suplente: Fernanda Serra -----

2º Vogal suplente: Vítor Pereira -----

10. Que de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 109.º do Código dos Contratos públicos, sejam delegadas ao júri todas as competências, com exceção no disposto no n.º 2 do artigo 69.º do C.C.P. -----

11. Encontrando-se em vigor da Portaria 701-H/2008 de 29 de julho, foi na elaboração do presente projeto, tida em consideração a sua aplicação conjuntamente com o artigo 43º da CCP. -----

Dado tratar-se de uma obra classificada na categoria superior a III, foi efetuada a revisão do projeto pela Comissão Municipal de Revisão de Projetos, cujo Relatório elaborado a 20 de setembro de 2018 se anexa, entende-se também que determinados elementos de solução da obra a realizar exarados no n.º 5 do artigo 43.º do referido diploma, são dispensáveis, designadamente: -----

- Levantamentos E análises de campo - As peças do procedimento encontram-se dotadas de levantamento topográfico; -----
- Estudo geológico - geotécnico - Tendo em consideração a natureza e características dos trabalhos, não são necessários estudos geológico-geotécnicos; -----
- Estudos ambientais, incluindo a declaração de impacto ambiental, nos termos da legislação aplicável - A obra a levar a efeito não se encontra sujeita a avaliação de impacto ambiental por não se enquadrar nos projetos abrangidos pelas alíneas a) e b) do n.º 3 e n.º 4 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de novembro, bem como pela Declaração de Retificação n.º 2/2006, de 6 de janeiro; -----
- Estudos de impacto social, económico ou cultural neste se incluindo a identificação das medidas de natureza expropriatória a realizar, dos bens e dos direitos a adquirir e dos ónus e servidões a impor - Não aplicável, dada a natureza da obra; -----
- Resultado dos ensaios laboratoriais ou outros - Tendo em consideração as características da obra a realizar, não foram realizados ensaios laboratoriais ou outros; -----
- Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, nos termos da legislação aplicável - O PPGRCD faz parte das peças do procedimento, em fascículo anexo. -----

12. O valor base do orçamento dos trabalhos em causa, está estimado em 917.967,00 euros, IVA não incluído, tendo enquadramento nas despesas

emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objetivo 2.4.2. 0102/07030301 0328 2017 I 15, tendo sido concedida à obra a proposta de cabimento n.º 2353/2018. -----

À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Públicas, 23 de novembro de 2018. -----

A Chefe de Divisão -----

(Amélia Rodrigues) -----

Em anexo: -----

- Projeto de Execução; -----

- Informação n.º 383/DPM/2018, -----

- Modelo de Anúncio de Concurso Público; -----

- Cópia dos Pareceres Externos; -----

- Programa de Procedimento, -----

- Caderno de Encargos; -----

- Plano de Segurança e Saúde; -----

- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição;

- Cópia do Relatório da Comissão Municipal de Revisão de Projetos. -

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.26. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.11.26. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.5. APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A EXECUÇÃO DA OBRA "CENTRO CÍVICO (PARU 2.3)" E NOMEAÇÃO DO RESPECTIVO COORDENADOR DE SEGURANÇA E SAÚDE EM OBRA. -----

Foi presente a informação n.º 391/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1 - A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica - 2ª Série, n.º 162 de 23 de agosto de 2018, concurso público, tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Centro Cívico (PARU 2.3)"; -----

2 - De harmonia com a deliberação Camarária tomada na reunião ordinária realizada no dia 1 de outubro de 2018, o Município de Chaves adjudicou à empresa "Edibarra - Engenharia e Construção S.A.", a execução da referida empreitada; -----

3 - O valor da adjudicação na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária é de 228.917,02 € (Duzentos e vinte e oito mil novecentos e dezassete euros e dois cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, com o prazo de execução da obra de 180 dias; -----

4 - O ato adjudicatório veio a ser formalizado através da assinatura do contrato administrativo de obras públicas, no dia 16 de novembro de 2018; -----

5 - O início da produção de efeitos do contrato, de acordo com o n.º 1, do Artigo 362.º, do CCP; -----

6 - O adjudicatário apresentou o Plano de Segurança e Saúde no Trabalho de Estaleiros Temporários ou Móveis. -----

II - Fundamentação -----

Face à necessidade de reduzir os riscos profissionais no sector da construção civil, e de acordo com a legislação em vigor, torna-se necessário dar integral cumprimento às obrigações decorrentes do Decreto-lei nº 273/2003 de 29 de outubro, relativo às prescrições mínimas de segurança e de saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis. -----

Assim e de acordo com o ponto 3 do artigo 5º do Decreto-lei nº 273/2003, foi apresentado pela entidade executante o plano de segurança e saúde no trabalho, para a fase de execução da obra. -----

Analísado o Plano de Segurança e Saúde no trabalho, pela Sr.ª Eng.ª Madalena Branco, conclui-se que o mesmo se encontra em condições de ser aprovado condicionalmente, devendo o referido plano ser atualizado, sempre que no decurso da empreitada se verifique que as condições iniciais de execução de tarefas sejam alteradas, ou identificados novos riscos. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

Considerando que é obrigação do dono da obra, nomear o coordenador de segurança em obra, de acordo com o nº 3 do artigo 9º, do já referido diploma legal, propõe-se ao executivo camarário, deliberação no sentido de: -----

1. Aprovar o Plano de Segurança e saúde em anexo; -----
2. Nomear como coordenador de segurança a Técnica Superior, Eng.ª Madalena Branco -----

3. Dando cumprimento ao ponto 4 do mesmo artigo, junto se anexa declaração conjunta onde é expressa a nomeação do coordenador de segurança e a sua aceitação; -----

4. De acordo com o nº 1 do artigo 15º do Dec. Lei nº 273/2003 de 29 de outubro, deverá ser comunicado a abertura de estaleiro à ACT (Autoridade para as Condições de Trabalho). -----

À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Públicas, 23 de novembro de 2018. -----

A Chefe de Divisão -----

(Eng.ª Amélia Cristina Rodrigues) -----

Em Anexo: O Plano de Segurança e Saúde. -----

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DE FUNÇÕES -----

Município de Chaves, dono da obra "Centro Cívico (PARU 2.3)", declara, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 9º do Decreto Lei 273/03 de 29 de Outubro, que nomeia a Técnica Superior, Maria Madalena de Sousa Durão Branco, como Coordenadora de Segurança e Saúde da referida obra, a qual assegurará o exercício das funções afetas à coordenação da mesma, que neste mesmo documento, declara a aceitação daquelas funções. -----

Divisão de Obras Públicas, 23 de novembro de 2018. -----

Pelo Dono da Obra -----

(Dr. Nuno Vaz Ribeiro) -----

(Eng.ª Amélia Cristina G. Rodrigues) -----

A Coordenadora de Segurança e Saúde da Obra -----

(Eng.ª Maria Madalena de Sousa Durão Branco) -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.26. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.11.26. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2 - SANEAMENTO E SALUBRIDADE

3- OBRAS DE CONSERVAÇÃO

VII EXPROPRIAÇÕES

VIII DIVISÃO DE AGUAS E RESÍDUOS

IX DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

X FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

1. FORNECIMENTO CONTÍNUO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS, EM POSTOS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO E A GRANEL. CONCURSO PÚBLICO Nº 6/SC/2018. ----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Antecedentes e justificação -----

- Considerando que, o contrato celebrado entre o Município de Chaves e a empresa "Lubrífuel - Combustíveis e Lubrificantes, Lda.", relativamente ao fornecimento de combustíveis rodoviários, termina o seu prazo no dia 31 de dezembro de 2018; -----

- Considerando que importa promover a abertura de novo procedimento atinente à contratualização do fornecimento de combustíveis, por forma a garantir a regularidade e normalidade do funcionamento da frota automóvel; -----

Assim, submete-se à consideração superior a presente proposta que visa o seguinte: -----

2. Escolha do tipo de procedimento -----

- Considerando que a estimativa para o fornecimento de combustíveis para o ano de 2019 é de 174.800,00€ (cento e setenta e quatro mil e oitocentos euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor; -----

- Considerando que, nos termos do disposto no nº3 do artigo 47º do CCP, o preço base indicado no caderno de encargos teve em conta o consumo estimado e os custos resultantes de anteriores procedimentos, tendo em conta o P.V.P dos combustíveis; -----

- Considerando que, nos termos do disposto na alínea b) do nº1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), poder-se-á lançar mão do procedimento "Concurso Público" como procedimento para a celebração de contratos, sem publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, quando o valor do contrato seja inferior aos limiares referidos nas alíneas b), c) ou d) do nº3 do artigo 474º; --

Assim, em cumprimento do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99 de 8 de Junho, e nos termos do disposto nos artigos 36º e 38º do CCP, solicita-se autorização à Câmara Municipal de Chaves para aplicação do procedimento "Concurso Público", previsto na alínea b) do nº1 do artigo 20º do CCP, para adjudicação do fornecimento identificado em epígrafe. -----

3. Designação do júri -----

- Considerando que, nos termos do disposto no nº1 do artigo 67º do CCP, com exceção do ajuste direto e dos casos previstos no nº3 do citado artigo, os procedimentos para a formação de contratos são conduzidos por um júri designado pelo órgão competente para a decisão de contratar; -----

Assim, submete-se à consideração superior a seguinte proposta de constituição: -----

- Membros efetivos: -----

- Presidente: Dr.º Marcelo Delgado, Diretor do Departamento de Coordenação Geral; -----

- 1º Membro Efetivo: Dr.ª Márcia Santos, Chefe da Divisão de Gestão Financeira; -----

- 2º Membro Efetivo: Susana Borges, Técnica Superior, em regime de mobilidade. -----

O primeiro membro efetivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos. -----

- Membros suplentes: -----

- 1º Membro Suplente: Dr.º Marcos Barroco, Técnico Superior; -----

- 2º Membro Suplente: Eng.º Inácio Santos, Chefe da Divisão de Recursos Operacionais. -----

4. Delegação de competências -----

Nos termos do disposto no nº1 do artigo 109º do CCP, sugere-se que as competências atribuídas ao órgão competente para a decisão de contratar possam ser delegadas no júri, sem prejuízo do disposto na parte final no nº2 do artigo 69º do mesmo Código. -----

5. Aprovação do processo de procedimento -----

Para efeitos de aprovação, e no cumprimento do exposto na alínea c) do nº1 e nº2 do artigo 40º do CCP, acompanham a presente proposta o caderno de encargos, o programa de procedimento e o anúncio do concurso. -----

6. Caução -----

Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, a entidade adjudicante poderá proceder à retenção de 5% do valor dos pagamentos a efetuar ao adjudicatário. -----

7. Adjudicação por lotes -----

Nos termos do disposto no artigo 46.º-A do Código dos Contratos Públicos, o fornecimento contínuo de combustíveis rodoviários será adjudicado tendo em conta os seguintes lotes: -----

- Lote 1 - Fornecimento contínuo de combustíveis rodoviários, em postos de abastecimento público; -----

- Lote 2 - Fornecimento contínuo de combustíveis rodoviários a granel. -----

8. Cabimento orçamental -----

A despesa prevista no presente procedimento tem enquadramento orçamental nas rubricas económicas 02010201 e 02010202, no entanto, a despesa só se irá projetar no orçamento de 2019, uma vez que o contrato terá início no dia 1 de janeiro de 2019 e terminará no dia 31 de dezembro de 2019. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 21 de novembro de 2018 -----

A Técnica Superior, -----

em regime de mobilidade -----
(Susana Borges) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, DRA. MÁRCIA SANTOS DE 2018.11.22 -----

Visto. Concorde com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.22-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.11.22. ----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGUROS. CONCURSO PÚBLICO Nº7/SC/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Antecedentes e justificação -----

- Considerando que, na sequência do Ajuste Direto nº61/SC/2017 - prestação de serviços na área de seguros, veio a ser formalizado, no dia 11 de janeiro de 2018, o contrato entre o Município de Chaves e a empresa "Willis - Corretores de Seguros, S.A."; -----

- Considerando que o referido contrato termina agora o seu prazo no dia 31 de dezembro de 2018; -----

- Considerando que, após um levantamento sistemático de todos os contratos de seguro celebrados com este Município para os diversos ramos, dever-se-á proceder à abertura de procedimento adequado, tendente à adjudicação da carteira de seguros do Município de Chaves; Assim, face ao exposto, submete-se à consideração superior a presente proposta que visa o seguinte: -----

2. Encargos com contratos de aquisição de serviços - artigo 61º da Lei nº114/2017 de 29 de dezembro - LOE -----

Nos termos do disposto no nº1 do artigo 61º da LOE, os valores dos gastos com contratos de aquisição de serviços celebrados nos termos do CCP, nas autarquias locais, que, em 2018, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto ou contraparte de contrato vigente em 2017, não podem ultrapassar os valores dos gastos de 2017. -----

- Considerando que, no ano de 2017, no seguimento do concurso público nº9/SC/2017, tendente à adjudicação da carteira de seguros do Município de Chaves, nenhuma empresa manifestou ao Município de Chaves a sua vontade de contratar, alegando, em síntese, que o preço base estabelecido no caderno de encargos era muito baixo, inviabilizando assim a apresentação de uma proposta de preço adequada; -----

- Considerando que, no ano de 2017, o Município de Chaves teve que lançar mão do procedimento "Ajuste Direto", ao abrigo do critério material, previsto na alínea c) do nº1 do artigo 24º do CCP, uma vez que tinha de estar assegurada a adjudicação da carteira de seguros do Município de Chaves, para o ano de 2018; -----

- Considerando que, o Município de Chaves, nos termos do disposto no artigo 35.º-A do CCP, fez uma consulta preliminar ao mercado, a três empresas do ramo, a fim de obter os preços atualizados do mercado para a presente prestação de serviços; -----

- Considerando que, das consultas efetuadas ao mercado, só a empresa "Willis - Corretores de Seguros, S.A" apresentou um preço expectável para a contratação da carteira de seguros para o ano de 2019, no valor de 198.500,00 (cento e noventa e oito mil e quinhentos euros). -----

- Considerando que, o valor apresentado na consulta preliminar, para a contratação da carteira de seguros, é superior ao valor do contrato em vigor, uma vez que, para o ano de 2019 vai haver um aumento de capitais a segurar no ramo de acidentes de trabalho, e ao aumento de pessoas seguras em acidentes pessoais nas atividades de desporto, cultura e recreio, para além da criação de uma nova apólice de acidentes pessoais para a CPCJ, conjugado com os dados históricos de sinistralidade, que voltaram a representar um agravamento em 2018; -- Assim, face ao exposto, e no seguimento da consulta preliminar efetuada, que seja autorizada, nos termos do disposto no nº3 do artigo 61º da LOE, pela Câmara Municipal de Chaves, a dispensa do disposto no nº1 do citado artigo. -----

3. Consulta Preliminar ao mercado - artigo 35.º-A do CCP -----

Nos termos do disposto no artigo 35.º-A do CCP, foram realizadas consultas informais ao mercado a três empresas. -----

As informações trocadas no âmbito da consulta preliminar serão incluídas nas peças do procedimento e disponibilizadas a todos os interessados, nos termos do disposto no nº4 do citado artigo. -----

4. Escolha do tipo de procedimento -----

- Considerando que o preço base estabelecido no presente procedimento é de 198.500,00 (cento e noventa e oito mil e quinhentos euros), repartido da seguinte forma: -----

- Lote 1 - Ramo acidentes de trabalho e ramo de acidentes pessoais - 128.583,64€; -----

- Lote 2 - Ramo automóvel; Ramo responsabilidade civil; Ramo aeronaves - 32.545,07€; -----

- Lote 3 - Ramo multirriscos; Ramo transporte de valores; Ramo de obras de arte - 37.371,29€. -----

- Considerando que, nos termos do disposto no nº3 do artigo 47º do CCP, o preço base estabelecido no caderno de encargos teve em conta os preços atualizados do mercado obtidos através da consulta preliminar prevista no artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos. -----

- Considerando que, nos termos do disposto na alínea b) do nº1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), poder-se-á lançar mão do procedimento "Concurso Público" como procedimento para a celebração de contratos, sem publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, quando o valor do contrato seja inferior aos limiares referidos nas alíneas b), c) ou d) do nº3 do artigo 474º; -- Assim, em cumprimento do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99 de 8 de Junho, e nos termos do disposto nos artigos 36º e 38º do CCP, solicita-se autorização, à Câmara Municipal de Chaves, para aplicação do procedimento "Concurso Público", previsto na alínea b) do nº1 do artigo 20º do CCP, para adjudicação da prestação de serviço identificada em epígrafe. -----

5. Aprovação do processo de procedimento -----

Para efeitos de aprovação, e no cumprimento do exposto na alínea c) do nº1 e nº2 do artigo 40º do CCP, acompanham a presente proposta o caderno de encargos, o programa de procedimento e o anúncio do concurso. -----

6. Designação do júri -----

- Considerando que, nos termos do disposto no nº1 do artigo 67º do CCP, com exceção do ajuste direto e dos casos previstos no nº3 do citado artigo, os procedimentos para a formação de contratos são

conduzidos por um júri designado pelo órgão competente para a decisão de contratar; -----

Assim, submete-se à consideração superior a seguinte proposta de constituição: -----

- Membros efetivos: -----

- Presidente: Dr.º Marcelo Delgado, Diretor do Departamento de Coordenação Geral; -----

- 1º Membro Efetivo: Dr.ª Márcia Santos, Chefe da Divisão de Gestão Financeira; -----

- 2º Membro Efetivo: Susana Borges, Técnica Superior, em regime de mobilidade. -----

O primeiro membro efetivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos. -----

- Membros suplentes: -----

- 1º Membro Suplente: Dr.º Marcos Barroco, Técnico Superior; -----

- 2º Membro Suplente: Dr.ª Fátima Flambot, Técnica Superior. -----

7. Delegação de competências -----

Nos termos do disposto no nº1 do artigo 109º do CCP, sugere-se que as competências atribuídas ao órgão competente para a decisão de contratar possam ser delegadas no júri, sem prejuízo do disposto na parte final no nº2 do artigo 69º do mesmo Código. -----

8. Caução -----

No presente procedimento não será exigida a prestação de caução, nos termos do disposto na alínea a) do nº2 do artigo 88º do CCP, no entanto, para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, a entidade adjudicante poderá proceder à retenção de 5% do valor dos pagamentos a efetuar ao adjudicatário. -----

9. Adjudicação por lotes -----

Nos termos do disposto no artigo 46.º-A do Código dos Contratos Públicos, a prestação de serviços na área de seguros será adjudicada tendo em conta os seguintes lotes: -----

- Lote 1 - Ramo acidentes de trabalho e ramo de acidentes pessoais; -

- Lote 2 - Ramo automóvel; Ramo responsabilidade civil; Ramo aeronaves;

- Lote 3 - Ramo multirriscos; Ramo transporte de valores; Ramo de obras de arte. -----

10. Cabimento orçamental -----

O contrato de aquisição de serviços em causa tem enquadramento orçamental nas rubricas económicas 01030901 e 020212, no entanto, a despesa só se irá projetar no orçamento municipal de 2019, uma vez que o contrato terá início em janeiro de 2019 e terminará no dia 31 de dezembro de 2019. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 23 de novembro de 2018 -----

A Técnica Superior, -----

em regime de mobilidade -----

(Susana Borges) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, DRA. MÁRCIA SANTOS DE 2018.11.26 -----

Visto. Concorde com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.26-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.11.26. ----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

3. PROPOSTA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS, PARA A REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO DE CHAVES, AO ABRIGO DA CANDIDATURA AO PROGRAMA OPERACIONAL DO NORTE - NORTE2020 - EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NAS INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL. AVISO Nº NORTE-03-2017-42.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

1. ENQUADRAMENTO-----

Antecedentes:-----

1.1 - Em 02 de outubro de 2016, foi divulgado através do aviso do Programa Operacional Regional Norte - NORTE2020, a abertura a apresentação de candidaturas, em conformidade com o Regulamento Específico "Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local";-----

1.2 - Na Estratégia Nacional para a Energia 2020 (ENE 2020) estabelecida na Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2010, de 15 de Abril, enquadram-se as linhas de rumo para a competitividade, o crescimento e a independência energética do País, através da aposta nas energias renováveis e na promoção integrada da eficiência energética, garantindo a segurança de abastecimento e a sustentabilidade económica e ambiental do modelo energético, participou o município na candidatura ao referido programa;-----

1.3 - O NORTE2020 prevê, no seu Eixo Prioritário 3, o objetivo de apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores, que inclui a Prioridade de Investimento (PI) 4.3 - "Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação". No âmbito desta PI destaca-se o Objetivo Específico 1 - "Aumento da eficiência energética nas infraestruturas públicas, apoiando a implementação de medidas de eficiência;-----

1.4 - O âmbito da operação do Código do Aviso Nº NORTE-03-2017-42, enquadra-se na Tipologia operações elegíveis na alínea: c) Intervenções nos sistemas de iluminação pública, sistemas semafóricos e sistemas de iluminação decorativa, tais como monumentos, jardins, entre outros, com o objetivo de reduzir os consumos de energia, através da instalação de sistemas e tecnologias mais eficientes, assim como pela introdução de sistemas de gestão capazes de potenciar reduções do consumo de energia elétrica associado a estes sistemas;-----

1.5 - Tendo em conta que a candidatura supra, foi objeto de decisão de aprovação por parte da Autoridade de Gestão, tendo recentemente o Sr. Presidente da Câmara Municipal, assinado o respetivo Termo de Aceitação, neste sentido torna-se necessário, despoletar os procedimentos de contratação pública, de modo a levar a execução o referido Programa Operacional, dentro dos prazos legais estabelecidos na candidatura.-----

1.6 - Considerando que foram efetuados alguns melhoramentos na rede de iluminação pública pela entidade concessionária, os quais incidiram em alguns arruamentos objeto da candidatura, neste sentido foi revisto o caderno de encargos e respetivas peças do procedimento.-----

2. DEFINIÇÃO DO ÂMBITO DA PROPOSTA-----

2.1 - De acordo com os pressupostos expressos na referida candidatura, a qual prevê, operações que visem a melhoria da eficiência energética nas infraestruturas públicas da administração local, apoiando a implementação de medidas integradas de promoção da eficiência energética e racionalizando os consumos.-----

Tendo em vista garantir a redução da fatura energética do concelho, o programa prevê medidas/ações a levar a execução tais como:-----

- a) Aquisição e instalação de luminárias eficientes;-----
- b) Aquisição e instalação de tecnologias LED aplicados a sistemas semafóricos;-----
- c) Aquisição e instalação de sistemas de controlo, gestão e monitorização;-----
- d) Outras ações necessárias para assegurar a melhoria da eficiência energética na Iluminação Pública.-----

2.2 - A presente informação pretende servir de enquadramento ao fornecimento de equipamentos elétricos para substituição nas redes de iluminação pública no Concelho;-----

2.3 - O valor previsto na candidatura para a realização das ações previstas no Caderno de Encargos e Mapas de Medições e Orçamento, em anexo, é de € 1.151.486,93 (Um milhão cento e cinquenta e um mil, quatrocentos e oitenta e seis Euros e noventa e três Cêntimos), acrescido da taxa de IVA em vigor, o valor estimado, teve em consideração os custos parciais de cada equipamento, conforme a matriz de calcula da candidatura.-----

- i) Lote I - luminárias decorativas e de jardim, instaladas em fachadas de edifícios e jardins do centro histórico do município;---
- ii) Lote II - Luminárias viárias, instaladas em diversos arruamentos e lugares do concelho, genericamente em vias rodoviárias e estabelecidas em apoios de betão e metálico com alturas uteis entre os 8 e os 10 metros de altura;-----

2.4 - Considerando o previsto no n.º3 do artigo 47.º do CCP, o valor base acima referido, teve em conta os valores unitários praticados em procedimentos de contratação pública anteriores, promovidos pelo município, nomeadamente o procedimento de aquisição de equipamentos ao abrigo do programa POVT - Programa Operacional Temático - Valorização do Território;-----

2.5 - A candidatura, tendo em conta diretivas comunitárias, tem uma taxa de comparticipação financeira de 94,96%, com as seguintes condições (conforme Termo de Aceitação):-----

- i) Investimento total de € 1.426.465,98;-----
- ii) Investimento elegível de € 1.321.515,44;-----
- iii) Fundo € 1.254.910.77;-----
- iv) Parcela reembolsável do fundo € 1.250.415,12, sendo devolvido em 12 reembolsos, com periodicidade Semestral, sendo do primeiro ao penúltimo reembolso no montante € 108.767,28 e o último no montante de € 53.975,04, com início dos pagamentos a partir de janeiro de 2023;--
- v) Parcela não reembolsável do fundo € 4.495,65.-----

Nota: Valores com taxa de IVA em vigor incluído.-----

3. ENQUADRAMENTO NO PLANO DE INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO-----

3.1 - Os encargos com o fornecimento de equipamentos elétricos, encontram-se enquadrados, no Plano de Investimentos do Município, Objectivo .3.2.1, N.º de Projeto/Ação 24 I2016, com a Rubrica Económica 07 03 03 04, sob a designação PACTO CIM-AT iluminação Pública.-----

4. JUSTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE ADJUDICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, TRABALHOS E ASPECTOS PROCEDIMENTAIS-----

4.1 - Justificação da necessidade de adquirir equipamentos e contratar os trabalhos-----

4.1.1 - Os trabalhos específicos de substituição de luminárias e equipamentos elétricos, exige veículos específicos, e pessoal habilitado e credenciado, para intervenção na rede de iluminação pública, dado, esta ser da responsabilidade do distribuidor público - EDP - Distribuição, deverá ser efetuada por empresas credenciadas, junto desta entidade. Dado o âmbito dos trabalhos e o prazo de execução, os serviços técnicos do município não garantem o seu cumprimento, dentro da calendarização da candidatura.-----

4.1.2 - Tendo em conta o valor estimado para a aquisição de bens (luminárias e respetivos acessórios)e prestação de serviços de substituição de equipamentos elétricos, nas redes de iluminação pública no concelho, cujos encargos foram estimados no montante de € 1.150.486,93 (Um milhão cento e cinquenta e um mil, quatrocentos e oitenta e seis Euros e noventa e três Cêntimos), acrescido da taxa de IVA em vigor, este valor pressupõe o recurso ao procedimento "Concurso Público", conforme o previsto na alínea b), do n.º 1 do artigo 20.º, do Decreto-lei n.º 18/2008 de 28 de janeiro (diploma que aprova o Código dos Contratos Públicos - CCP) e ulteriores alterações.-----

4.2 - Caderno de encargos e programa de procedimento e Anúncio-----

4.2.1 - Para dar cumprimento ao estabelecido na alínea b), do n.º1 do artigo 40.º do CCP o Caderno de Encargos, Programa de Procedimento e Anúncio, correspondente à aquisição de equipamentos elétricos, que se pretende adjudicar, seguem em anexo à presente proposta;-----

4.3 - Entidade competente para autorizar a despesa-----

4.3.1 - Em face dos custos que a referida intervenção na rede de iluminação pública no concelho, e de acordo com a alínea b) do artigo 18.º, do Decreto-lei 197/99 de 8 de junho, em conjugação com o artigo 36.º, do Decreto-lei n.º 18/2008 de 28 de janeiro e ulteriores alterações, propõe-se que seja a Câmara Municipal a autorizar a despesa relativamente à aquisição de equipamentos elétricos a contratar.-----

4.4 - Júri-----

4.4.1 - Nos termos do n.º1 do artigo 67.º do CCP, com exceção do ajuste direto em que esteja em causa uma única proposta, o que não é o caso, o procedimento para a formação do contrato deve ser conduzido por um júri, a designar pelo Órgão competente para autorizar a despesa, composto em número ímpar, por pelo menos três membros efetivos, um dos quais presidirá, e dois suplentes.-----

4.4.2 - Para os devidos efeitos propõe-se a composição de um júri, sendo este integrado pelos seguintes membro efetivos e suplentes:---

MEMBROS EFETIVOS:-----

Marcelo Delgado - Presidente do Júri (Diretor de Departamento);-----

Márcia Barreira (Chefe de Divisão);-----

José Figueiredo (Técnico Superior);-----

MEMBROS SUPLENTE:-----

Inácio Morais (Chefe de Divisão);-----

Nuno Bento (Técnico Superior);-----

4.4.3 - Mais se propõe nos termos do código dos Contratos Públicos, sejam delegadas no Júri, todas as competências previstas sobre a matéria no referido código, ao abrigo do disposto no artigo n.º 109 e n.º 2 do artigo n.º69 do mesmo código.-----

4.5 - Prazo para apresentação das propostas e critérios de Adjudicação-
O prazo para entrega das propostas e os critérios de adjudicação estão definidos no Caderno de Encargos e nas peças do procedimento.-----

5. PROPOSTA DE DECISÃO-----

Em face ao acima exposto, propõe-se ao Senhor Presidente de Câmara, que submeta à consideração da Câmara Municipal, a seguinte estratégia procedimental:-----

- a) Propõe-se a aprovação do Caderno de Encargos, do Programa de Concurso e do Anúncio;-----
- b) Autorizar o despoletamento de um Concurso Público, tendo em conta o valor estimado para aquisição de equipamentos, execução dos trabalhos de substituição de luminárias e equipamentos elétricos na rede de iluminação pública no concelho de Chaves, cujo montante orça em € 1.151.486,93 (Um milhão cento e cinquenta e um mil, quatrocentos e oitenta e seis Euros e noventa e três Cêntimos), acrescido da taxa de IVA em vigor, enquadrando-se no previsto na alínea b), do n.º 1 do artigo 20.º, do Decreto-lei n.º 18/2008 de 28 de janeiro (diploma que aprova o Código dos Contratos Públicos - CCP) e ulteriores alterações;-
- c) Considerando o valor base estimado para a aquisição de bens, tendo em conta o disposto no número 1, do artigo 46.º-A, do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, conjugado com as disposições do CCP, foram criados dois lotes com as seguintes designações e montantes estimados:-----
- Lote 1 (Luminárias viárias) - € 804.055,95;-----
 - Lote 2 (Luminárias decorativas e de Jardim) - € 347.430,98;-----
 - Lote 1 + Lote 2 - € 1.151.486,93;-----
- valores acrescidos da taxa de IVA em vigor, estando o mesmo inscrito no Plano, com a rubrica Económica 07 03 03 04, junto se anexa o caderno de encargos de apoio à elaboração do procedimento e mapa de quantidades e estimativa orçamental.-----
- d) Autorizar a despesa no montante de € 1.151.486,93 (Um milhão cento e cinquenta e um mil, quatrocentos e oitenta e seis Euros e noventa e três Cêntimos), acrescido da taxa de IVA em vigor, para aquisição de equipamentos elétricos para substituição na rede de iluminação pública, conforme o previsto na alínea b) do artigo 18.º, do Decreto-lei 197/99 de 8 de junho, em conjugação com o artigo 36.º, do Decreto-lei n.º 18/2008 de 28 de janeiro e ulteriores alterações;-
- e) Designar os membros do Júri conforme o proposto no ponto 4.4.2;-
- f) Determinar que o procedimento seja conduzido pela Secção de Aprovisionamento, adstrita à Divisão de Gestão Financeira, sendo ponderado o bom cumprimento da lei dos compromissos e pagamentos em atraso;-----
- À consideração Superior.-----
- DRO - SEE, 15 de novembro de 2018.-----
- O Técnico Superior-----
- (José Luís de Figueiredo Araújo)-----
- DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.26-----**
- A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
- DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.11.26. ----**
- À reunião de Câmara. -----
- DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

XI ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.1. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO - VIATURA 58-DR-32, PROPRIEDADE DA EMPRESA AUTO VIAÇÃO DO TÂMEGA. INFORMAÇÃO 07/DGF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

No seguimento da exposição apresentada pela empresa Auto Viação do Tâmega, na qual responsabiliza o Município pelos danos causados na sua viatura 58-DR-32, provocados por projeção de pedra, quando a equipa de sapadores florestais do Município procedia à limpeza das bermas na Estrada Municipal 504 de acesso à povoação de Lamadarcos.-----

Feitas as diligências necessárias pela Divisão responsável e após peritagem por parte da seguradora, foram considerados prejuízos no valor de 579,05€ (quinhentos e setenta e nove euros e cinco cêntimos).- Como o sinistro se enquadra nas coberturas contratuais da Apólice de Responsabilidade Civil, dado o valor da franquia aplicada, 10% do valor dos prejuízos indemnizáveis, no mínimo 250,00€ (duzentos e cinquenta euros).-----

Assim, o Município deverá liquidar diretamente ao lesado o valor de 250,00€ (duzentos e cinquenta euros), referente a franquia contratual, tendo os restantes 329,05€, já sido suportado pela seguradora.-----

Mais se informa, que a referida despesa dá cumprimento à LCPA, através do cabimento nº 2274/2018 e do compromisso nº 3024/2018.-----

Chaves, 14 de Novembro de 2018-----

A assistente técnica-----

(Em anexo respetivo processo)-----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, DRA. MÁRCIA SANTOS DE 2018.11.16 -----

Visto. Concorde com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.15-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.11.16. ----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.2. LOTEAMENTO "BAIRRO ENG.º BRANCO TEIXEIRA", PEDIDO DE AQUISIÇÃO DO LOTE N.º 30. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 51/GNE/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Introdução -----

Mediante comunicação com registo de entrada nos serviços administrativos deste Município com o n.º 6875, de 2018.07.30, veio a Sra. Maria Inês Pereira da Silva, solicitar, em síntese, a aquisição do lote de terreno com o n.º 30, do Loteamento "Bairro Eng.º Branco Teixeira". -----

II - Antecedentes -----

1. Em 27 de julho de 1993, o executivo camarário aprovou a operação urbanística de loteamento do Bairro conhecido por Cocanha ou por Bairro Eng.º Branco Teixeira, existente no terreno desde inícios da década

de oitenta, o qual se destinou, essencialmente, à implantação de casas pré fabricadas, destinadas a acolher repatriados das ex-colónias portuguesas, tendo tal decisão administrativa sido devidamente sancionada pela Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária de 28 de julho de 1993, e, nessa justa medida, procedeu à regularização jurídico-administrativa de todo aquele conjunto patrimonial, conforme cópias das respetivas atas que se anexam à presente informação/proposta. -----

2. O referido loteamento do Bairro Eng. Branco Teixeira, é composto por 90 lotes de terreno, destinados à construção urbana, incluindo o lote n.º 30, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 1326º, da união das freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, concelho de Chaves e devidamente registado na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1776/060795, da Freguesia de Outeiro Seco. -----

3. Da consulta ao processo administrativo existente no Gabinete de Notariado e Expropriações, verifica-se que: -----

a) Em 30.06.1994, foi outorgado entre o Município de Chaves e o Sr. Sabino Júlio Alves da Silva, um contrato promessa de compra e venda, tendo por objeto a aquisição do retrocitado lote n.º 30, do Bairro Eng.º Branco Teixeira, pelo montante de 428.904\$00 (2.139,36€)¹⁷; -----

b) Com a outorga do referido contrato promessa de compra e venda, o Sr. Sabino Silva procedeu ao pagamento de 100.000\$00 (498,80€), através da guia de receita n.º 837/94 e correspondente à 1ª Prestação;

c) Em 16.01.1995, o Sr. Sabino Silva procedeu ao pagamento de 70.000\$00 (349,16€), através da guia de receita n.º 802/95 e correspondente à 2ª Prestação; -----

d) Em 02.06.1995, o Sr. Sabino Silva procedeu ao pagamento de 30.000\$00 (149,64€), através da guia de receita n.º 6200/95 e correspondente à 3ª Prestação; -----

e) Em 22.08.1995, o Sr. Sabino Silva procedeu ao pagamento de 50.000\$00 (249,40€), através da guia de receita n.º 9193/95 e correspondente à 4ª Prestação; -----

f) Com a alteração ao Loteamento "Bairro Eng.º Branco Teixeira", a área do lote n.º 30, foi diminuída, passando o mesmo a possuir uma área de 260,00 m², e mantendo-se o preço de 1.200\$00 (5,99€)/m², o Sr. Sabino e seus herdeiros, teriam de pagar pela aquisição do lote n.º 30, a importância de 312.000\$00 (1.556,25€)¹⁸; -----

g) Até à presente data, o Sr. Sabino Silva, entregou na Tesouraria Municipal, 250.000\$00 (1.246,99€), pelo que, ainda, faltava liquidar a importância de 62.000\$00 (309,25€); -----

h) Em 30.03.1998, foi notificado para comparecer no Notariado Privativo, a fim de se proceder à marcação da escritura de compra e venda, não tendo ele nem os herdeiros comparecido para o efeito; ----

i) Em 04.02.2002, a Sra. Maria Inês Pereira da Silva, na qualidade de representante dos herdeiros de Sabino Júlio Alves da Silva, procede à entrega de um requerimento, com registo de registo de entrada nos serviços administrativos deste Município n.º 1622, manifestando a intenção de proceder ao pagamento do valor em falta, dando nota que o referido pagamento se encontra fora de prazo; -----

j) Em 02.08.2002, foi notificada, do deferimento da pretensão (pagamento da última prestação, no valor de 309,95€), nos termos da

¹⁷ Correspondendo 1.200\$00 (5,99€)/m², ou seja, 357,42m² x 1.200\$00 (5,99€) = 428.904\$00 (2.139,36€). -----

¹⁸ Correspondendo 1.200\$00 (5,99€)/m², ou seja, 260,00m² x 1.200\$00 (5,99€) = 312.000\$00 (1.556,25€). -----

Informação n.º 01/2002 do Notariado Privativo, não tendo a retrocitada representante reagido à notificação. -----

4. Neste contexto, por orientação do Gabinete de Apoio à Presidência, e para evitar a perda dos efeitos do Contrato Promessa de Compra e Venda, outorgado entre as partes em 30.06.1994, foi solicitada à Comissão de Avaliação do Património Municipal, a atualização do valor de aquisição constante no contrato promessa de compra e venda outorgado em 1994, entre o Município de Chaves e o Sr. Sabino Júlio Alves da Silva, tendo por objeto a aquisição do retrocitado lote n.º 30, do Bairro Eng.º Branco Teixeira, pelo montante de €1.556,25¹⁹; -----

5. No caso individual e concreto e relativamente ao pedido de aquisição do Lote n.º 30, tendo em consideração que até à presente data, o Sr. Sabino Silva, entregou na Tesouraria Municipal, 250.000\$00 (1.246,99€); -----

6. Em vista à alienação do referido prédio urbano, lote n.º 30, situado em Cocanha, inscrito sob o artigo 1326º, da união das freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, concelho de Chaves e devidamente registado na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1776/060795, da Freguesia de Outeiro Seco, pelo valor de € 2.507,41 (Dois mil, quinhentos e sete euros e quarenta e um cêntimos), aos herdeiros do Sr. Sabino Júlio Alves da Silva, nos preciso termos da Informação N°09/C.A.P.M/18, deverão os herdeiros de Sabino Júlio Alves da Silva, proceder à liquidação da importância em falta no montante de 1.260,42€; -----

IV - Proposta/Decisão -----

Assim, atendendo às razões anteriormente expostas, submete-se à consideração superior a presente proposta, que visa o seguinte: -----

a) Agendamento da presente informação/proposta para uma próxima reunião ordinária do executivo camarário em vista à autorização da alienação do prédio urbano, lote n.º 30, situado em Cocanha, inscrito sob o artigo 1326º, da união das freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, concelho de Chaves e devidamente registado na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1776/060795, da Freguesia de Outeiro Seco, pelo valor de € 2.507,41²⁰ (Dois mil, quinhentos e sete euros e quarenta e um cêntimos), aos herdeiros do Sr. Sabino Júlio Alves da Silva, nos precisos termos do Contrato Promessa de Compra e Venda, outorgado em 30.06.1994; -----

b) Para o efeito, fica, desde já, legitimando o Presidente da Câmara ou o seu substituto legal a outorgar os mencionados contratos, os quais deverão ser outorgados no Cartório Privativo do Município, logo que se mostrem reunidas todas as formalidades jurídico-administrativas indispensáveis para o efeito; -----

c) Por fim, caso a presente proposta venha a merecer acolhimento por parte do executivo camarário, no referente ao pedido de aquisição do Lote n° 30, dever-se-á proceder à notificação da interessada, ao abrigo do artigo 114º do Código do Procedimento Administrativo. -----
À consideração superior. -----

¹⁹ Assim, segundo a avaliação efetuada pela Comissão de Avaliação do Património Municipal, constante da Informação N°09/C.A.P.M/18, e de acordo com o coeficiente de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2017 e seguinte, mencionado na Portaria, n.º 326/2017, de 30 de outubro, o valor do lote n.º 30, é atualmente de € 2.507,41 (dois mil quinhentos e sete euros e quarenta e um cêntimos). -----

²⁰ Valor atualizado nos termos da Informação n.º N°09/C.A.P.M/18. ---

Chaves, 22 de novembro de 2018. -----
 O Técnico superior -----
 (em regime de mobilidade) -----
 Paulo Silva -----

Em Anexo: -----

- O respetivo processo administrativo. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.22-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.11.22. ----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.3. DÍVIDAS DE EMPRESAS POR OCUPAÇÃO/UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS MUNICIPAIS /SITUAÇÃO DE ENCERRAMENTO/INSOLVÊNCIA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 64/DGF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento: -----

1. Considerando a existência de um conjunto de dívidas decorrentes da ocupação/utilização de equipamentos desportivos municipais (Pavilhões desportivos e piscina municipal) por parte de algumas empresas, respeitantes a anos transatos, as quais, pese embora o Município tenha diligenciado na tentativa da sua cobrança, se regista um reiterado incumprimento quanto ao seu pagamento; -----

2. Considerando que, reunida a documentação indispensável à comprovação da atividade das referidas empresas, verifica-se que se encontram encerradas e/ou insolventes, as seguintes empresas, indicando-se os respetivos valores em dívida ao Município: -----

- Chaviquente, Canalizações e Climatização, Unipessoal, Lda., com NIF: 506797953, regista um valor em dívida de **418,20€**, acrescido de **158,89€**, referente a juros de mora, à data atual; -----

- Ecobetão, Transformação de Betão, Lda., com NIF: 505793440, regista um valor em dívida de **147,60€**, acrescido de **56,08€**, referente a juros de mora, à data atual; -----

- Santos Camoesas, Ocupação de Tempos Livres, Lda., com NIF: 508391326, regista um valor em dívida **178,35€**, acrescido de **67,76€**, referente a juros de mora, à data atual; -----

- Soteli - Sociedade de Telecomunicações e Eletricidade, Lda., com NIF: 502666820, regista um valor em dívida **418,20€**, acrescido de **158,89€**, referente a juros de mora, à data atual; -----

- Lupegás - Comércio e Distribuição de Gás, Lda., com NIF: 507070518, regista um valor em dívida **73,80€**, acrescido de juros de mora de **24,93€**, à data atual; -----

- SET - Sociedade Elétrica do Tâmega, Lda., com NIF: 506012891, regista um valor em dívida de **319,80€**, acrescido de juros de mora de **121,51€**, à data atual; -----

3. Considerando que, face à confirmação de situação de insolvência e/ou encerramento de tais entidades/empresa e cujos comprovativos se anexam, verifica-se a impossibilidade de cobrança face à inexistência de atividade e património por parte das referidas empresas; -----

4. Considerando que os serviços da Divisão de Gestão Financeira, no cumprimento das normas contabilísticas em vigor, promoveram o competente reconhecimento de provisão em "clientes de cobrança duvidosa", reconhecendo tais montantes, na respetiva conta de custo, não existirá qualquer impacto em termos de resultados, na anulação das guias liquidadas às respetivas empresas. -----

II - Sugestão de estratégia a adotar: -----

1- Face ao exposto e, compulsados todos os documentos que dão suporte à situação de inatividade/encerramento/insolvência, das empresas mencionadas, e, bem assim, à elevada improbabilidade de cobrança dos valores, às mesmas liquidados, importa promover a adoção de adequado procedimento contabilístico, **atínente à anulação dos valores em dívida e respetivos juros de mora, vencidos à data atual;**

2- Por conseguinte, sugere-se a adoção dos seguintes procedimentos:

a) Promover a regularização de movimento contabilístico, consubstanciado na anulação dos respetivos documentos contabilísticos, registados em nome dos contribuintes supra identificados, titulados pelas guias de receita emitidas e liquidadas, por cobrar, e que se anexam à presente informação, de forma detalhada; -----

b) Uma vez anulados tais documentos contabilísticos, deixarão, tais valores de constituir um crédito a favor da autarquia, traduzindo um custo extraordinário, em igual montante, não provocando qualquer impacto em termos de resultados, uma vez que tal custo já havia sido assumido na sequência da constituição de provisão; -----

c) Caso o teor da presente proposta seja superiormente autorizado pelo Sr. Presidente da Câmara, que seja, a mesma, submetida a uma próxima reunião do órgão executivo municipal, para aprovação e encaminhada para a DGF, tendo vista agilizar a regularização de tal procedimento contabilístico. -----

Chaves, 20 de novembro de 2018 -----

A Chefe de Divisão Financeira -----

(Dr.^a Márcia Santos) -----

Anexos: Contas correntes autonomizadas por empresa e guias de receita emitidas, por cobrar -----

Documentos comprovativos da atividade da empresa - insolvência/encerramento. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.22-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.11.22. ----

Visto. À reunião de Câmara para apreciação e deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.4. CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO - EQ BEI PT 2020/ PEDIDO DE APROVAÇÃO DAS CLÁUSULAS DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTO REEMBOLSÁVEIS. INFORMAÇÃO Nº 66/DGF/ 2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

No seguimento da Informação/Proposta nº52/DGF/2018, aprovada pelo órgão executivo em 20 de setembro de 2018 e sancionada pelo órgão deliberativo em sessão ordinária de 26 de setembro de 2018, relativa à contratação de EQ - BEI PT 2020 -, cumpro-me sugerir a submissão das seguintes minutas dos contratos de financiamento reembolsáveis,

oportunamente apresentadas pela Agência de Desenvolvimento e Coesão, I.P, à próxima reunião do órgão executivo municipal, para aprovação do respetivo clausulado, a saber: -----

- Operação Portugal 2020 Norte -04-2114-FEDER-000336 - Musealização das Termas romanas de Chaves, no valor de **308.185,74€**; -----

- Operação Portugal 2020 NORTE-05-1406-FEDER-000124 - Requalificação das Avenidas Dr. Francisco Sá Carneiro, Xavier Teixeira e Raposeira; das Ruas Linha do Comboio e Aregos e do Viaduto da Raposeira, no valor de **360.599,77€**; -----

- Operação Portugal 2020 NORTE-05-1406-FEDER-000132 - Requalificação das Ruas Portas do Anjo, Alferes João Batista, Cruzeiro, Viscondessa do Rosário e Fonte do Leite, no valor de **650.801,14€**; -----

- Operação Portugal 2020 NORTE-05-1406-FEDER-000077 - Requalificação das Ruas Antunes Guerreiro, Inácio Pizarro e Longras e das Avenidas 5 de Outubro e Tâmega, no valor de **752.077,79€**; -----

- Operação Portugal 2020 NORTE-08-5673-FEDER-000144 - Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Básica e Secundária Fernão de Magalhães, no valor de **33.400,02€**. -----

Mais se informa, que, para os devidos efeitos, fica desde já autorizado o Sr. Presidente da Câmara Municipal, na outorga do respetivo contrato de empréstimo, a celebrar. -----

À consideração superior, -----

Chaves, 27 de novembro de 2018 -----

A Chefe de Divisão de Gestão Financeira, -----

(*Márcia Santos, Dra.*) -----

Em anexo: Minuta dos contratos de financiamento reembolsável (5 contratos). -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.27-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.11.27. ----

Visto. À reunião de Câmara para apreciação e deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.5. 14ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2018 - REGRA DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL NAS MODIFICAÇÕES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 67/DGF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

Considerando, o artº40º da Lei n.º 73/2013, de 3/set (RFALEI) 1, sob a epígrafe "Equilíbrio orçamental", prevê-se o seguinte: -----

1. Os orçamentos das entidades do setor local prevêm as receitas necessárias para cobrir todas as despesas. -----

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos. ----

3. O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte. -----

4. Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante corresponde

à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independente do seu pagamento efetivo. -----

II - Fundamentação -----

Considerando, que, independentemente da terminologia adotada nas normas citadas, o cumprimento da referida regra de equilíbrio orçamental deve ser garantido, relativamente a cada ano económico, nos momentos seguintes: -----

1 - No momento da elaboração do orçamento, em mapa (com um conteúdo que permita aferir a situação em termos da regra de equilíbrio - cfr. infra) a integrar o documento previsto no artigo 46.º, n.º1, al. a), do RFALEI; -----

2 - Quando da elaboração de eventuais modificações, em mapa específico (com um conteúdo idêntico ao referido anteriormente) que deve acompanhar e integrar a respetiva proposta apresentada, no caso, o Presidente da Câmara, com competências delegadas, para aprovação; ---

3 - Ao nível da execução orçamental, em mapa (com um conteúdo idêntico ao referido anteriormente) a incluir no relatório de gestão que integra os documentos de prestação de contas. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

Face ao exposto, a seguir se traduz em quadro de monitorização, do aludido art.º 40º, o cumprimento de tal regra à data atual. -----

a) Aquando da Elaboração/aprovação orçamento inicial – 2018:

Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro		
Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais		
Regra do Equilíbrio art.º 40º		
	Valor	Validação
Receita Corrente bruta	33.423.471,04	Cumpre
Despesa corrente	25.157.254,36	
Amortizações médias de empréstimos M/L prazo	2.940.158,86	
Apuramento do saldo corrente		
Receita corrente cobrada (1)	33.423.471,04	
Despesa corrente paga (2)	25.157.254,36	
Saldo Corrente (3)=(1)-(2)	8.266.216,68	
Amortizações previstas (4)	3.088.789,08	
Saldo Corrente deduzido pelas Amortizações (5)=(3)-(4)	5.177.427,60	
Total das receitas correntes totais (6)	33.423.471,04	
5% das receitas correntes totais (7)=(6)x5%	1.671.173,55	

b) Em cada modificação orçamental/execução periódica:

26/11/2018

LEI n.º 73/2013, de 3 de setembro

Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais

REGRAS ORÇAMENTAIS

Artigo 40º

	Valor	Validação
Receita corrente bruta cobrada	27 341 442,37 €	Situação de Cumprimento
Despesa corrente paga	19 961 444,75 €	
Amortizações médias de empréstimos M/L prazo	2 940 158,86 €	

Apuramento do saldo corrente

Receita corrente bruta cobrada (1)	27 341 442,37 €	Situação de Cumprimento
Despesa corrente paga (2)	19 961 444,75 €	
Saldo Corrente (3) = (1) - (2)	7 379 997,62 €	
Amortizações previstas (4)	3 088 789,08 €	
Saldo Corrente deduzido pelas Amortizações (5) = (3) - (4)	4 291 208,54 €	
Total das receitas correntes totais (6)	27 341 442,37 €	Não aplicável (Situação de Cumprimento)
5% das receitas correntes totais (7) = (6) x 5%	1 367 072,12 €	

Chaves, 27 de novembro de 2018 -----
A Chefe de Divisão, -----
(Márcia Santos, Dra.) -----
Anexo: Mapa da 14ª Modificação aos Documentos Previsionais 2018 -----
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.27-----
A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.11.27. ----
Visto. À reunião de Câmara para apreciação e deliberação. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

XII
DIVERSOS

1. PEDIDO DE PLANO PRESTACIONAL - RESPOSTA AO N/ OFÍCIO N.º 103/DSC/2018 - CONVITE AO APERFEIÇOAMENTO DO REQUERIMENTO INICIAL. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 109/DSC/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

A presente informação consubstancia o parecer sobre a resposta ao n/ ofício n.º 103/DSC/2018, formulada presencialmente por Marta de Jesus dos Santos Silva, contribuinte fiscal n.º 195 552 245, relacionada com o convite ao aperfeiçoamento do requerimento inicial do pedido de plano prestacional para pagamento de avisos em atraso, referentes ao direito de ocupação do espaço de venda E15 do terrado da Feira Semanal de Chaves. -----

2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

2.1. Nos termos do artigo 50.ºi do Regulamento de Exercício de Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentária, pela ocupação dos espaços de venda são devidas as taxas constantes no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas em vigor no Município de Chaves (RLCT), a pagar até ao dia 15 de cada mês, mediante as guias de pagamento emitidas para o efeito. -----

2.2. O incumprimento do dever de pagamento obriga à extração das respetivas certidões de dívida para efeitos de execução fiscal, em vista à cobrança coerciva dos valores em falta, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 34.º do RLCT, e tem como consequência a extinção definitiva do direito de ocupação do respetivo espaço de venda no terrado da Feira Semanal de Chaves (n.º 4 do artigo 50.º do RMM). ---

2.3. Todavia, nos termos do artigo 16.ºii do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais (RLCTM), compete à Câmara Municipal autorizar o pagamento em prestações, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário e da Lei Geral Tributária (CPPT), desde que se encontrem reunidas as condições para o efeito. -----

3. ANTECEDENTES -----

3.1. Através do n/ ofício com a referência 34/DSC/2018, datado de 27 de fevereiro de 2018, foi comunicada à requerente a existência de avisos por liquidar, relativos aos meses de junho de 2017 a fevereiro de 2018, referentes ao direito de ocupação do espaço de venda E15 do terrado da Feira Semanal de Chaves, os quais perfaziam um total de 306,00€ (trezentos e seis euros), ao que acrescem juros de mora vencidos. -----

3.2. Em 08.03.2018 a requerente, através do documento registado nos serviços de expediente geral desta Autarquia, sob o n.º 2083, vem solicitar o pagamento do montante em dívida em 24 prestações, alegando "dificuldades financeiras". -----

3.3. Sendo certo que o pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que a requerente, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta (102,00€) no momento da autorização, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 196.º do CPPT. -----

3.4. Contudo, a requerente não fez prova documental da insuficiência económica, demonstrada nos termos da lei sobre o apoio judiciário a pessoas singulares, pelo que através do n/ ofício 103/DSC/2018 foi convidada a aperfeiçoar o requerimento inicial do pedido de pagamento em prestações. -----

4. DA ANÁLISE DO PEDIDO EM CONCRETO -----

4.1. A requerente veio presencialmente suprir as deficiências do requerimento inicial, em que solicita o pagamento do montante em dívida

em 24 prestações, por alegadas "dificuldades financeiras", apresentando para o efeito a última declaração de IRS e respetiva nota de liquidação. -----

4.2. Todavia, consultado o programa de Feiras e Mercados constata-se que, apesar de ter sido alertada para as consequências do não pagamento da taxa mensal devida pela ocupação do lugar, até ao dia 15 de cada mês, após a primeira notificação apenas liquidou 4 avisos de pagamento, encontrando-se atualmente em dívida 13 avisos de pagamento, que perfazem um total de 442,00€ (quatrocentos e quarenta e dois euros), ao que acrescem juros de mora vencidos. -----

4.3. Tendo em conta o enquadramento legal da matéria em causa, estes serviços emitem o seguinte parecer: -----

(i) Da análise dos documentos apresentados comprova-se a insuficiência económica da requerente, nos termos da lei sobre o apoio judiciário, pelo que poderá vir a ser autorizado o pagamento em 4 prestações, no valor de 110,50€ (cento e dez euros e cinquenta cêntimos), acrescendo os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 196.º do CPPT; -----

(ii) Nos termos do n.º 4 do artigo 16.º do Regulamento de Cobrança e Liquidação de Taxas Municipais, o pagamento de cada prestação deverá ocorrer durante o mês a que esta corresponder até ao 8.º dia. -----

(iii) No entanto, a falta de pagamento de qualquer prestação implica o vencimento imediato das seguintes, e a persistência da situação de incumprimento do dever de pagamento deverá conduzir à extração das respetivas certidões de dívida para efeitos de execução fiscal, em vista à cobrança coerciva dos valores em falta, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 34.º do RLCT, e deverá ter como consequência a extinção definitiva do direito de ocupação do respetivo espaço de venda no terrado da Feira Semanal de Chaves. -----

5. PROPOSTA DE DECISÃO -----

Face ao exposto, estes serviços propõem ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submete à consideração da Senhora Vereador Paula Chaves, responsável pelo pelouro das feiras e mercados, a aprovação da presente informação e a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

(i) Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista à obtenção da competente deliberação, consubstanciada no deferimento do pagamento dos avisos em atraso, em 4 prestações no valor de 110,50€ (cento e dez euros e cinquenta cêntimos), ao qual acrescem os juros de mora vencidos; ----

(ii) Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do artigo 114.º, em conjugação com o artigo 122.º, ambos do CPA, do sentido da deliberação que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação, sendo para o efeito estabelecido o prazo de 10 dias para permitir à mesma vir a processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o mesmo, tudo isto nos termos do artigo 121.º do CPA. À consideração do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade -----

Chaves, 20 de novembro de 2018 -----

A Técnica Superior -----

Cristiana Morais -----

Anexo: Declaração de IRS e respetiva nota de liquidação -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQTO. RODRIGO MOREIRA DATADO DE 22/11/2018 -----

1- A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. -----

2-Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão para a tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta à consideração da Senhora Vereador Eng^a Paula Chaves, responsável pela gestão municipal da área de Mercados e Feiras, a aprovação da presente informação e a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

(i) Agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista à obtenção da competente deliberação, consubstanciada no deferimento do pagamento dos avisos em atraso, em 4 prestações no valor de 110,50€ (cento e dez euros e cinquenta cêntimos), ao qual acrescem os juros de mora vencidos; -----

(ii) Havendo deliberação nos moldes preconizados, deverá a interessada ser notificada, nos termos do artigo 114.º, em conjugação com o artigo 122.º, ambos do CPA, estabelecendo-se o prazo de 10 dias para a mesma vir a processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da deliberação, tudo isto nos termos do artigo 121.º do CPA.

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral
DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERA, DR. MARCELO DELGADO DATADO DE 23/11/2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 23/11/2018 -----

À reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E na da mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram onze horas e dez minutos, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

i Regulamento de Exercício de Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentária -----

Artigo 50.º - Taxas -----

1.Pela ocupação dos espaços de venda são devidas as taxas constantes no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas em vigor no município de Chaves. -----

2.A taxa será paga mensalmente no posto de atendimento administrativo do Mercado Municipal, ou na tesouraria da Câmara Municipal, mediante as guias de pagamento emitidas para o efeito. -----

3.O pagamento mensal será efetuado até ao dia 15 de cada mês. -----
4.O não pagamento das taxas devidas nos prazos e pela forma prevista neste artigo implica a caducidade do direito de ocupação e a cobrança das importâncias em dívida, mediante processo de execução fiscal. ---

ii Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais -----

Artigo 16.º - Pagamento em prestações -----

1. Sem prejuízo do disposto no n.º 7, compete à Câmara Municipal autorizar o pagamento em prestações, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário e da Lei Geral Tributária, desde que se encontrem reunidas as condições para o efeito. -----

2. Os pedidos de pagamento em prestações devem conter a identificação do requerente, a natureza da dívida e o número de prestações pretendido, bem como os motivos que fundamentam o pedido. -----

3. No caso de deferimento do pedido, o valor de cada prestação mensal corresponderá ao total da dívida dividido pelo número de prestações autorizado, acrescendo ao valor de cada prestação os juros de mora contados sobre o respetivo montante desde o termo do prazo para pagamento voluntário até à data do pagamento efetivo de cada uma das prestações. -----

4. O pagamento de cada prestação deverá ocorrer durante o mês a que esta corresponder até ao 8.º dia. -----

5. A falta de pagamento de qualquer prestação implica o vencimento imediato das seguintes, assegurando-se a execução fiscal da dívida remanescente mediante a extração da respetiva certidão de dívida. ---

6. Poderá o Presidente da Câmara Municipal condicionar a autorização do pagamento fracionado das taxas à prestação de caução. -----